



**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

NT

9

**A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICA
ECONÔMICA: ASPECTOS RECENTES DE SUA EVOLUÇÃO E CRISE**

Paulo Luiz Miadaira

Orientador: Prof. Dr. Robert N. V. C. Nicol



Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, na área de Planejamento e Análise Econômica – PAE.



São Paulo
1992

Handwritten signatures above the form.

Escola de M... o de Empresas de São Paulo	
Data	N.º de Chamada
06-10	35.07 (81)
N.º Volume	Registrado por
989/92	PR

Handwritten notes to the right of the form:
2-1
dis.

33 : 321 (81)
338.22 (81) "198"
35.07 : 33 (81)

SP-00005527-5

A
Paulo e Haruko, meus pais,
pela permanente dedicação.

Com carinho.

Catalina, Paulinho e Thiago,
pelo esforço conjunto.

Com carinho.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação reflete, de certa forma, a necessidade de entender o processo de formação, as crises sucessivas e o impasse em que se encontra hoje o Setor Público no Brasil. Nesse contexto, e dada a minha formação de economista, desenvolvendo atividades profissionais na administração pública, despertou-me o interesse em pesquisar e sistematizar algum conhecimento na área.

O curso de pós-graduação, por sua vez, veio reforçar a idéia de elaborar um trabalho voltado a alguns aspectos gerais da grande crise - e seus desdobramentos - em que se encontrou envolvido o Estado brasileiro nos anos 80. Em particular, contextualizar o papel fundamental das Empresas Públicas no desenvolvimento econômico do país.

Para tanto, a participação de colegas da EAESP-FGV e da FUNDAP - Fundação do Desenvolvimento Administrativo foi fundamental, através de sugestões, comentários críticos e pesquisas. Dentre eles, meus sinceros agradecimentos a Élio Jardanovski, Paulo Eduardo Castro Reis, Carlos A. Castro Reis e Paulo César Vaz Guimarães.

A FUNDAP proporcionou condições ideais para a pesquisa e elaboração deste trabalho. Aos colegas que me incentivaram e ao Prof. Orlando Figueiredo, os agradecimentos pelo apoio e

solidariedade. Gostaria de registrar, também, em particular, a colaboração do Instituto de Economia do Setor Público - IESP/FUNDAP no tocante à utilização de dados e pesquisas desenvolvidas pelos técnicos. Nesse sentido, agradeço ao coordenador da área de Empresas Estatais e Políticas Sociais, Pedro Luiz Barros e Silva, e aos técnicos Luís Fernando Novaes, Mônica e Renata.

Meus agradecimentos a CAPES, pelo apoio financeiro dado durante o curso, e ao Departamento de Editoração e Gráfica da FUNDAP, através da iniciativa e esforço de João Batista Vaz.

Sou muito grato ao trabalho das bibliotecárias Ruth, Ana e Vilma na busca de fontes de pesquisa. Em particular, gostaria de agradecer o esforço desenvolvido por Fernando Barboza do Centro de Documentação.

Robert N.V.C. Nicol orientou esta dissertação com espírito de amizade. Sempre presente quando solicitado, foi exigente e leitor permanente dentro do escasso tempo imposto por uma série de circunstâncias.

Finalmente, devo destacar com especial carinho o envolvimento direto de minha família. Catalina pela compreensão em diversos momentos de dúvida e indefinição do trabalho. Meus filhos, Paulo e Thiago, pelas rotineiras travessuras, que provocavam momentos de descontração, necessários para a continuidade do trabalho. Aos meus irmãos José Paulo, Stela e Maria Helena pelo interesse e solidariedade. A meus pais, Paulo e Haruko pela permanente preocupação e dedicação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: EMPRESAS ESTATAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	13
1.1. REVISÃO HISTÓRICA.....	14
1.2. DESDOBRAMENTOS SETORIAIS.....	51
1.3. O PAPEL DA SEST.....	63
CAPÍTULO II: EMPRESAS ESTATAIS NA "NOVA REPÚBLICA".....	80
2.1. TRANSIÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA.....	81
2.2. DESDOBRAMENTO DA CRISE E O PAPEL DA SEST.....	94
2.3. O (DES)CONTROLE E O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO.....	116
CAPÍTULO III: EMPRESAS ESTATAIS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA ECONÔMICA.....	141
3.1. EXPERIÊNCIA RECENTE.....	142
3.2. POLÍTICA DE PREÇOS E ESTABILIZAÇÃO.....	153
CONCLUSÕES.....	244
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	248

INTRODUÇÃO

A presença do Estado nas economias denominadas subdesenvolvidas desempenhou um papel fundamental, através de sua participação direta no crescimento industrial, auxiliando no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas. Ao Estado, coube suprir, inicialmente, as atividades de regulação e de produção de bens e serviços. Posteriormente, a sua participação esteve atrelada à modernização do parque industrial, ampliando sua inserção nos setores de infra-estrutura e produção de insumos básicos e de capital. Nesse contexto, analisando os diversos movimentos da história econômica, constata-se distintos estágios de desenvolvimento das Empresas Estatais.

O conjunto de Empresas Estatais constitui objeto de discussão indispensável nesse processo histórico do desenvolvimento econômico, social e político do país, dada a complexidade de sua presença e abrangência. Nesse sentido, cabe notar que as Empresas Estatais expressam, de forma específica, a presença estatal, através de sua participação direta na implementação do parque industrial. Essa inserção intensifica-se com o crescimento industrial do pós-guerra e com a internacionalização das economias nacionais.

O Capítulo I deste trabalho procura desenvolver algumas proposições a respeito da presença do Estado na Economia, destacando o papel assumido pelas Empresas Estatais nesse processo

e em seus principais desdobramentos. A internacionalização de certos padrões tecnológicos e a existência de sistemas produtivos heterogêneos, dados os níveis diferenciados de desenvolvimento, determinaram a necessidade da intervenção do Estado, como forma de compensar as desigualdades e debilidades existentes nos mercados de economias mais atrasadas. Portanto, a preocupação básica foi caracterizar as formas que as empresas adquirem ao longo de nossa história econômica e suas relações interna e externa no tocante à sua estratégia de crescimento. Essa expansão tomou diversos aspectos e estabeleceu relativa importância a partir do momento em que o debate convergiu-se para o caráter, a concepção e o papel que teria nos rumos do desenvolvimento econômico do país. A criação da SEST, por exemplo, estabeleceu um marco importante nessa trajetória, uma vez que provocou, através de formas de controle, atuação e responsabilidade na condução da política econômica, um novo arranjo em seu conjunto.

O Capítulo II busca identificar as perspectivas da transição política através da implantação da "Nova República" e do aprofundamento da crise econômica. Nesse sentido, constata-se, na proposta do novo governo, um redirecionamento na política de controle das Empresas Estatais e o seu impacto na crise de financiamento de novos investimentos, necessários ao Setor Público. Nesse quadro de indefinições e planos de estabilização, intensificou-se, paralelamente, o debate sobre a privatização. Para melhor entender os programas e objetivos desses programas criados durante o governo Sarney, assim como as dificuldades e impasses

estabelecidos ao longo do período, foi essencial o trabalho de pesquisa e levantamento de informações junto aos órgãos de imprensa. É interessante observar o discurso dos principais atores envolvidos e as atitudes tomadas pelos responsáveis na condução da política econômica, além das inúmeras contradições do próprio processo de privatização.

Finalmente, discute-se, no Capítulo III, o papel assumido pelas Empresas Estatais ao longo da década de 80, na condição de instrumento de política econômica.

A adoção de uma política de tarifas e preços públicos, voltada ao combate do processo inflacionário, provocou sérias distorções no planejamento setorial das Empresas Estatais, tendo em vista o seu reflexo no saneamento financeiro e a capacitação de novos investimentos. Ao se discutir a atuação das Empresas Estatais no setor produtivo (SPE), verificou-se a sua maior inserção na produção de insumos, de uma forma geral.

É interessante observar, portanto, como foram aplicadas tais medidas e as principais consequências para alguns setores específicos, tais como: Siderurgia, Telecomunicações e Energia Elétrica.

Além disso, outra preocupação foi caracterizar as formas de controle existentes e as novas perspectivas oriundas das reformas constitucionais promovidas durante o governo da "Nova República".

Da mesma forma, preocupou-se também em analisar o impacto da crise financeira vivida pelo Setor Público e em discutir a necessidade de redefinir o papel do Estado e o seu novo formato, tendo em vista sua atuação futura.

CAPÍTULO I

EMPRESAS ESTATAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA

1.1 - REVISÃO HISTÓRICA

1.1.1 - A Presença do Estado

Para uma análise mais abrangente das relações entre Estado e Economia é necessário um estudo mais sistemático de diversas categorias que tenham explicações do próprio processo do desenvolvimento econômico e histórico do país. De maneira global, verifica-se a intrínseca relação do próprio avanço das formas capitalistas de produção e a coordenação mais direta do próprio Estado. Nesse sentido, é utilizada uma crescente máquina burocrática centralizada que avança no processo de intervenção e regulação econômica. À medida que cresce a sua participação como organismo, cresce sua importância em termos políticos, econômicos e sociais.

Simultânea à sua participação crescente e efetiva nas decisões e realizações nas esferas política e social, ocorre a intervenção do Estado na economia, desde as atividades de simples regulação até a condição de produtor e empreendedor do desenvolvimento econômico.

As relações existentes entre a incorporação dessa estrutura material e econômica e os aspectos sociais e políticos caracterizam um determinado momento histórico em formação.

A preocupação inicial, portanto, é descrever os principais elementos que intervêm na discussão sobre a relação entre Estado e Economia.

Em diversos estudos históricos sobre os processos de desenvolvimento de diferentes países, desenvolvidos ou não, são constatadas algumas observações gerais a respeito de possíveis associações entre as funções exercidas pelo Estado no processo de desenvolvimento econômico através do esforço concentrado, visando à instalação de um parque industrial. Nesse sentido, o trabalho de Gershenkron (1976, p.76) aponta para os casos clássicos - Alemanha, URSS e Japão - de intervenção estatal no desenvolvimento industrial tardio: "A medida que uno se translada hacia áreas en las que el atraso imperante era mayor, y donde, en consecuencia, los brotes de la industrialización se demoraron más y alcanzaron una violencia mucho mayor - tal como sucedió en Rusia durante la última década del siglo pasado -, vuelve a resultar difícil asignar un papel crucial a cualquier tipo de acumulación de capital preindustrial. En el caso que estamos ahora considerando, el papel estratégico en la provisión de capital, fue desempeñado por las políticas presupuestarias del Estado."

Assim, passa à sua responsabilidade a criação dos pré-requisitos institucionais necessários ao desenvolvimento capitalista, onde a força principal encontra-se na sua capacidade de criar a alavancagem suficiente e necessária - infra-estrutura e agenciamento de fundos - para o início do processo.

No caso particular do Brasil, a presença do Estado ocorreu durante um longo período, caracterizado por ciclos de maior ou menor intensidade e de acordo com os movimentos interno e externo do processo de acumulação capitalista. O período inicial esteve voltado à substituição das importações, com maior impacto no setor produtor de bens de consumo durável e, posteriormente, com o avanço do processo de industrialização, a consolidação mais recente do setor produtor de bens de capital.

Evidentemente, não podemos ignorar as diferenças existentes entre as formas de constituição dos setores industriais nos diversos países que tiveram o Estado como elemento dinâmico.

De fato, a partir da segunda metade do século passado, verificaram-se o surgimento e o fortalecimento da grande empresa, assim como a alta centralização financeira, que procurava atender às novas necessidades de intermediação e circulação do capital. Esse movimento acelerou o processo de concentração da produção e da propriedade capitalista, viabilizando a formação de plantas industriais com estrutura e dimensão gigantescas. Nesse contexto, tornou-se requisito fundamental para a aceleração do processo de acumulação capitalista a coordenação desses elementos - grande empresa e setor financeiro - cuja função foi desenvolvida, em alguns casos, pelo Estado. Portanto, o seu papel tornou-se chave na medida em que teve capacidade de racionalizar e garantir a necessária apropriação dos recursos excedentes e de promover, no

contexto dos países de industrialização tardia, a passagem para esse novo estágio de acumulação, ou seja, o capitalismo monopolista.

Dentro da especificidade da industrialização tardia do Brasil, ocorre a superação do sistema mercantil-exportador, cuja insuficiência encontrava-se na sua incapacidade em promover a reprodução ampliada do capital. Verificava-se a predominância das relações comerciais, onde uma parte do excedente ficava na órbita do comércio externo. Havia necessidade de um esforço concentrado na criação de projetos que exigiriam escalas mínimas de produção - siderurgia, energia, petróleo -, além da existência de uma determinada infra-estrutura. Para tanto, a articulação do sistema financeiro e industrial, dadas as novas relações capital-produto para a montagem de setores básicos, deveria ser executada através da presença do Estado.

Ficou relativamente explicitado que a atuação do Estado é fundamental para completar uma base técnica capaz de desenvolver o setor de bens de capital, tendo em vista o avanço da internacionalização do grande capital monopolista. "Sua capacidade de concentrar recursos e promover o avanço do processo de industrialização é legitimada em função de articular financeiramente blocos de capital desigualmente monopolizados: o capital privado doméstico e o grande capital internacional" (Belluzzo, Coutinho, 1982, p. 22).

É importante assinalar que a crise de 1929, com significativas quedas nos níveis de renda e emprego da economia capitalista, reflexos da depressão econômica verificada nos EUA, provocou o surgimento de condições objetivas para a intervenção do Estado na economia. A discussão a respeito de sua participação direta em investimentos produtivos, que tivessem o efeito de reversão da crise e possibilitassem novas condições de emprego e renda, ficou registrada na época através do aparecimento da obra "A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda", de J.M. Keynes. As formulações teóricas keynesianas irão provocar uma verdadeira revolução no pensamento econômico, pois colocarão as condições objetivas da capacidade e importância da intervenção do Estado nas economias em crise. Tornaram-se, a partir de então, a grande referência crítica à ortodoxia predominante, que propugnava a forma automática para os ajustes do sistema econômico. O Estado é colocado no centro das decisões necessárias para garantir a sobrevivência do próprio sistema.

Ao analisarmos o processo de intervenção do Estado na economia brasileira, encontramos a década de 30 como sendo o marco dentro do quadro de mudanças sociais e políticas, ao mesmo tempo em que se formavam as novas esferas administrativas e o próprio aparelho econômico provido com os projetos de industrialização e, conseqüentemente, o fortalecimento do Estado.

Portanto, não podemos perder de vista a estreita conexão entre os objetivos da formação do aparelho econômico estatal e a política

de industrialização do país nesse período. Ao mesmo tempo, é necessário ressaltar o papel das demandas sociais que aparecem nesse novo cenário, tendo em vista os diversos interesses propostos e em processo de articulação. Para Draibe (1985, p. 46), essa idéia tem destaque e ocupa significativa importância para a constatação da chamada "edificação do aparelho econômico estatal, a multiplicação dos órgãos de controle, regulação e intervenção do Estado, que se desdobrou no período, constitui uma forma peculiar de incorporação dos interesses de classe na estrutura material do Estado".

A presença e estruturação organizacional material do Estado ocorreu a partir da crise de 1930 que, por sua vez, criou as condições político-econômicas necessárias para a sua constituição.

Para Draibe (1985, p. 47), "desse modo, o caráter capitalista desse Estado em formação é impresso na sua própria estrutura, na medida em que a nova máquina burocrático-administrativa que emerge a partir de 1930 condensa e exprime, nos seus aspectos propriamente materiais, as relações e contradições básicas da sociedade".

O fundamental é, portanto, verificar, concretamente, como se processam essas condições e distinguir as várias linhas de intervenção do Estado na economia. Novamente, é interessante salientar a evolução do papel do Estado enquanto agente produtivo no contexto do processo de acumulação capitalista.

Portanto, o que se procura analisar é a definição e combinação das demandas que a sociedade em transição promove e a resposta que o Estado fornece através de uma organização que estabeleça condições para fomentá-las.

Utilizando-se da análise comparada entre Empresa Estatal e Capitalismo, Abranches (1977, p. 7) enfatiza o papel do Estado no processo de acumulação capitalista quando avalia que "na medida em que o Estado, como organização e como cristalização de interesses, é um instrumento fundamental para garantia de reprodução ampliada do sistema de relações que definem o desenvolvimento capitalista, intervém de várias maneiras no universo econômico. As formas desta intervenção em atividades diretamente produtivas dependerá (*sic*) do modo e das condições em que se dá o processo de acumulação em uma determinada formação sócio-econômica".

A forma de intervenção do Estado no processo de acumulação e os instrumentos utilizados são reflexos do próprio desenvolvimento da estrutura produtiva e demandas sociais inerentes a cada país.

Utilizando-se do raciocínio de Abranches, devemos entender que "a ampliação do aparelho de Estado corresponde, portanto, tanto as necessidades criadas por transformações estruturais provocadas pelo processo de desenvolvimento, como pela dinâmica política própria a cada etapa deste processo, a pactos, alianças e correlações de poder envolvendo as diversas forças sociais ativas" (Abranches, Dain, Salgado, 1978, p. 5).

A intervenção do Estado na economia ocorre de diversas maneiras, segundo as necessidades de regulação, fomento e produção. Na aplicação de políticas fiscal e monetária, onde os objetivos encontram-se voltados às questões de distribuição e transferências, verifica-se o seu papel regulador. A função de fomento, por sua vez, encontra sua explicação na política de financiamento público, onde, através de políticas fiscal e monetária, são canalizados os recursos necessários para garantir um determinado monopólio e subsidiar um determinado setor estratégico; enfim, para promover a expansão do sistema global. Para a garantia da presença efetiva do Estado na economia, tendo em vista o seu caráter produtivo, são estabelecidas as chamadas empresas públicas ou estatais.

A antiga discussão a respeito da intervenção do Estado ganha fôlego nos últimos anos, pois o caráter ideológico dos discursos neoliberal e do estadista vem ganhando novos adeptos e propostas que remontam a antigas crenças de que as crises são solucionadas pela privatização, de um lado, ou por maior intervenção do Estado, por outro. Indiscutivelmente, os debates prosseguem, e os Estados procuram modelos que mais se ajustem às suas necessidades.

Segundo Bresser Pereira (1989a), a respeito do caráter cíclico da intervenção estatal, é possível verificar que essas adequações ocorrem em determinados períodos, traçando novos perfis em relação à presença do Estado. Dentre as diversas funções desenvolvidas pelo Estado (alocação de recursos, definição nos níveis de poupança e de

investimentos, distribuição de renda entre os diversos segmentos sociais etc.), ocorre ciclicamente um aumento na sua participação direta - e/ou através de empresas estatais - ou no grau de regulação ao qual a economia é submetida. A disfuncionalidade é caracterizada na medida em que os propósitos básicos de obtenção de poupança, de realização de novos investimentos não se concretizam, tendo em vista o excesso de regulação. Nesse contexto, por exemplo, é necessário reavaliar o papel do Estado e reverter o ciclo. "Esse caráter cíclico de expansão e contração da intervenção estatal pode ser visto sob uma ampla perspectiva histórica e pode também ser examinado sob o ponto de vista da tendência do papel econômico do Estado transformar-se nos momentos de reversão cíclica. Em cada ciclo temos a introdução de novos modos de intervenção estatal. O Estado expande-se e contrai-se, mas ao fazê-lo também mudam continuamente as formas de sua intervenção na economia" (Bresser Pereira, 1989a, pp. 122-123).

Portanto, uma vez entendida a idéia do caráter cíclico, constata-se que a intervenção estatal é condição necessária tanto para a acumulação como para a distribuição, pois o mercado não consegue cumprir totalmente essas funções. Essa proposição tem o efeito de levar a entender o caminho que a intervenção estatal percorre, ou seja, ela aumenta de intensidade durante a fase de expansão do ciclo e diminui na sua fase de retração. Para Bresser Pereira (1989a), é difícil estabelecer uma medida para se verificar a intensidade da intervenção estatal. Entretanto, podem-se determinar alguns parâmetros de inserção e relação que o Estado

institui, por exemplo, com as empresas e as formas indiretas de atribuições que se fixam no conjunto de uma política macro e microeconômica. Procurando caracterizar melhor o que representa uma maior ou menor intervenção e utilizando-se da idéia central representada pelo ciclo, em sua fase inicial de expansão, haverá a aplicação de uma política de correção, dadas as distorções promovidas pelo alto nível de coordenação do mercado. Portanto, aparecem com frequência as chamadas políticas regulatórias, através de:

- a) maior gasto do Estado via modernização setorial e mecanismos de transferências;
- b) aplicação de uma tributação mais progressiva;
- c) regulação direta sobre os agentes privados.

Nesta fase, normalmente, os investimentos diretos são canalizados através da criação de empresas estatais, para fomentar o próprio processo de desenvolvimento. Mas, a partir de um determinado momento desse processo de intervenção, começam a aparecer as primeiras distorções, tais como:

- a) desequilíbrios do orçamento público;
- b) diminuição da competitividade das empresas, principalmente em nível internacional;
- c) pode ter início um processo inflacionário, desequilibrando as contas externas;
- d) as próprias empresas criadas pelo Estado podem começar a indicar problemas administrativos e financeiros.

Portanto, verifica-se a necessidade de revisão desse processo de intervenção, tendo em vista uma avaliação cíclica, ou seja, os ajustes devem ser efetuados (fiscal, privatização, desregulação etc.) nesse momento, com o objetivo de encerrar uma fase e dar início a um novo processo de intervenção do Estado. A partir de então, o Estado assumirá novos papéis, atendendo a um conjunto de agentes econômicos e a representantes das diversas classes sociais (Bresser Pereira, 1989a, p. 126).

1.1.2 - A Questão da Empresa Estatal

A partir das análises desenvolvidas sobre a intervenção do Estado na economia, o elemento que se destaca, pelo seu caráter produtivo e dada a sua inserção no contexto de acumulação capitalista, é, sem dúvida alguma, a empresa estatal. A discussão que se estabelece a seu respeito envolve, historicamente, a disputa entre os defensores da intervenção do Estado em confronto com os ideais liberais, levando a situações onde as polarizações ideológicas pouco têm contribuído para a efetiva compreensão do papel e do significado do papel do Estado na dinâmica da economia capitalista.

A empresa estatal, analisada no seu aspecto mais abrangente, reflete, pela própria natureza de atuação, as relações das esferas econômica e política.

Essa associação permanente retrata, sem dúvida alguma, a importância de seu papel no próprio desenvolvimento econômico e social interno. Na maior parte do setor produtivo em que se encontra circunscrita, e a despeito de crises provenientes do próprio padrão de desenvolvimento nacional e de indefinições de caráter político, não podemos desprezar a importância do papel da empresa estatal na continuidade do processo de acumulação de capital.

É interessante destacar o papel da empresa estatal numa perspectiva mais ampla e suas principais relações enquanto pertencente à organização produtiva e, simultaneamente, ao organismo do aparelho de Estado. Estão definidas claramente as esferas econômica e política com suas respectivas implicações resultantes da própria inserção da empresa em atividades diretamente produtivas.

A empresa estatal, portanto, incorpora uma ambigüidade de caráter estrutural. Ou seja, como já se afirmou, ela sintetiza em si mesma a relação entre os seus aspectos econômico e político. O seu comportamento caracteriza-se ora pelo seu caráter estatal, ora pela sua face empresarial. Como decorrência, coexistem duas lógicas distintas em seu campo de ação: a pública e a privada. Em síntese, na realidade é a presença dessa ambigüidade que a marca estruturalmente.

No contexto e na lógica empresarial, a grande empresa privada submete-se a mecanismos reguladores similares.

Portanto, o comportamento da empresa estatal, mesmo marcado por estratégias próprias, através de pactos políticos, possui na sua fundamentação e ação a dinâmica real das relações econômicas. O seu caráter capitalista é predominante em todos os aspectos: na obtenção da mão-de-obra, na geração de lucros e, enfim, no processo de acumulação. Mas enquanto empresa do Estado, tem a sua ação direcionada, restringida, por aspectos não necessariamente econômicos.

São utilizadas para diversas finalidades ocupando espaços vazios de investimentos e/ou complementando setores que se encontram em crise conjuntural. Nesse sentido, encontramos frequentemente situações de perda capital, quando os níveis de investimento e a taxa de retorno são considerados baixos. Assistimos, muitas vezes, no caso de política de preços e tarifas, à manutenção do congelamento ou de preços artificiais para atender determinada política econômica, voltada para a estabilização ou controle do processo inflacionário e, conseqüentemente, para promover o repasse ao capital privado, que acaba trabalhando com esses insumos subsidiados. Verifica-se uma atenuação na tendência de queda na taxa geral de lucro do sistema global, graças a essa política de transferências e subsídios.

Ao mesmo tempo, na condição de unidade produtora capitalista, a própria empresa estatal é afetada por essa política através da queda em sua taxa interna de lucros, prejudicando o próprio processo interno de acumulação dessas empresas.

A mediação do Estado promove, nesse quadro, uma outra questão a ser esclarecida: a capacidade de autonomia e a contradição permanente entre o público e o privado. Parece que o grau de autonomia está diretamente relacionado com a capacidade e flexibilidade operacional da empresa pública em assumir a lógica do capital privado. O recíproco também é verdadeiro.

Essa contradição estrutural fica estabelecida na medida em que "o seu caráter estatal está associado ao fato de serem parte integrante dos aparelhos de Estado, podendo, portanto, contar com recursos de ordem político-econômica que não estão ao alcance da empresa privada. Por outro lado, sofrem limitações em nível macroeconômico e macropolítico que não são, de mesma forma, aplicáveis a empresas privadas em uma economia de mercado. Assim, sua ambigüidade estrutural tem duas faces. De um lado, a oscilação entre seu caráter empresarial e sua natureza estatal pode trazer-lhes benefícios, em virtude mesmo de ser parte de dois mundos. De outro, impor-lhes constrangimentos objetivos, obrigando-as a sacrificar seus interesses empresariais mais diretos, em favor de necessidades ou obrigações de ordem político-econômica mais geral" (Abranches, Dain, Salgado, 1978, p. 13).

Para melhor entender o processo de criação e expansão do setor produtivo das empresas estatais, convém promover um corte temporal para marcar em que circunstâncias político-ideológicas e em que etapas do desenvolvimento capitalista e industrial brasileiro elas apareceram e foram utilizadas. Para tanto, recorro ao trabalho de Dain (1977) para caracterizar as três gerações de empresas que se sucederam ao longo do processo de desenvolvimento industrial. A primeira geração é representada pelo conjunto empresarial que aparece no pós-30. Na década de 40, por exemplo, foram criadas a Vale do Rio Doce, a Cia. Nacional de Álcalis e a Cia. Siderúrgica Nacional, além do estabelecimento do monopólio do petróleo, através da criação da Petrobrás. Portanto, esse movimento inicial de criação de empresas estatais refletiu um caráter de nacionalização do setor primário exportador. Essa preocupação em dominar esses dois setores básicos para o desenvolvimento estava associada mais à questão de um capitalismo nacional e à segurança nacional.

A partir da segunda metade dos anos 50, durante a implementação do Plano de Metas, ocorre a formação da segunda geração de empresas produtivas, vinculadas às próprias metas previstas, ou seja, ao crescimento do setor energético, à expansão e integração da Rede Ferroviária Federal e, principalmente, ao desenvolvimento do setor de insumos básicos, através da Usiminas, além da criação da primeira *holding* estatal, representada pela ELETROBRÁS. Nessa nova etapa, onde a necessidade de maiores inversões de capital torna-se vital para o desenvolvimento desses setores, verifica-se a combinação do capital estatal e estrangeiro

para financiar as novas demandas tecnológicas. O papel reservado para as empresas estatais no tocante ao suprimento de insumos básicos, em quantidade suficiente para atender as novas demandas do mercado e a preços subsidiados, foi marcadamente de caráter empresarial do Estado (Dain, 1977, pp. 143-146).

A terceira geração foi marcada pela formação de inúmeras unidades empresariais, no período pós-64, onde ocorreu uma reorganização administrativa e de controle de decisões - como veremos mais adiante - que se consubstanciou na formação das chamadas subsidiárias e na constituição de novas *holdings* setoriais. Nesse momento, além da expansão quantitativa, o avanço das empresas estatais ocorreu em função de suas inserções em setores de ponta, exigindo um acentuado caráter empresarial em suas atividades.

De uma maneira geral, é possível afirmar que a origem e evolução das empresas estatais "seguiram uma certa racionalidade definida pela necessidade de preencher os vazios econômicos que o setor privado não estaria em condições de atender, na forma, dimensão ou tempestividade exigidas pelo crescimento social e econômico. Em outras palavras, a lógica do surgimento e crescimento das estatais decorreria de requisitos próprios do desenvolvimento econômico, mesmo quando revestidos de conotação ideológica" (Seminário sobre Planejamento e Controle..., 1983).

O papel das estatais no contexto do desenvolvimento econômico do Brasil passa a ser analisado como agente dinamizador do crescimento, de reorientador de resultados e, até certo ponto, de solucionador de crises cíclicas.

1.1.3 - Breve Periodização

A preocupação básica de se fazer uma breve retrospectiva das principais transformações da máquina estatal é procurar avaliar a sua estruturação, tendo em vista seus aspectos globais, dentro do processo de desenvolvimento econômico, bem como, principalmente, destacar a participação e inserção das empresas estatais nesse processo.

Evidentemente, o enfoque principal estará voltado sempre para a questão da criação e desenvolvimento das empresas estatais vinculadas aos movimentos de industrialização. Tendo em vista o desempenho e aplicação dos diversos planos de governo que se adaptaram às diversas conjunturas econômicas e políticas, esse conjunto de entidades públicas foi sendo criado e utilizado para diversos objetivos. Desse modo, a escolha dos anos 30, como marco inicial desse processo, explica a importância da intervenção do Estado e o seu papel na economia. Ao mesmo tempo, deve ficar registrada a sua participação como agente produtor do avanço da acumulação capitalista industrial.

Utilizando-se de uma periodização considerada tradicional para a análise do processo de industrialização do Brasil, e com a presença mais marcante do Estado, a primeira fase dessa evolução, a ser considerada, estaria compreendida entre os anos 1930/45. O país ressentia das mudanças ocorridas no cenário internacional, inicialmente através da crise de 1929 e, depois, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Temos um avanço no processo de industrialização sustentado, dentre outros instrumentos, por uma revisão na política fiscal e financeira. No tocante à questão fiscal, ocorre a revisão da política de tributação sobre o imposto de renda e cobrança de impostos sobre lucros extraordinários. Para além dessas alterações de natureza fiscal, o governo decide implementar uma política voltada à contração de empréstimos e à criação de empresas públicas. Para a sua concretização, cria a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1937, e o Instituto Nacional de Aplicação da Previdência (INAP).

Diante da polêmica a respeito da formação de um Banco de Investimentos para fomentar o processo de industrialização, a alternativa estatal para a questão dos empreendimentos industriais setoriais seria viabilizada através da criação das chamadas empresas públicas ou de economia mista. A partir de então, temos, ao longo da década de 40, o aparecimento da Cia. Siderúrgica Nacional (1941); a Cia. Vale do Rio Doce (1942); a Cia. Nacional de Alcalis e Fábrica Nacional de Motores (1943); a Cia. Hidrelétrica de São Francisco (1945).

Não obstante a reforma tributária e a utilização de Fundos, os déficits orçamentários perseguiram as finanças do país, levando Getúlio Vargas a adotar, através de uma estratégia de "jogo duplo", entre o "Eixo" e os "Aliados", a política de financiamento via EXIMBANK para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda.

Convém assinalar que o período de 1930/45 foi marcado pelo centralismo estatal, principalmente após a instalação do chamado Estado Novo, muito embora de forma segmentada e múltipla.

Na avaliação de Draibe (1985, p. 132), a inexistência de agências centrais voltadas ao financiamento interno da indústria nacional e de um órgão capaz de estabelecer uma política de moeda e crédito, a "regulação e intervenção do Estado se faziam através de instrumentos que afetavam genericamente os fluxos econômicos fundamentais".

Entretanto, o estatismo representava um estilo de desenvolvimento, através do qual se destacavam os papéis de investidor e orientador da atividade econômica. Intensifica-se, portanto, nesse período, o poder regulatório sobre a economia.

"Paradoxalmente, porém, os anos 30 foram os de menor intervenção direta do governo no campo empresarial. O aumento do controle do Estado se deu, antes, no poder regulatório sobre a economia. De fato, o Estado não se lançou em nenhuma atividade

empresarial nova na década de 30. As empresas do governo ampliaram o seu controle sobre setores onde já participavam ou naqueles subvencionados" (Suzigan, 1976, p. 85). Somente a partir dos anos 40 é que ocorreu, efetivamente, uma intervenção direta das empresas criadas principalmente no setor industrial.

No governo Dutra (1946/50), houve uma certa redução na intervenção do Estado. Implantou-se uma doutrina econômica com tendências neoliberais, respondendo à nova ordem política. De certa maneira, provocou uma descentralização dos instrumentos e organismos estatais de política econômica. Dentro do espírito e discurso liberal voltado a um processo de "redemocratização", processou-se uma relativa mudança na dinâmica de funcionamento do padrão de intervenção, dado que o conjunto de instrumentos criados e a própria estrutura econômica estabelecida durante o Estado Novo permaneceram praticamente inalterados.

"Sob o governo Dutra, não se procedeu, de fato, ao desarmamento da capacidade intervencionista e regulatória do Estado: o retorno aos termos mais liberais do pré-30 já era uma impossibilidade histórica, por raízes de diferentes níveis" (Draibe, 1985, p. 138).

Entretanto, não se pode negar que o período (46-50) não tenha promovido mudanças nos rumos do projeto centralizador, principalmente no que tange à questão da implantação de indústrias e, portanto, no chamado programa de industrialização.

De um lado, permaneceram os mecanismos de regulação do crédito, do câmbio, dos juros e das empresas públicas; do outro lado, ocorreram mudanças na forma de funcionamento e controle econômico do Estado, cujos reflexos encontravam-se no próprio controle econômico através da avaliação feita pelos órgãos de planejamento, que elaboraram um novo programa de governo, denominado Plano SALTE.

O Plano SALTE foi proposto pelos técnicos do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, criado em 1938 e que tinha a responsabilidade de organizar a estrutura administrativa. O Plano pretendia concentrar esforços nas áreas de transportes, energia, alimentação e saúde. Dada a sua estruturação incapaz de atender aos requisitos básicos de planificação, o Plano frustrou. As propostas voltadas para incrementar o processo de industrialização também não representaram nenhum acréscimo à estrutura montada no período anterior.

As prioridades básicas, previstas no seu programa de mudança, constavam da formação de um conjunto de investimentos, principalmente na área de capital social básico. No tocante às empresas públicas já instaladas, não se constituíram em elementos vitais nos planos econômicos.

Foram atendidas as demandas indispensáveis para o prosseguimento de suas tarefas, não ocorrendo, portanto, nenhum programa de desmobilização, nem de privatizações.

O retorno de Vargas (1951-54) foi marcado claramente pelo processo de centralização da política econômica do Governo Federal. A participação e ampliação do Estado voltou a ser objetivo básico e diretriz fundamental para o novo período. Portanto, representou um salto no processo de expansão e centralização da máquina estatal. O programa do governo Vargas contemplava um conjunto de projetos voltados para a criação de indústrias de base e modernização da agricultura, além da organização de um sistema de financiamento para dinamizar o fluxo de investimentos internos e entrada do capital externo.

Entretanto, deve-se enfatizar o papel reservado às empresas estatais, que, por sua vez, representou a implantação de uma nova dinâmica.

Cabe destacar, portanto, as principais inversões que sofreu o conjunto de empresas estatais, responsáveis pelos empreendimentos industriais, determinantes na política econômica do período.

A grande empresa pública faria o papel de internalizar os investimentos para a economia nacional, promovendo os desdobramentos tanto para o capital privado nacional, como para o internacional. Ela seria uma espécie de catalisadora desse ciclo de

investimentos. São inúmeros os exemplos de empresas que tinham na sua concepção original esses objetivos previamente estabelecidos. Desde as indústrias de eletrodomésticos, farmacêutica e produtos químicos até a criação da Petrobrás (1953), que instituiu o monopólio estatal. Em seu projeto de criação, previa-se uma nítida articulação com o capital nacional privado, através da criação de subsidiárias para um conjunto de atividades complementares ao refino, pesquisa, comercialização e derivados. Da mesma forma, foram consideradas empresas de grande porte para as áreas de transportes ferroviário e marítimo; na produção de ferro e aço; na indústria química; na criação de Centrais Elétricas.

Não podemos deixar de mencionar, dentro desse quadro de agentes propulsores de investimentos para o processo de industrialização, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, em 1952, que possuía o duplo papel de provedor de recursos de longo prazo e órgão centralizador dos recursos públicos para investimentos em infra-estrutura e indústria de base.

O governo Juscelino Kubitschek (1956/60) representou, através da implementação do Plano de Metas, um esforço de formação da base industrial pesada, com a atuação e direção do Estado.

O novo Plano indicava a preocupação com a transformação e montagem de indústrias produtoras de insumos básicos, do setor produtor de bens de capital e dos serviços públicos.

Dentre as metas propostas, destacam-se:

- 1) inversões diretas do governo no sistema de transportes e geração de energia;
- 2) instalação de setores produtores intermediários e indústrias produtoras de bens de Capital.

A política econômica adotada no período encontrava-se configurada na capacidade de atrair capital estrangeiro, necessário para atingir determinadas metas para o capital e indústria nacionais. Para tanto, repousou uma nítida ampliação institucional da participação direta do setor público na formação interna de capital.

Dentro do conjunto de Metas estabelecidas, a promoção de uma intervenção mais direta do Estado, principalmente através da expansão e criação das empresas públicas, constituiu-se no segmento fundamental para a sua implantação. O Estado forneceu suporte à infra-estrutura e participou diretamente da produção setorial da economia nacional. Foram então criados, no Setor de Energia Elétrica, as Centrais Elétricas de Furnas (1957), a Cia. de Eletricidade do Amapá (1959) e Cia. Hidrelétrica do Vale do Paraíba; no Setor de Transportes, foram unificadas as estradas de ferro federais pela criação da Rede Ferroviária Federal (1957); e, no setor de Indústrias de Base, a Usiminas (1956), a Cia. Ferro e Aço de Vitória (1959) e a Cosipa (1960).

Em suma, pode-se afirmar que a política de desenvolvimento ao longo dos anos 50 promove uma profunda mudança no perfil de intervenção direta e/ou indireta do Estado. Nesse sentido, é inegável o papel modernizante da estrutura industrial brasileira. Para um entendimento mais claro e extensivo desse processo, convém utilizarmos de uma síntese das principais ações do setor público, analisada e sintetizada por Lessa (1981). Esse autor procura mostrar que, no plano instrumental-institucional, houve uma profunda transformação qualitativa do Estado nesses períodos. Para tanto, enfatiza que "o setor público no Brasil é o proprietário e empresário das atividades de transporte marítimo, fluvial e ferroviário, de produção e refino de petróleo. Controla a maior parcela do Setor Siderúrgico (CSN, COSIPA, USIMINAS, ACESITA e Ferro e Aço de Vitória), e caminha a passos largos para se constituir no principal produtor de Energia Elétrica (empresas públicas participavam em 23,4%, em 1961, no total da potência geradora, sendo criada, nesse ano, a ELETROBRÁS). Intervém diretamente nas atividades dos principais setores de exportação (utilizando-se das autarquias como o IAA, Comissão da Defesa da Borracha, IBC etc.). É, isoladamente, o maior banqueiro comercial, outorgando, aproximadamente, 35% do crédito geral ao setor privado, através do Banco do Brasil, e a maior parcela ao crédito agrícola (...)" (Lessa, 1981, pp. 115-117).

O período seguinte, Jânio-Jango (1961/64), apresenta um quadro bastante instável, marcado pela queda do nível de atividade

econômica, aceleração inflacionária e distúrbios de caráter político e social.

A política econômica do período foi caracterizada, efetivamente, por esses elementos supracitados. O processo inflacionário, por exemplo, toma conta das prioridades do governo, tornando-se preocupação permanente. Para tanto, o governo utiliza-se dos instrumentos tradicionais, como o controle de preços e tarifas do setor público, gerando, conseqüentemente, um gradativo processo de descapitalização das empresas estatais. Diante da necessidade de encontrar alternativas para a estabilização econômica, o governo desviou a sua atenção para os projetos e políticas desenvolvidas pelos governos anteriores. Entretanto, persistiu a capacidade de investir no chamado binômio Energia-Transporte. Portanto, tanto a indústria de bens de capital como os diversos esquemas de financiamentos estavam voltados ao apoio desses programas de infra-estrutura.

Foi elaborado nesse período, também, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social - 1963/65, que pretendia desenvolver um programa de estabilização progressiva, onde a preocupação básica seria a preservação da taxa média de crescimento econômico dos últimos anos (1957/61), em torno de 7%. O receituário proposto era semelhante ao de outros programas de estabilização adotados no passado: correção dos preços defasados, redução do déficit público e controle da expansão do crédito ao setor privado.

Segundo a avaliação de Lessa (1981, pp. 123-134), o Plano Trienal não obteve sucesso em função de um conjunto de fatores, destacando-se os erros cometidos nas projeções estabelecidas pelas metas otimistas para a realidade do país. O autor cita a discrepância que houve entre a taxa de inflação esperada pelos empréstimos e incorporada em suas operações e expectativas monetárias e a taxa projetada pelo Plano. As contas públicas descontrolam-se a partir de meados de 63, quando o déficit sobe a mais de 30% das despesas do governo; os preços industriais, nesse mesmo período, retomam a sua aceleração em torno de 8%.

A partir de 64, com a derrubada de Goulart e a instalação do primeiro governo militar, introduz-se um conjunto de medidas econômicas, políticas e sociais.

Inicialmente, em novembro de 1964 era divulgado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, cujos principais objetivos eram:

- a) acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico;
- b) conter o processo inflacionário;
- c) assegurar uma política de investimentos;
- d) corrigir a tendência de déficits do balanço de pagamentos.

A política econômica adotada, a partir de então, foi caracterizada como sendo relativamente ortodoxa, principalmente nos diversos pontos apresentados pelo receituário das políticas fiscal

e monetária. Entretanto, o plano também colocava outros ingredientes de ordem política e social, tendo em vista as futuras reformas institucionais, de caráter mais amplo. Dessa forma, o receituário mais simplista foi abandonado, e as contradições entre as propostas e as medidas começaram a aparecer desde o início de sua implementação. Foi introduzida a chamada "correção monetária", que permitiu, por sua vez, a melhor racionalização no sistema tributário; também, ocorreu a reformulação do Sistema Financeiro, através da criação do Banco Central, com a Lei nº 4.595; foi criado o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, que integrado ao PIS e PASEP, passam a captar os recursos provenientes dessas poupanças compulsórias; foi instituída em 1965, uma lei de Mercado de Capitais, com a finalidade de fortalecer e ampliar o uso do Mercado de Ações.

Portanto, estavam sendo criadas as condições para a ação direta e autoritária do governo, que começa a promover a redução das despesas governamentais, do crédito e arrocho dos salários. Na questão relativa a preços e tarifas, ocorre um aumento generalizado - questão conhecida como "inflação corretiva". Essas ações políticas resultaram num firme declínio do déficit orçamentário e da inflação.

Na órbita da Reforma Institucional, foi de fundamental importância a criação do Decreto-lei nº 200, de 25/02/1967, que trouxe consigo a reorganização do setor público e instrumentalizou a execução da Reforma Administrativa. Na condição de principal

agente de identificação e concentração de poderes, o governo promoveu e definiu as esferas de competência da Administração Federal.

"Art. 4º A Administração Federal compreende:

I - A Administração Direta, que se institui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) Autarquias;
- b) Empresas Públicas;
- c) Sociedades de Economia Mista."

Outro aspecto relevante na análise do Decreto-Lei nº 200 foi a definição e caracterização das entidades compreendidas na Administração Indireta:

"Art. 5º Para fins dessa lei, considera-se:

I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública,

que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

II - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo reverter-se de qualquer das formas admitidas em direito.

III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria a União ou a entidade da Administração Indireta."

A Reforma Administrativa em seus diversos aspectos criava condições para maior flexibilidade da ação do Estado. O artigo 50, supracitado, procura definir os componentes da Administração Indireta. Temos claramente definidos os dois tipos de Empresa Estatal - Pública e de Economia Mista, além das Fundações e Autarquias. A Empresa Pública, portanto, é entendida como sendo de capital exclusivo da União, ou seja, a totalidade de suas ações pertence à União; à Empresa de Economia Mista, por sua vez, o texto faz a ressalva de que a União tem o controle majoritário,

permitindo a participação de acionistas privados. O Decreto-lei nº 200 dava a oportunidade para a criação de diversas subsidiárias de empresas estatais existentes, visando estimular um melhor desempenho administrativo.

A partir desse período, ocorre um processo de criação de holdings setoriais, com um aumento significativo dos monopólios estatais nos setores de eletricidade, telecomunicações e outras áreas de infra-estrutura.

O período denominado "milagre econômico" (1968/74) foi marcado, inicialmente, pela herança do governo anterior, ou seja, voltado principalmente à aplicação de uma política de estabilização e crescimento econômico.

A nova equipe, que assume em 1967, propõe o chamado Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), destacando como objetivos fundamentais a aceleração do desenvolvimento e a contenção da inflação. Em termos de política econômica, após serem analisados os diagnósticos referentes à gestão anterior, o PED procurava criar condições para a expansão de demanda: políticas monetária, creditícia e fiscal mais flexíveis, tendo em vista referendar maior expansão do nível de atividade.

O período, portanto, foi marcado por mecanismos de estímulos à tomada de crédito ao consumidor e à agricultura. Da mesma forma, recebeu um fluxo significativo de recursos o setor de Construção

Civil, além do apoio à implementação de uma política voltada ao incentivo do setor exportador, através da criação de um clima favorável aos investimentos estrangeiro e empréstimos externos.

Nesse quadro expansivo, onde era mantido um nível de dispêndio elevado por parte do governo, as autoridades econômicas incentivaram as Empresas Estatais a recorrerem a empréstimos externos.

O BNDE manteve o seu papel de financiador de investimentos do setor público, embora tenha dado maior atenção ao setor privado.

O "milagre" representou, também, o aumento significativo da produção de bens de consumo durável, onde se destacava a forte expansão do crédito ao consumidor, quando o governo procurava controlar os juros, bem como promover prazos de financiamentos bastante atraentes.

Ao analisar o papel das Empresas Públicas no período (68/74), verifica-se, através do trabalho desenvolvido por Trebat (1980), que houve um sensível aumento da taxa de Investimentos, em torno de 20%, tornando-se possível afirmar, inclusive, que o setor das Estatais torna-se um elemento chave no modelo brasileiro de desenvolvimento, assim como fator determinante de movimentos cíclicos na economia brasileira.

Trebat (1980) procura enfatizar a importância da presença do Estado nessa fase expansiva da economia brasileira, fundamentalmente no suprimento de insumos e garantia de infraestrutura para a produção.

É o momento de consolidação das grandes empresas, definindo o seu papel no contexto público e privado.

O governo do General Geisel (1975/79) experimentou no início de seu mandato os primeiros sinais de desaceleração daquele ritmo de crescimento econômico vivenciado na época do chamado "milagre econômico", com problemas de estabilização no nível externo, devido ao primeiro "choque do petróleo", e no nível interno, pela retomada do processo inflacionário.

Para combater os desequilíbrios externos e ajustar a estrutura econômica à nova realidade, o governo desenvolveu as bases da política de longo prazo, ou seja, procurou estabelecer e manter certas taxas de investimento na indústria de bens de capital e as da eletrônica e, em especial, na de base, assim como no setor de insumos básicos, a fim de substituir as importações.

As bases dessa política de longo prazo estão descritas no II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, aprovado na forma da Lei nº 6.151, em 06/12/1974.

A estratégia da política industrial no governo Geisel baseou-se na substituição de importações nos setores de bens de capital, insumos básicos para a indústria e no aumento da produção e prospecção de petróleo. Os principais instrumentos utilizados foram as isenções do imposto de importação, o crédito subsidiado, proteção do mercado para os novos empreendimentos e garantia de preços compatíveis com as prioridades da política industrial.

De um modo geral, as avaliações a respeito do Programa foram favoráveis no tocante à queda, tanto em valor quanto em participação das importações de setores favorecidos pela nova política industrial. Entretanto, a manutenção de estímulos fiscais, creditícios e cambiais levou, como custo mais visível, à progressiva deterioração da posição financeira do Estado, caracterizada pela queda da carga tributária líquida e pela elevação do endividamento do setor público.

O "projeto nacional" do II PND tentou centrar os esforços de investimentos nas empresas estatais produtoras de insumos e de capital social básico e no setor de bens de capital de origem nacional.

Na verdade, após o ciclo expansivo (1968-74) e com a mudança da conjuntura internacional, "a política econômica adotou a estratégia de manter o crescimento à custa de maior endividamento externo. Com isso se acentuou, ao longo da segunda metade da década de 70, a importância estratégica das exportações de manufaturados e

contenção das importações na geração de saldos comerciais suficientes para o serviço da dívida. Dessa maneira, ao analisarmos o desenvolvimento industrial no Brasil nesse período, temos: a) desarticulação com uma política agrícola; b) falta de articulação setorial e, portanto, aumento de heterogeneidade tecnológica; c) incapacidade do setor financeiro privado para investimentos de longo prazo, até hoje dependentes de agências de fomento públicos" (Suzigan, 1988, p. 10).

O quadro de desequilíbrio macroeconômico com que a economia brasileira defrontou-se na década de 80, caracterizado por elevado endividamento externo, desestruturação do setor público, inflação explosiva e perda de dinamismo, teve sua origem em grande medida em erros de diagnósticos, bem como na timidez que caracterizou o uso de instrumentos de política econômica após o primeiro choque do petróleo. O governo Figueiredo (1979/84) teve, inicialmente, como preocupação básica, que completar o programa de estabilização iniciado no governo Geisel, além de introduzir uma política de combate ao déficit público e de refinanciar a dívida externa, tendo em vista a elevação da taxa de juros do mercado internacional.

Nesse período, foi utilizada de forma permanente uma política de controle de preços e tarifas do setor público, assim como a concessão abusiva de incentivos fiscais - subsídios creditícios que mascaravam a verdadeira dimensão do desequilíbrio fiscal. Portanto, não era tarefa fácil desmontar tal estrutura.

O papel do Estado no início dos anos 80 em relação à indústria passou a ser internamente passivo. A incapacidade de poupança e de investimento por parte do Estado, no aspecto interno da crise, e a interrupção do fluxo externo de empréstimos e financiamentos provocaram a redução do raio de manobra da política econômica.

Na verdade, após o segundo choque do petróleo e a elevação das taxas de juros do mercado internacional, ocorrida a partir de 1979, deteriorou-se o Balanço de Pagamentos, e o estrangulamento externo se impôs como grande restrição ao crescimento. Suzigan (1988, p. 11) analisa o período e assinala que "as preocupações tornaram-se de caráter conjuntural, pois notava-se a ausência de uma política e/ou estratégia de longo prazo, para o setor industrial. A realização dos saldos comerciais para cobrir o serviço da dívida externa passou a representar o principal objetivo de política econômica. Obteve-se uma profunda recessão, entre 1981-83, para tentar superar a crise externa".

Figura 1
NUMERO DE ESTATAIS CRIADAS POR ANO
(1908 - 1980)

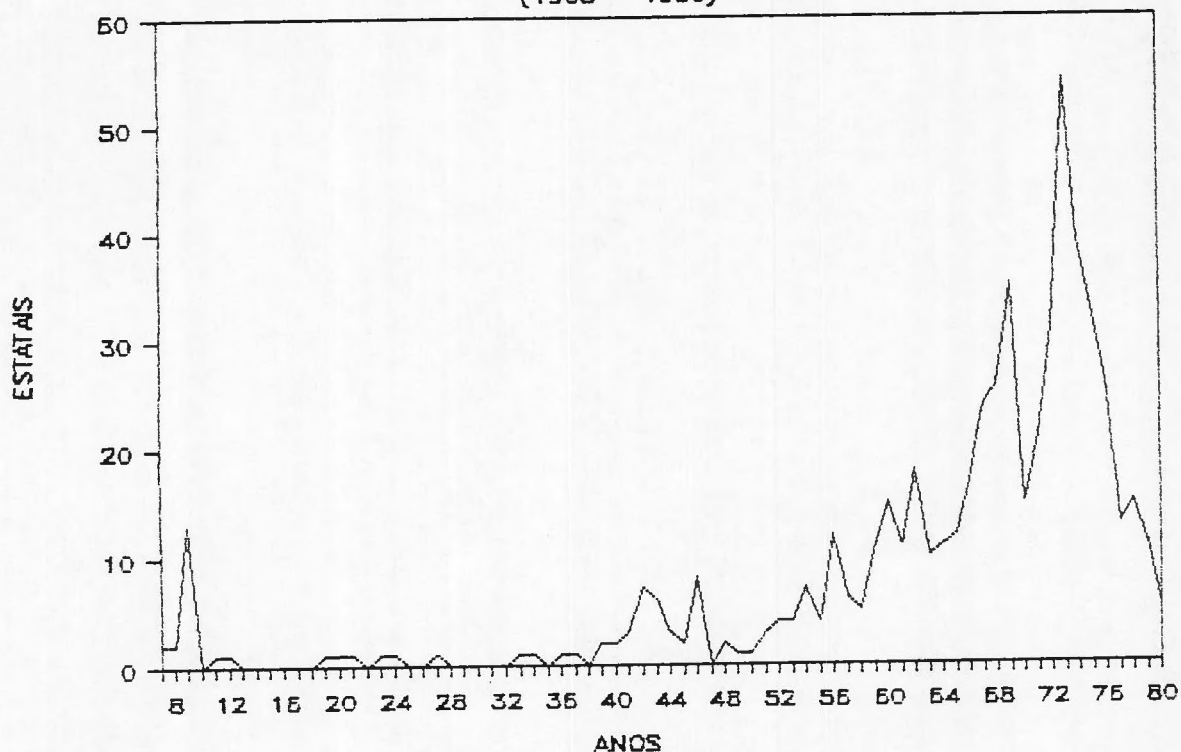
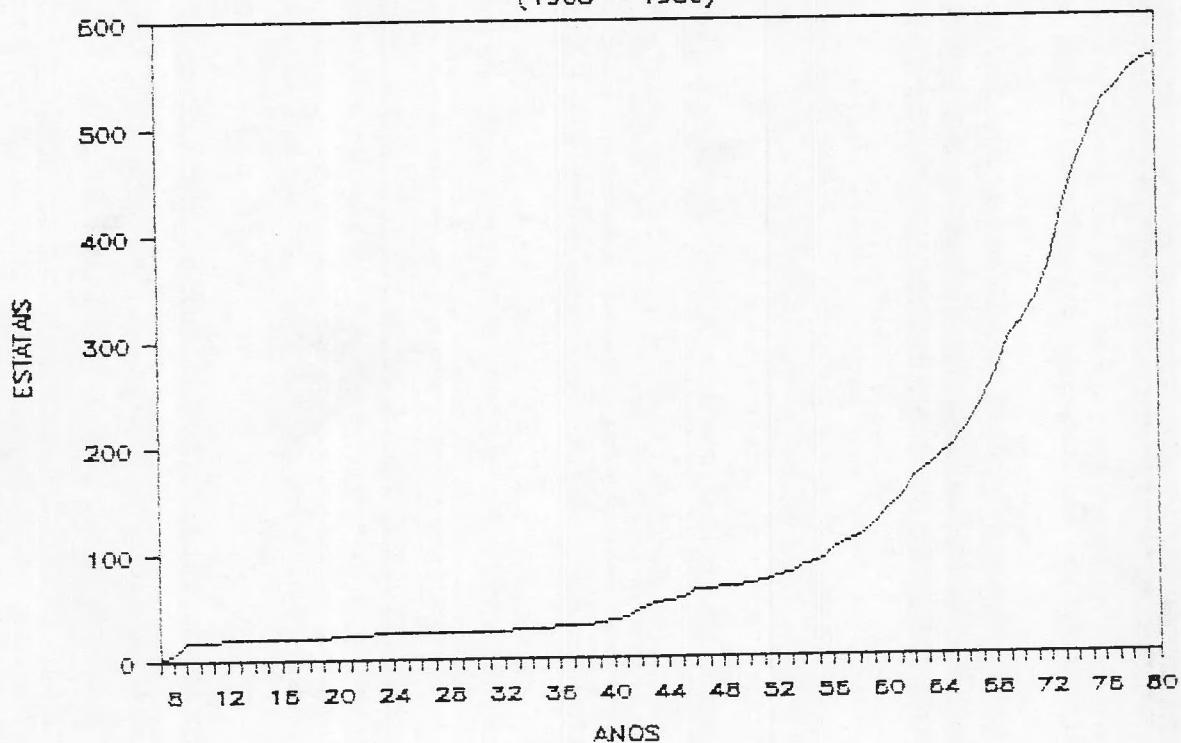


Figura 2
NUMERO DE ESTATAIS CRIADAS - ACUMULADO
(1908 - 1980)



1.2 - DESDOBRAMENTOS SETORIAIS

1.2.1 - Introdução

É interessante notar a formação do setor empresarial brasileiro. Dada a sua especificidade, constata-se um alto grau de especialização em setores básicos e uma fragmentação e setorialização do segmento produtivo, além do alto grau de heterogeneidade.

"Entre os elementos essenciais na diferenciação dos padrões de atuação das empresas estatais está, com certeza, a caracterização dos setores em que operam. Este aspecto ganha relevância em situações como a brasileira, onde a fragmentação dos controles, a diversificação das atividades, a segmentação dos aparelhos de estado e a setorialização do seu segmento empresarial impõem uma abordagem analítica sustentada por estudos setoriais" (Abranches, Dain, Salgado, 1978, p. 19).

Analisando a trajetória de formação e atuação, verifica-se que as empresas estatais se diferenciam quanto à natureza de produção, quanto à concentração setorial e quanto aos setores com os quais se articulam e participam na cadeia produtiva.

Portanto, um dos aspectos fundamentais para se discutir o padrão produtivo das empresas estatais na economia, além do próprio

padrão de produção, é a forma de inserção delas nos mercados. Vale notar a acentuada heterogeneidade estrutural intersetorial existente, promovendo orientações diversas às empresas existentes. A setorialização impede, na maioria das vezes, a adoção de uma política comum de financiamentos e investimentos para o setor em seu conjunto. Nesse contexto, a expansão das empresas estatais no Brasil guarda algumas características próprias quando encontramos diferenciações em diversos aspectos: natureza, grau de concentração e articulações entre os outros setores industriais. Em outros termos, é importante entender a inserção das empresas estatais tendo em vista os setores de atuação - social básico ou insumos básicos e de capital -, a estrutura de mercado em que se desenvolvem e colocam seus produtos no mercado - oligopólio concentrado, diferenciado etc. -, e, finalmente, as relações que se estabelecem entre os setores público e privado, ou seja, as diversas interfaces que se fixam ao longo da própria cadeia produtiva.

Na medida em que constatamos que a maior parte das empresas estatais volta-se à produção de insumos básicos, torna-se patente o seu caráter complementar, tendo como papel principal incrementar a acumulação privada. O Estado, em última instância, desenvolve através de seus investimentos duplo papel: garante o capital social básico e transfere economias externas ao setor privado.

Nos setores em que a empresa estatal atua de forma oligopolista, dado o prazo de maturação de capital e inversões

vultosas, não existe uma compatibilidade em relação aos níveis de rentabilidade e dinamismo. Portanto, fica comprometida a sua maior capacidade de desenvolver uma política de investimentos mais autônoma. A conclusão aproximada dessa situação é a de que a garantia do controle de mercado ocorre em função da dimensão dos investimentos, do longo tempo de maturação dos investimentos e, principalmente, da relação desfavorável entre lucro e risco.

Em relação à divisão de eventuais áreas de atuação entre empresas privada e estatal, a discussão envereda-se pela questão política ou pelo caráter técnico, onde a ação estatal estaria sendo complementar à produção privada. Com a perspectiva de modernização, provavelmente, como tem ocorrido em países europeus, o papel da empresa estatal terá que necessariamente ser revisto, dadas as necessidades de mudanças ocorridas no novo contexto de participação nos investimentos e utilização de novas tecnologias em setores estratégicos para o desenvolvimento interno da economia nacional.

1.2.2 - Caracterização e Formas de Atuação

O conjunto das empresas estatais brasileiras é caracterizado pelo seu caráter heterogêneo. A diferenciação ocorre através do tamanho das organizações, pelos tipos de empresas e pelas funções desempenhadas.

O primeiro bloco é representado pelas produtoras de serviços de utilidade pública, abrangendo os setores de energia, comunicações, água, esgotos e limpeza urbana. A principal função é suprir as condições mínimas de infra-estrutura (capital social básico), importante variável para o desenvolvimento industrial.

O segundo bloco de empresas é representado pelas grandes organizações, que fornecem os insumos básicos da indústria: mineração, metalurgia, petróleo e derivados.

Portanto, levando em consideração o ritmo de diversificação e atuação do Estado através de órgãos, agências e instrumentos distintos, constata-se que a sua atuação pode ser analisada, segundo Dain (1980), através de dois grandes blocos:

- a) produção de capital social básico;
- b) produção de insumos básicos e indústria pesada.

A produção de capital social básico representa o conjunto de bens e serviços, que são avaliados através de critérios essencialmente sociais. Dessa maneira, seus preços não guardam relação com o mercado e nem implica uma análise de custos, no sentido empresarial.

Essas empresas, representadas pelas geradoras de energia elétrica, transportes, infra-estrutura e outras, caracterizam-se por apresentar grandes inversões de capital, longo prazo de maturação e descontinuidade tecnológica. Além disso, na própria

natureza de sua missão, seus preços, normalmente, são avaliados em patamares inferiores às necessidades de remuneração de seus respectivos capitais, provocando uma baixa rentabilidade de suas operações, impactando na taxa de lucro dos setores.

A função básica desse bloco de empresas está diretamente relacionada com a questão da transferência, ou seja, como unidade de gasto e redistribuição de recursos para todo o resto do sistema econômico. Portanto, pensando na lógica de acumulação e reprodução capitalista, a expansão do capital social básico não encontra explicação no sentido de uma empresa capitalista.

Consequentemente, seguindo a argumentação de Dain (1980, p. 31), "as empresas de capital social apenas guardam o formato empresarial, mas não pautam seu comportamento pela lógica empresarial. São apenas unidades de produção e de valorização do capital como um todo, apoiadas sistematicamente na fiscalidade".

O segundo bloco de empresas públicas possui um caráter empresarial propriamente dito, ou seja, desempenha as funções específicas de uma grande empresa, sendo instrumento de valorização do capital. Nesse contexto, é necessário analisar as articulações que se estabelecem no processo geral de valorização do capital a partir de uma dada organização industrial. O bloco de empresas estatais voltado à produção de insumos básicos e de indústria pesada é caracterizado por sua elevada concentração técnico-econômica, descontinuidade de escala e produto homogêneo. Ao

analisar os níveis e componentes do conceito de "concentração", Labini (1980, pp. 31-51) aponta a existência de três tipos de concentração: a) técnica (concentração de unidades de produção); b) econômica (concentração das empresas); c) financeira (concentração das empresas produtoras de bens diferenciados ou grupos de empresas ligadas entre si, principalmente por participação acionária).

De acordo com os resultados obtidos no trabalho de pesquisa coordenado por Conceição Tavares (1977, pp. 281-312), e seguindo a tipologia de estruturas de mercado adotada, as empresas estatais encontram-se inseridas e estruturadas, de uma forma geral, no chamado oligopólio puro ou concentrado. Portanto, o trabalho mencionado procura identificar os principais tipos de mercado e caracteriza o chamado oligopólio puro ou concentrado da seguinte forma: "Sua caracterização geral dá ênfase aos seguintes aspectos: elevada concentração técnica e econômica do mercado, em que um número reduzido de empresas, através de plantas industriais de grande escala de produção, absorvem uma parcela substancial da demanda do setor; produto razoavelmente homogêneo, pouco possível de diferenciação, a não ser quanto à qualidade ou especificações técnicas (corresponde, em geral, à produção de insumos industriais de uso generalizado); importantes descontinuidades de escala e de técnicas de produção, que permitem a coexistência de firmas de tamanhos muito distintos no mesmo mercado, com diferentes níveis de custos de produção (economias técnicas de escala, tanto as internas a um mesmo processo produtivo como entre processos alternativos). A conjugação destes elementos configuram a existência de fortes

barreiras técnicas à entrada de novas firmas de grande porte no mercado. Estas barreiras, por sua vez, ao lado da grande dimensão das empresas líderes, que minimiza a possibilidade de eliminação mútua, asseguram a estabilidade deste tipo de estrutura de mercado" (Tavares, 1977, p. 282).

Ainda seguindo os resultados do referido trabalho, nesse setor não há uma concorrência de preços, pois são normalmente administrados pelas empresas ou pela política de preços adotada pelo governo. Nota-se uma presença significativa de empresas estatais na maioria dos principais mercados. São concentrados oligopólios representados pelas indústrias siderúrgica e de combustível, bélica e mineração estatal.

A segunda estrutura de mercado é representada pelo oligopólio diferenciado e concentrado, cujas características básicas seriam definidas pela alta concentração técnica e econômica do mercado, por com grandes descontinuidades de escala de produção e pela diferenciação de produtos, refletida na produção por bens de consumo duráveis, através de marcas, modelos e faixas de renda do consumidor. A diferenciação de produtos significa uma preferência por parte de consumidores por produtos de uma empresa em detrimento das demais, em igualdade de condições de preço ou mesmo alguma diferença. Entretanto, uma questão fundamental para o melhor entendimento dessa estrutura encontra-se na avaliação da própria diferenciação representada pelo custo de vendas, que, por sua vez, é comparável ao custo fixo de produção no oligopólio concentrado.

Para Labini (1980, p. 104), as principais barreiras impostas pelo oligopólio diferenciado "são as especificamente tecnológicas e as que dependem dos gastos de venda com a implantação; estas operam conjuntamente, embora se combinem, em cada mercado, de forma diferente. Os seus efeitos restritivos em relação à entrada de novas empresas consistem, em última análise, no fato de imporem aos potenciais concorrentes investimentos e dimensões relativamente grandes, fazendo surgir, para elas, a necessidade de ter que contar, desde o início, com um volume de vendas relativamente grande."

O oligopólio diferenciado marca a sua presença no Brasil a partir de meados da década de 50, apontado como um dos responsáveis pela nova etapa de industrialização do país. Nesse contexto, marcado por um novo ciclo de industrialização, destacam-se as empresas multinacionais e o papel do Estado. Fazem parte desta estrutura de mercado as empresas estatais de produção automobilística e farmacêutica, de forma menos acentuada, embora desempenham o papel de regulação da própria concorrência interna.

Para Dain (1980), é fundamental pensar esse mercado e seus respectivos setores dentro de uma lógica de expansão do conjunto de capitais produtivos estatais. "A lógica de expansão estatal será pensada segundo três ordens de racionalidade. A primeira, diz respeito à sua racionalidade técnica e leva em conta suas características de descontinuidade tecnológica, e de insumo-

produto. A segunda examina a racionalidade de mercado das empresas estatais, ou seja, o papel de barreiras à entrada, preços administrados, lideranças de mercado, na expansão e regulação dos mercados. Finalmente, as empresas estatais obedecem também a racionalidade de capital, o que implica em examinar seu papel na centralização e transformação das formas de capital, ou seja, na conglomeração mercantil, industrial e financeira" (Dain, 1980, p.33).

É importante avaliar o exercício que as empresas estatais desenvolvem no interior desses setores, na medida em que as mesmas fazem o jogo do mercado oligopolista, de um lado, e são representantes do poder estatal, de outro. Dessa condição, denota-se como efeito positivo, por exemplo, o simples fato de ser uma empresa estatal e ser caracterizada como oligopolista, representa uma garantia de "barreiras à entrada". Da mesma forma, mas em condições que seriam consideradas adversas, a mesma empresa estatal pode sofrer a imposição de preços administrados, consoante a mesma condição e relação orgânica com o Estado.

Outra questão relevante, que terá um tratamento mais aprofundado no Capítulo III, diz respeito ao impacto que essas empresas sofrem com a adoção de uma política de preços administrados. Em outros termos, é necessário avaliar o processo de valorização e/ou desvalorização de capital.

1.2.3 - Relação entre o Público e o Privado

Analisando as relações entre as empresas pública e privada, da ótica da interdependência e não do conflito, podemos constatar que tanto a produção pública de insumos utilizados na produção privada quanto a produção privada de insumos utilizados na produção pública podem ser avaliadas através de uma adequação das decisões de produção. Diversos setores da economia demandam necessariamente vários serviços, fornecem alguns tipos de mercadorias, produzem bens de capital e consomem matéria-prima.

Na análise desenvolvida por Rezende (1983, pp.181-183), a preocupação básica é promover uma avaliação mais sistemática e criteriosa do envolvimento e interdependência das produções pública e privada. Um dos objetivos consiste em demonstrar que o aumento da atividade empresarial do Estado auxilia, sem dúvida alguma, o setor privado através do aproveitamento da produção de insumos básicos. Além disso, na análise comparativa da rentabilidade, as empresas públicas, em relação às empresas privadas, apresentam, regra geral, um desempenho financeiro menos satisfatório, principalmente no que diz respeito à produção de bens intermediários. Entretanto, ressalta Rezende (1983, pp. 181-183) que é necessário avaliar o "outro lado da moeda, isto é, a produção privada de insumos utilizados na produção pública. É bastante significativo o volume de compras de insumos junto a empresas privadas". No caso brasileiro, em função do tamanho e diversificação das funções governamentais, existe grande possibilidade de um intenso inter-

relacionamento. O autor cita o exemplo de grandes obras públicas, principalmente os setores relacionados ao desenvolvimento de infraestrutura econômica - transporte, energia e comunicações. "A compra de bens de capital que decorre do programa de investimentos governamentais é outro ponto importante. A tendência para a formação de grandes conglomerados de empresas públicas com objetivos setoriais, que resulta da forma como vem sendo desenvolvida a organização de produção pública, fortalece os vínculos desses grupos com os setores da empresa privada que produzem os equipamentos utilizados no setor. As grandes empresas públicas dos setores de energia elétrica e telecomunicações, por exemplo, influem decisivamente na performance das empresas privadas que produzem os equipamentos utilizados nos respectivos setores. De outro lado, o sucesso das metas do governo nesses setores também depende do desempenho das empresas que fornecem os respectivos equipamentos. Nesse sentido, os interesses específicos de alguns setores empresariais do Estado podem confundir-se com os interesses de empresas privadas que com elas se relacionam, sem qualquer garantia de que o interesse público seja propriamente atendido" (Rezende, 1983, p. 183).

Entretanto, a discussão sobre a conciliação entre o público e o privado permanece, uma vez que a justificativa do controle estatal se estabelece com o objetivo de transferir para outros setores as chamadas "externalidades". Para Dain (1977, pp. 141-165), a reconciliação entre o público e o privado é bastante problemática. "No seu confronto, a rentabilidade econômica e a

rentabilidade social desses empreendimentos acabam por gerar ambigüidades, para cuja resolução não há critérios objetivos e unívocos". A ambigüidade estrutural existente dificilmente encontra uma solução, pois cada empresa enfrenta essa questão de uma forma.

Outra questão fundamental para melhor entender o desempenho das empresas estatais no Brasil seria a forma de atuação concreta e os condicionantes existentes, que impedem a execução efetiva de seus objetivos. Ao avaliar as condições históricas em que as empresas estatais foram criadas, verificou-se a presença de interesses privados, que procurou garantir a sua participação no processo de acumulação, através da ocupação de setores de menor risco. "De acordo com a teoria da empresa, algumas das grandes empresas estatais estariam em condições ideais para a maximização de suas taxas de lucro (...). Tais condições dizem respeito ao acesso a matérias-primas, ao controle dos meios de transporte, ao estabelecimento de monopólio e a restrições legais à competição (...). Entretanto, no caso das empresas estatais brasileiras, sua entrada se deu em setores novos e freqüentemente sob regras de jogo que condicionavam sua existência a geração de pré-condições favoráveis aos investimentos privados. Dessa forma, o controle de matérias-primas e dos meios de transporte, as restrições à competição e o estabelecimento de estruturas concentradas de mercado passaram a ser manipulados em benefício dos setores demandantes de sua produção" (Dain, 1977, p. 159).

Seguindo os argumentos de Dain (1977), existem três comportamentos distintos que retratam esse quadro:

- a) a empresa que fica oscilando entre o público e o privado, atendendo a (in)definições de governo;
- b) a empresa adota uma postura mais para o lado público, suportando todos os encargos e assumindo os déficits;
- c) a empresa renuncia a perspectiva social e privilegia a sua face privada.

1.3 - O PAPEL DA SEST

1.3.1 - O Decreto

O Decreto federal nº 84.128, baixado pelo presidente Figueiredo em 29/10/1979, "dispõe sobre o controle de recursos e dispêndios de Empresas estatais e dá outras providências".

Verificam-se, claramente, no artigo 1º, a centralização e o controle de recursos e dispêndios das empresas estatais, em nível federal.

A criação da Secretaria de Controle de Empresas Estatais - SEST encontra-se citada no artigo 3º como sendo "órgão central do Subsistema previsto no artigo 1º, integrante da Secretaria Geral, na estrutura básica da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (...)".

Para tanto, ficam caracterizadas como empresas estatais, para a observância do próprio decreto, cuja coordenação cabe a SEST:

"Art. 2º Consideram-se empresas estatais, para os fins deste Decreto:

I - empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e todas as empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União;

II - autarquias e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público;

III - órgãos autônomos da Administração Direta (Decreto-Lei nº 200/67, artigo 172).

Parágrafo único. Poderão ser equiparadas às empresas estatais, para efeito do controle governamental de que trata o presente Decreto, as entidades e organizações de Direito Privado, que recebam contribuições parafiscais ou transferências do Orçamento da União e prestem serviços de interesse público ou social, observado o disposto no artigo 183 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Decreto-Lei nº 772, de 19 de agosto de 1969.

O artigo 4º revela o conjunto de competências e atuação da Secretaria. No inciso primeiro, cabe destacar a capacidade de determinação da própria política econômica, tendo em vista as prerrogativas e instrumentos a serem utilizados:

"Art. 4º Compete à Secretaria de Controle de Empresas Estatais - SEST:

I - coordenar, por delegação do Ministro de Estado - Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN, as atividades das empresas estatais, que envolvam recursos e dispêndios globais passíveis de ajustamento à programação governamental, tendo em vista os objetivos, as políticas e as diretrizes constantes do Plano Nacional de Desenvolvimento."

Da mesma forma, constata-se nos incisos IV e XII a delimitação da atuação das estatais em relação ao governo federal; ou seja, a SEST deve:

"IV - acompanhar a gestão das empresas estatais no que tange à sua eficiência, desempenho, operacionalidade, rentabilidade econômica e situação econômico-financeira;

XII - emitir parecer sobre quaisquer propostas de criação de empresas estatais, ou de assunção do controle por estas de empresa privada, bem como de liquidação ou incorporação de entidades descentralizadas em crítica situação econômico-financeira (Decreto-Lei nº 200/67, artigo 178), antes de serem submetidas à apreciação do Presidente da República."

Nos artigos 5º e 6º, encontramos claros indícios do poder de atuação do titular da Secretaria e, principalmente, a sua

capacidade de atuação junto as empresas. Dessa forma, o grau de coordenação e controle fica sendo prerrogativa da SEST.

"Art. 5º O titular da Secretaria de Controle de Empresas Estatais - SEST será o representante do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - em seus impedimentos eventuais, nas reuniões do Conselho Nacional de Política Salarial."

"Art. 6º A Secretaria de Controle de Empresas Estatais - SEST exercerá controle e fiscalização das atividades específicas dos órgãos do Subsistema, respeitada a supervisão de cada Ministro de Estado sobre as empresas estatais da respectiva área de competência.

Parágrafo único. Os representantes governamentais nas assembleias-gerais, nos órgãos de administração e conselhos fiscais, ou assemelhados, de empresas estatais, bem como os servidores destas, prestarão, sob pena de responsabilidade, todas as informações e esclarecimentos que lhes forem solicitados para efeito do controle de que trata este artigo."

A concepção de controle das empresas estatais, no Brasil, caracteriza-se pela passagem de uma perspectiva de autonomia das empresas individuais para um controle geral, através de um órgão centralizador.

Verifica-se, num primeiro momento, uma relação das empresas estatais com seus respectivos Ministérios e, posteriormente, inicia-se um controle externo através do Tribunal de Contas da União (Lei nº 6.223, 14/07/75, modificada pela Lei nº 6.525, de 11/04/78).

"A criação da SEST marca a passagem de um sistema setorial de controle a um novo tipo de controle global" (Dutra, 1991, p. 54). A sua criação está diretamente relacionada com a centralização das decisões em vários aspectos: análise dos investimentos, dos componentes de receita e despesa de cada orçamento e seu agregado, assim como a promoção do acompanhamento da política de preços, salários e tarifas dessas empresas. Portanto, a atuação da SEST é bastante ampla e diversificada, concentrando para si a tarefa de acompanhar a gestão das empresas no tocante à função, operacionalidade e rentabilidade.

1.3.2 - A Concepção: Alta Concentração de Poder por Entidades Heterogêneas

A criação da SEST irá marcar um novo capítulo na história do setor público brasileiro, pois o conjunto das empresas públicas, desenhadas na âmbito da administração descentralizada federal, passa a sofrer o controle de financiamento e adequação às prioridades de curto prazo da política econômica.

Alguns comentários devem ser feitos e analisados com maior cuidado, na medida em que a SEST promoveu a divulgação de uma série de dados até então inexistentes. Verificam-se, também, diversas interpretações contraditórias e especulativas sem essas informações. É possível, numa perspectiva mais global, visualizar as diversas matrizes ideológicas nessas críticas e atribuições maldefinidas. O alto grau de heterogeneidade do universo de atuação das estatais provoca uma primeira reação de cautela para a tentativa de avaliação conjunta, englobando o conjunto SEST. Para a concepção do órgão, as estatais são representadas desde empresas como a Petrobrás até as Universidades Federais. Portanto, algumas "empresas" não podem ser consideradas operacionalmente mais ou menos eficazes, no sentido financeiro da análise, já que não geram receitas próprias e dependem dos recursos fiscais da União.

Para Rezende (1983, p. 167), a "SEST representou uma profunda mudança na orientação do governo no que diz respeito aos mecanismos de controle das empresas estatais".

O modelo concebido pela Reforma Administrativa de 1967 foi substituído pelo retorno a um mecanismo centralizado de controle, de caráter eminentemente orçamentário. Constatou-se o abandono do planejamento econômico de médio e longo prazos, deixando de lado qualquer controle efetivo que leve em consideração os resultados da atuação das instituições públicas e das empresas estatais. Essa mudança deveu-se ao agravamento da crise econômica e, conseqüentemente, à adoção de medidas de combate ao déficit

público, que, por sua vez, justificaria uma posição mais direta na questão do controle dos gastos das empresas.

Nesse contexto, Rezende (1983) procura enfatizar a sua avaliação sobre o papel da SEST através da própria divulgação de seus principais objetivos, isto é, enquanto órgão coordenador de projetos e dotado de instrumentos de ação que correspondem à aplicação de determinada política econômica. Para tanto, ressalta que "o instrumento principal do controle é o chamado Orçamento de Dispêndios Globais, onde são fixados os limites máximos de dispêndio, por entidade, mediante agregação dos valores referentes a cada uma das rubricas orçamentárias" (Rezende, 1983, p. 168).

De maneira semelhante, o próprio relatório SEST (SEST - Secretaria de Controle ..., 1981, p. 19) retrata o papel do órgão da seguinte maneira: "o objetivo maior de que as empresas estatais estejam realmente envolvidas não só com projetos efetivamente prioritários, mas também devidamente ajustados às metas de combate ao processo inflacionário e da busca do equilíbrio da balança comercial."

Portanto, o modelo da SEST não poderia ser considerado um sistema articulado e completo de controle das empresas estatais, mas sim um mecanismo de controle do déficit público, instituído, como já dissemos, com o objetivo de tornar mais efetiva a política de estabilização econômica.

A discussão inicial, que procurava caracterizar e avaliar o modelo SEST, envolvia a preocupação em relação ao seu futuro. De um lado, a sinalização de curta existência, transitória, tendo em vista o agravamento da crise econômica; por outro, a esperança de um real aperfeiçoamento nos mecanismos de ação, para fazer frente a proposição inicial, de efetivo controle das empresas estatais. A última questão estaria relacionada com a sobrevivência da centralização e do controle orçamentário e a conseqüente perda de autonomia gerencial.

Torna-se indispensável, portanto, desenvolver um breve relato sobre os principais argumentos utilizados para promover um verdadeiro controle das Empresas Estatais.

Durante o governo Geisel, predominou a discussão a respeito do controle exercido pelo Tribunal de Contas da União. Esse controle foi instituído pela Lei nº 6.223, de 14/07/75, e modificado pela Lei nº 6.525, de 11/04/78. De acordo com essa nova Lei, "as entidades com personalidade jurídica de direito privado, de cujo capital a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município ou qualquer entidade da respectiva administração indireta seja detentor da totalidade ou da maioria das ações ordinárias, ficam submetidas à fiscalização financeira do Tribunal de Contas competente, sem prejuízo do controle exercido pelo Poder Executivo" (ver Lei nº 6.525, de 11/4/78).

Outra questão apontada no período estava relacionada aos instrumentos de controle financeiro e à unificação contábil das Empresas Estatais. Já constatamos o grau de dificuldade existente para alcançar esse objetivo, tendo em vista vários problemas de ordem administrativa e política. Em outros termos, não podemos deixar de mencionar problemas relativos às diferenças setoriais; as dimensões que representam cada setor e sua importância estratégica; formação do próprio contexto burocrático em que se encontram inseridas.

Dentro de um quadro mais geral, encontramos outros aspectos que, de uma forma ou de outra, denunciam a tendência de um maior controle sobre as empresas. Em 1978, o governo fixou os limites de investimentos para um grupo de Empresas Estatais, tendo em vista a manutenção de um certo nível de crescimento que não comprometesse o setor externo e a política de combate à inflação. Em consequência desse controle no nível de investimentos, ficavam atrelados os próprios orçamentos dessas empresas.

O setor externo apresentou, a partir do segundo choque do petróleo, uma reversão no quadro expansivo de empréstimos, assim como nas contas do Balanço de Pagamentos. Portanto, as primeiras atitudes do governo foram de maior controle sobre os setores que desempenhavam um papel vital no processo de endividamento externo. A crescente participação das estatais sobre o total da dívida contraída fez com que, a partir de 1979, fosse vetada oficialmente, pelo então governo Geisel, a obtenção de novos empréstimos por

intermédio das empresas do Estado. Entretanto, com o governo Figueiredo, são fixados novos limites de empréstimos, tendo em vista os novos rumos da política econômica. Portanto, não é difícil avaliar o caminho percorrido, durante a segunda metade da década de 70, para a formação desse órgão estabelecido pelo Decreto nº 84.128 (analisado no tópico anterior), com nítidas funções de maior controle e centralização. Era a concepção da SEST.

1.3.3 - Desdobramentos da Função Instrumental das Empresas Estatais

Para um melhor entendimento da origem da SEST, torna-se necessária uma ampla avaliação dos diferentes aspectos que marcaram o desenvolvimento das empresas públicas no Brasil. Esse estudo irá facilitar a compreensão dos diversos fatores que contribuíram para a sua proliferação, assim como caracterizar a importância dos papéis atribuídos às Empresas Estatais, ao longo de sua história. Para esse tópico, estamos preocupados em discutir a importância do surgimento da SEST, mas sem perder de vista todo um conjunto de fatores determinantes para o período. Da mesma forma, deixamos para o próximo capítulo a discussão referente aos desdobramentos e crise do órgão.

Em primeiro lugar, é interessante traçar um breve quadro dos principais fatores que marcaram o aparecimento das empresas estatais; em segundo lugar, entender a importância desse processo de centralização, tendo em vista o papel desempenhado pelo Estado

através da utilização dessas empresas como função instrumental de atuação, com impactos estruturais e conjunturais na política econômica brasileira.

"As empresas públicas, apesar de terem sido criadas para permitir ao Estado uma atuação do tipo empresarial, permanecem como instituições públicas cujos objetivos políticos devem ser controlados (...). As empresas públicas brasileiras nasceram de diversas contingências, seus controles também foram instituídos de forma fragmentária, de acordo com cada situação ministerial. Há, portanto, total ausência de uma política geral de controle dessas empresas. Os controles existentes são desenvolvidos pelos ministérios ou pelo Estado, segundo critérios próprios e ajustáveis a cada situação. Dessa maneira, não há uniformidade nem direcionamento central de controle abrangente sobre as empresas" (Motta, 1980, pp. 69-82).

A análise do papel exercido pelo Estado, através da utilização das Empresas Estatais como função instrumental de atuação, deve ser feita à luz das relações estruturais e conjunturais da economia. Aliás, a avaliação da criação da SEST e seu desdobramento enquanto órgão de controle efetivo das Empresas Públicas foram compreendidos quando essas relações começaram a se destacar nos cenários político e econômico do país. Há, fundamentalmente, alguns fatores que marcam e separam as relações estruturais e conjunturais desse processo. A SEST representou um marco importante para a nossa análise, que deverá desdobrar-se ao longo dos anos 80, pois,

permanentemente, um conjunto de metas e prioridades de política econômica provocou impactos estruturais e/ou conjunturais sobre essas empresas. A SEST, portanto, representou nesse primeiro momento de sua criação uma necessidade de redefinição do papel que vinha sendo desempenhado pelo conjunto de Empresas Estatais de forma específica e, globalmente, a própria inserção do Estado na economia.

De uma perspectiva mais global e estrutural da relação que se estabelece entre Estado e Economia, e reutilizando-se da análise feita por Abranches (1977), relacionando a Empresa Estatal e o desenvolvimento Capitalista, a formação da SEST está inserida no processo de modernização e busca de maior eficiência nas inter-relações do desenvolvimento capitalista no Brasil. Para Abranches, é fundamental o papel do Estado dentro do processo de acumulação capitalista, "na medida em que o Estado, como organização e cristalização de interesses, é um instrumento fundamental para garantia de reprodução ampliada do sistema de relações que definem o desenvolvimento Capitalista, intervém de várias maneiras no universo econômico. As formas desta intervenção em atividades diretamente produtivas dependerá do modo e das condições em que se dá o processo de acumulação em uma determinada formação sócio-econômica" (s/c).

Ao longo do processo de industrialização, o Estado brasileiro ocupou uma posição de destaque, tendo em vista o seu papel enquanto planejador e regulador, além da condição de empresário, a partir do

momento em que, efetivamente, se tornou produtor e controlador da própria acumulação capitalista. A autonomia relativa demonstrada, ao longo desse processo, pelo Estado em relação aos destinos econômicos e marcado pelo desempenho das Empresas Estatais, traduz-se na sua própria dinâmica e capacidade de intervenção no desenvolvimento capitalista no Brasil.

No item 1.1.2, verificou-se a importância da mediação do Estado, onde o grau de autonomia está diretamente relacionada com a capacidade e flexibilidade operacional da Empresa Pública em assumir a lógica do capital privado. Nesse aspecto, Dain (1977, p. 15) analisa como sendo a contradição estrutural que se estabelece no momento em que "dado o seu caráter estatal, está associado ao fato de serem parte integrante dos aparelhos de Estado, podendo, portanto, contar com recursos de ordem político-econômica que não estão ao alcance da Empresa Privada".

Portanto, essa autonomia relativa por parte das Empresas Públicas e o seu caráter duplo promovem em distintos momentos repetidas discussões a respeito de seu controle. Esse movimento ganha força uma vez que o seu grau de autonomia colide de certa forma com o interesse do capital privado e com a capacidade do Estado em desempenhar seu papel de articulador e reproduzidor do processo de acumulação capitalista. A explicação da criação da SEST encontra respaldo nesse quadro, que sofrerá uma série de desdobramentos durante a chamada "Nova República", tanto em seus aspectos de controle, como nas novas formas de inserção.

Proporcionalmente ao crescimento e influência econômica do Estado na economia do país, deparamos, a partir dos anos 80, com uma crise fiscal interna e com uma pressão externa, desenvolvida desde os anos 70, a respeito da eficácia de sua intervenção. Estabeleceu um amplo debate sobre as idéias neoliberais, fazendo crescer o movimento privatizante. O impacto dessa mudança, que teve início em países como os Estados Unidos - período Reagan - e Inglaterra - período Thatcher -, promoveu também sua influência em países menos desenvolvidos, como é o caso do Brasil. Esse aspecto é relevante para o período em que surgiu a SEST. Posteriormente, a discussão a respeito de privatizações das Empresas Públicas estará sempre presente nas intenções de reforma do Estado, durante a "Nova República", apesar de limitada e tímida implementação. Essa questão será tratada, de forma mais específica, no Capítulo II.

Os aspectos conjunturais espelham e norteiam o caminho percorrido pelas Empresas Estatais no processo de intervenção do Estado na economia. Caracterizam, também, as funções reservadas à SEST.

A reforma do Estado e a necessidade de um "enxugamento" em sua máquina administrativa corresponderam aos apelos dos defensores de uma política privatista, como já dissemos, nesse período. Ao mesmo tempo, devido às condições de financiamento e investimento do Setor Público, a principal crítica e a explicação geral da crise repousavam sobre a política a ser adotada para o combate ao déficit

público. Nesse contexto, a SEST apresenta-se como uma medida adequada e objetiva para o controle, ou seja, para ao menos impedir que os órgãos, empresas e agências se expandissem ainda mais, tornando-se inoperantes e deficitárias.

Outro aspecto conjuntural relevante, dentro da concepção de criação da SEST, encontra-se relacionado não somente com o controle efetivo sobre as Empresas, mas também com a redução de sua capacidade de autonomia relativa.

O relatório que sintetiza os motivos de criação da SEST aponta as necessidades de ajustar e possuir um mecanismo centralizador, "devidamente institucionalizado e em condições de compatibilizar as propostas dos anseios das empresas e dos setores, em todas as suas dimensões, com as restrições ou metas globais de política econômica, que vinha se processando essencialmente através de decisões isoladas, nas áreas de fixação de preços, alocação dos recursos da União, vinculação de receitas fiscais, autorização de contratações de créditos externos e, até mesmo, no estabelecimento de limites de investimentos, por empresa ou projeto" (SEST - Secretaria de Controle ..., 1981, p. 15).

Segundo fontes divulgadas pelo relatório SEST, que promoveu o cadastramento das Empresas Estatais, constatou-se o surgimento de um conjunto de Empresas Estatais, principalmente a partir da vigência do Decreto-lei nº 200/67. Verificou-se, também, que a intensificação desse processo ocorreu durante o governo Geisel,

onde foram criadas aproximadamente 123 novas empresas, representando um acréscimo de 25% do total existente. Portanto, com o crescimento acelerado que se deu nesse período, ocorreu um certo descontrole por parte do Executivo.

Outro ingrediente na discussão sobre um controle mais efetivo das Empresas relaciona-se com o direcionamento de uma política econômica globalizante. Em outros termos, representou a necessidade de transformar o conjunto empresarial do Estado em um poderoso instrumento de política econômica.

Novamente utilizando o próprio Relatório-SEST para justificar a sua criação, as intenções são definidas a partir do seguinte quadro de análise: "Diante de todo este quadro, não é de estranhar que esses mecanismos, permitindo decisões isoladas ou específicas, e sem um referencial completo da situação das empresas estatais e de seus anseios, responsabilidades e limitações, resultassem num nível global de gastos superiores à efetiva disponibilidade de recursos. Isto produziu os conseqüentes efeitos negativos nas metas de controle inflacionário e de equilíbrio do Balanço de Pagamentos e induziu a execução desordenada de vários projetos e programas prioritários do governo. Em outras palavras, as razões que levaram à criação da SEST decorreram da necessidade de ajustar a atuação das estatais aos interesses de política econômica global, dentro de um marco referencial completo, que, entre outros, se traduzissem em: a) explicitação dos gastos totais e não apenas dos investimentos; b) conciliação do total de usos e fontes e

consequente eliminação do conceito de recursos a definir; c) abrangência de todo o universo das estatais, incluindo as subsidiárias e coligadas, em lugar de restringir-se apenas às empresas líderes; e, também, d) completo conhecimento dos estágios e efeitos dos empreendimentos em execução e das suas exigências e viabilidade de recursos" (SEST - Secretaria de Controle..., 1981, p.17).

Dentro dessa perspectiva de se transformar em novo instrumento de política econômica, seja através do controle de preços e tarifas, seja na execução de uma política de financiamento e investimento ao longo dos anos 80, a avaliação das Empresas Estatais não pode deixar de prescindir das questões relativas à dívida externa e, portanto, das repercussões no setor externo da economia brasileira, assim como dos desdobramentos dessa crise. Entretanto, essas questões terão um enfoque mais amplo no Capítulo II, tendo em vista a necessidade de se analisar o novo período ("Nova República") através da inserção dessas empresas e da utilização de novos mecanismos de controle, visando encontrar alternativas para a crise da política de estabilização econômica.

CAPÍTULO II

EMPRESAS ESTATAIS NA NOVA REPÚBLICA

2.1 - TRANSIÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA

2.1.1 - Introdução

A instauração da chamada "Nova República" ocorre dentro de um quadro de dificuldades econômicas, decorrentes do período anterior, que provocou um processo de fragilização do Estado, tendo em vista a sua incapacidade em conduzir uma política econômica eficaz, aliada às vicissitudes que marcaram a desagregação do regime militar e os desdobramentos das novas condições políticas.

A transição política do governo militar para o civil ocorre sem a presença de uma ruptura da chamada ordem institucional. Dessa maneira, a nova ordem política e institucional foi basicamente a mesma existente no período denominado de "abertura democrática", ou seja, após o governo militar sob a presidência de Ernesto Geisel. Evidentemente, já se encontravam em processo de desagregação as formas autoritárias do regime anterior desde 1983. É importante ressaltar as eleições para governadores, ocorridas em 1982, onde as urnas definiram uma nova conduta, tanto para o poder central como para os novos governos estaduais. Portanto, o novo quadro delineava-se através da perda de um controle político por parte do governo central, acrescido pela progressiva deterioração financeira do próprio Estado. O clima político que se estabelece retrata maior transparência e atendimento às demandas locais e regionais, assim como maior tolerância às reivindicações trabalhistas. Dadas as condições peculiares que envolveram a morte de Tancredo Neves e a posse de José Sarney na presidência da República, a "Nova

República" é construída sob um governo desarticulado e um sistema partidário desagregado. Para Sallum Jr. (1988, p.129), "as reformas políticas efetuadas no primeiro ano da Nova República limitaram-se à remoção, em maio de 1985, do entulho autoritário, isto é, um conjunto de normas legais que enrijeciam demasiadamente a vida político-partidária".

Trata-se, pois, de um esgotamento progressivo que desembocou na transição negociada, sem rupturas dramáticas, arquitetada por Tancredo Neves e pela Aliança Democrática. Na avaliação de Lamounier (1990), o governo Sarney indicava, inicialmente, para as dificuldades em relação ao pacto social e ao cumprimento da agenda político-institucional. O autor aponta um conjunto de entraves que dificultaram um entendimento mais amplo, destacando questões relativas à falta de perspectivas para avançar efetivamente no resgate da chamada "dívida social", ou seja, a ausência de programas de caráter social, passando por questões referentes à estabilização econômica, ao processo inflacionário e às questões externas e terminando na ausência de interlocutores capazes de representar os interesses coletivos. Portanto, Lamounier (1990) assinala que a simples "remoção do entulho autoritário" provocou, simplesmente, uma desregulação da área parlamentar e partidária, e não implantou um novo modelo, capaz de imprimir maior consistência e objetividade na esfera institucional para o país.

A "Nova República" absorve o declínio do governo Figueiredo, tendo em vista as crises de legitimidade política e econômica.

Desta forma, a própria convocação da Constituinte e a elaboração da nova Constituição representaram, dentro desse quadro adverso, um outro questionamento no processo de transição.

Outro aspecto importante na análise desse período de transição política foi, sem dúvida alguma, a perda da capacidade decisória do próprio Estado, na medida em que se constata a inoperância do setor público como agente propulsor do crescimento econômico. "Acometido pela crise fiscal, pressionado pelos encargos do endividamento externo e interno e por crescentes pressões redistributivas, o Estado não conseguiu desempenhar, nos anos 80, o papel de indutor do desenvolvimento que o caracterizou desde os anos 30. Essa perda de dinamismo por parte do setor público sinaliza a entrada do país em uma nova etapa. Diz respeito à exaustão de todo um ciclo de desenvolvimento e, portanto, para os contornos globais do reajustamento que se foi tornando imperativo ao longo dos anos 80" (Lamounier, 1990, p.20).

Entretanto, para o autor, essa análise deve-se revestir de um caráter político, tornando-se necessário destacar seus principais mecanismos, que em última instância explicam a perda dessa capacidade decisória. Em primeiro lugar, destaca-se a "progressiva dispersão do poder", onde a transição brasileira retrata uma forma específica na qual se desenrolou uma "disputa regulada", sem um acordo efetivo das elites para garantir esse processo. Tanto é verdade que os acordos efetuados entre as elites foram esquecidos logo após o desaparecimento de Tancredo Neves. A dispersão desse

poder é sentida em diversas ocasiões, principalmente durante os debates da comissão encarregada da proposta da nova Carta, assim como nos intermináveis debates e jogo de pressões por parte de amplos segmentos sociais, que disputavam uma certa fatia desse poder disperso. Foi um avanço democrático, sem dúvida, mas, também, reflexo da debilidade do executivo e da capacidade mais global de decisão.

Em segundo lugar, a questão dos chamados "impasses institucionais", ou seja, a trajetória de Sarney, oriundo de partidos governistas do regime militar, acrescida da crise vinda com o colapso do Plano Cruzado e da indefinição em relação ao seu mandato, confirmado no Congresso Constituinte em cinco anos, provocou um descontentamento geral.

Em terceiro lugar, a questão do "projeto nacional" reveste-se de uma importância fundamental para explicar a perda da capacidade decisória. Os principais ingredientes desse "projeto nacional" estavam explícitos na instabilidade dos rumos econômicos e nas propostas políticas conflitantes.

A Política Econômica da chamada transição da "Nova República" foi caracterizada por um conjunto de medidas conflitantes a respeito do processo de estabilização. Por um lado, é defendida uma austeridade fiscal e monetária e, por outro lado, um incentivo à renegociação da dívida externa e a ampliação dos gastos sociais.

Durante os primeiros meses da "Nova República", tornou-se difícil um maior entendimento da equipe econômica. A corrente ortodoxa era representada pelo ministro da Fazenda Francisco Dornelles e, em contrapartida, o ministro do Planejamento João Sayad identificava-se com as idéias heterodoxas de política econômica.

Esse ecletismo teve seu rebatimento no encaminhamento das ações concretas do governo. Ocorreu, portanto, a aplicação de uma política monetária restritiva, a partir do diagnóstico de que existe uma forte relação causal entre expansão monetária, déficit público e inflação. Em outros termos, o déficit era considerado apenas como excessivos gastos do governo, esquecendo-se a análise de sua composição. Dessa forma, as medidas caminharam para os cortes sucessivos dos gastos, visando, segundo o discurso oficial, à redução do déficit público, da dívida interna e da inflação.

A Secretaria do Planejamento encaminhava a discussão do déficit tendo em vista a sua composição, onde parcela considerável do mesmo era proveniente dos encargos financeiros que tanto o Tesouro como as Empresas Estatais tinham de enfrentar, nos planos interno e externo.

Conseqüentemente, não obstante as medidas restritivas tomadas logo no início do novo governo, ou seja, corte adicional de 10% no orçamento fiscal para 1985 e proibição de contratações de novos

funcionários para a administração pública, essa política foi relativamente tímida e ineficaz.

O custo financeiro da dívida mobiliária e bancária e os encargos sobre os depósitos em moeda estrangeira no Banco Central caracterizavam o perfil financeiro do déficit público. Apesar dos cortes em gastos e investimentos do governo, ocorre uma elevação dos encargos financeiros das dívidas interna e externa. Agravaram-se os problemas relacionados com a inflação e o déficit. O que se constata é a deterioração dos vários segmentos econômicos endividados, principalmente do setor público e, particularmente, das Empresas Estatais.

A queda da inflação foi resultado do congelamento de preços dos insumos básicos produzidos pelo próprio setor público. Entretanto, é importante ressaltar que essa política não foi suficiente para conter a alta de preços generalizada no conjunto da economia. Ocorreu um forte descompasso entre os reajustes de preços dos diversos setores, ou seja, um desarranjo dos preços relativos.

O primeiro semestre registrou o primeiro ensaio de política econômica da "Nova República", ou seja, enquanto se alcançou algum êxito na política de combate à inflação. A partir de junho, adotou-se uma política de descompressão dos controles sobre os preços privados e públicos; prosseguem os diferenciais de preços relativos; crescem as taxas de juros; choque de oferta dos produtos agrícolas; a inflação do mês de agosto atinge o patamar de 14%. Tem

início a substituição da equipe e da política econômica adotada para fazer o papel da transição.

As dificuldades encontradas nesse período e as formas de condução das reformas explicam a complexa relação existente entre o novo e o velho que era a marca registrada da "Nova República". Na avaliação de Sola (1988, pp. 13-62) a respeito do papel desempenhado por economistas e políticos, ficou patente o conflito permanente entre o grau de articulação alcançado pelas forças conservadoras e as tímidas medidas reformistas do governo. "Desse modo, sob a alegação do regime de urgência, o Congresso foi reduzido à função meramente homologatória" (Sola, 1988, pp. 13-62). Ela assinala que o requisito básico para viabilizar o crescimento econômico com estabilização estaria na capacidade de financiamento de um novo ciclo de investimentos público e privado, além do saneamento financeiro e administrativo do setor público. Entretanto, tais tarefas objetivas exigiam "o exercício de intensa atividade reformista por parte do governo, enquanto iniciador e árbitro de múltiplos processos de redistribuição: não só de recursos reais, como de penalidades e de privilégios. Os quais, dada a modalidade brasileira de transição, envolviam não só atores políticos situados dentro e fora do sistema de decisões (empresários, tecnoburocracia civil e militar, classe política), apontavam também para um novo padrão de relações entre Governo Central, Estados e Municípios, além, é claro, de um novo equilíbrio entre Executivo e Legislativo (...)" Por se tratar de reformas do tipo que Hirschman, com razão, caracterizou como antagonísticas,

estão submetidas ao constrangimento representado pelo parâmetro de conciliação dominante na modalidade brasileira de transição à democracia. Tal restrição no entanto só se converte em inviabilidade política sob duas condições: na ausência de uma estratégia econômica acordada entre os principais setores afetados, ou seja, de um pacto social entre estes; e, quando a capacidade do governo enquanto poder público, na arbitragem dos conflitos e na articulação política em apoio a suas próprias diretrizes é insuficiente. Por razões de várias ordens, como se sabe, tais condições estavam presentes, desde o início da Nova República" (Sola, 1988, pp. 23-24).

2.1.2 - Diretrizes Básicas - I PND da Nova República

Como instrumento básico de entendimento e avaliação da situação sócio-econômica do país, foi elaborado o projeto do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República - 1986/89, que fazia parte do processo de mudança composto de um plano de reformas, de crescimento econômico e de combate à pobreza.

Em sua apresentação, a preocupação básica está em assinalar as suas peculiaridades em relação aos planos anteriores, tendo em vista as diferenças de concepções dos temas: 1) o crescimento econômico deve ser acompanhado por uma orientação de cunho social; 2) a retomada do crescimento deve ser liderada pelo setor privado, ou seja, cabem ao Estado as tarefas básicas de prestação de

serviços essenciais e a produção em setores estratégicos, complementando a iniciativa privada. Deve-se pensar em reformas profundas na organização e métodos do setor público, assim como uma redefinição da participação do Estado nessa nova etapa de desenvolvimento. Assim, a reforma do setor público é a meta estratégica do plano, condição básica para a retomada do crescimento.

Portanto, para maior entendimento e clareza das metas projetadas pelo I PND da "Nova República" é fundamental uma breve descrição do diagnóstico e propostas de reformas que encontram descritas na Parte I do referido documento, intitulada *A Retomada do Desenvolvimento*.

Embora o documento esteja preocupado em desenvolver uma avaliação na questão do desenvolvimento sócio-econômico, a nossa preocupação está voltada para os mecanismos de Retomada do Desenvolvimento, pois envolve diretamente a discussão sobre os chamados entraves desse processo que, por sua vez, envolve o setor público de maneira geral e, em particular, o saneamento das Empresas Públicas e problemas decorrentes. Daí, volto a frisar, a ênfase na questão da Retomada do Desenvolvimento.

O Setor Público quando analisado em seu conjunto apresenta um conjunto de problemas que precisam ser detectados e analisados segundo suas características e funções, a fim de evitar confusões dentro de um enfoque mais global. O documento apresenta como sendo

O Impasse Gerencial um dos elementos importantes da crise. O crescimento desordenado do setor público, tanto na Administração Direta como na Indireta, acarretou um profundo descontrole dos recursos, assim como um grande desperdício de recursos. Nesse esforço de racionalização, tornam-se indispensáveis a Reforma Administrativa e uma Reestruturação Orçamentária e Financeira.

Outro obstáculo desse processo recai sobre a Questão Financeira do setor público. Há um desequilíbrio financeiro e uma queda nos investimentos da economia. É necessário conter a taxa de crescimento da dívida interna e retomar e garantir o investimento privado. Para tanto, são necessárias diversas medidas combinadas: corte de gastos, praticar tarifas realistas, privatizar, reforma tributária e reduzir a transferência real de recursos para o exterior.

Segundo a meta proposta para o corte de gastos, seria adotada uma diretriz básica para a elaboração dos orçamentos anuais, com a preocupação em dar continuidade apenas a empresas e projetos economicamente viáveis, eficientes e complementares à iniciativa privada. Essas regras foram adotadas na elaboração do Orçamento Unificado para 1986. Portanto, o corte de investimentos das Empresas Estatais, em 1985, foi coerente com essa meta. Conforme o documento, os novos cortes devem ser criteriosos e seletivos para não prejudicar os serviços públicos essenciais.

A segunda medida proposta refere-se à recuperação da carga tributária, ou seja, recompor a carga tributária, com o aumento da progressividade e descentralização das competências tributárias e dos recursos. Esse diagnóstico foi alcançado através da avaliação da queda da carga tributária bruta ocorrida no período 1980/84, devido ao próprio nível de atividade da economia, além do processo inflacionário crescente e medidas relacionadas com incentivos fiscais e sonegação.

A terceira medida mencionada no documento aponta para a necessidade de Redução das Taxas de Juros, tendo em vista a própria dimensão financeira do déficit e a necessidade premente de retomada dos investimentos privados, além da desaceleração inflacionária.

A quarta medida aponta para a questão do Saneamento Financeiro das Empresas Estatais e Recomposição de Tarifas. Essa questão será acompanhada e aprofundada em seus diversos aspectos neste trabalho, bem como será feita uma avaliação das reais medidas tomadas ao longo da implementação dos programas de governo da "Nova República". Portanto, esta medida espelha uma das principais preocupações relacionadas às questões de inserção, controle e avaliação das Empresas Estatais e aos desdobramentos das políticas adotadas para o período.

Nos últimos anos tem ocorrido a adoção sistemática de uma política de controle de preços e tarifas. Essas reduções de preços têm provocado uma insuficiência de receita operacional das empresas

estatais. Para tentar cobrir tal incapacidade de receita, foi adotada uma política de endividamento interno e externo. Consequentemente, ocorre o crescimento da participação das despesas financeiras nos dispêndios totais. Em outros termos, é necessário que ocorra uma reversão dessa política de preços e tarifas, a fim de alcançar um nível adequado de remuneração de capital investido, de forma a aumentar a capacidade de autofinanciamento.

Entretanto, a recomposição tarifária deveria ser criteriosa para não provocar um aumento dos níveis inflacionários. Dessa forma, o governo poderia estimular uma política de aumento da eficiência e produtividade das empresas.

Tendo em vista a situação financeira de alguns setores, principalmente o elétrico e siderúrgico, que sofreram com maior intensidade a política de preços e tarifas adotada em programas anteriores, além do ônus do próprio endividamento externo que tiveram de assumir para o financiamento do déficit do balanço de pagamentos, a perspectiva será a adoção de uma política mais integrada, onde parcela dessa dívida seja transferida para a responsabilidade do Tesouro Nacional.

Portanto, a estratégia de Ajustamento, proposta pelo I PND - "Nova República", tem como meta principal, a partir de 1986, conter o crescimento real da dívida mobiliária, bancária e débitos com fornecedores do governo.

Dessa maneira, o esforço fiscal terá um papel decisivo, pois, na verdade, tentará combinar uma série de esforços: corte nos gastos públicos, recomposição de receitas tributárias, tarifas realistas e privatização de companhias estatais.

Entretanto, a estratégia de Ajustamento não poderá ficar restrita ao esforço fiscal. Deve fazer parte desse programa a renegociação da dívida externa, pois representa transferência de recursos para o exterior. O I PND - "Nova República" - propõe algumas alternativas de financiamento externo, visando "limitar a transferência líquida de recursos para o exterior e abrir espaço para o crescimento das importações e fortalecimento das reservas" (Brasil, 1985, pp. 41-43).

E, finalmente, outro elemento importante para a obtenção do ajuste seria o combate sistemático à inflação. É necessário um amplo acordo social, tendo em vista três princípios básicos: 1) não-transferência do ônus à classe trabalhadora; 2) não-permanência da política de preços e tarifas irreais e não-desestabilização do setor público, agravando o déficit; 3) controle de preços para o setor privado. "Em síntese, a estratégia de combate à inflação supõe políticas de reequilíbrio financeiro do setor público e de redução das taxas de juros. Uma depende da outra e ambas apóiam a política de estabilização de preços relativos externos e internos, a ser empreendida no contexto da renegociação da dívida externa e da nova política de preços para a indústria e agricultura" (Brasil, 1985, p.46).

No próximo item (2.2) será ampliada a discussão a respeito do processo de descontrole que vem sofrendo as empresas estatais, através da análise de seu histórico, os desdobramentos da SEST enquanto instrumento de controle e as atuais propostas que pretendem desenvolver uma perspectiva mais objetiva e próxima da realidade.

2.2 - DESDOBRAMENTO DA CRISE E O PAPEL DA SEST

2.2.1 - Crise de Financiamento e as Empresas Estatais

Para um melhor entendimento da crise de financiamento do setor público constatada durante o período da "Nova República", é necessário analisar a política econômica adotada durante a primeira metade dos anos 80. As Empresas Estatais vinculadas ao Orçamento SEST ficaram condicionadas por políticas de controle sobre a expansão do gasto e do investimento e pelo crescente serviço da dívida. O período foi marcado, de um lado, pelo monitoramento do FMI no tocante ao corte dos dispêndios globais e, de outro, pela contenção tarifária e ao quadro recessivo, juntamente com o referido crescimento dos encargos financeiros e amortizações. Verificou-se, portanto, uma sensível redução da capacidade de financiamento do investimento e uma progressiva deterioração financeira de várias Empresas Estatais. Dessa maneira, é necessário um melhor entendimento das variáveis que compõem o desequilíbrio do

setor público, assim como a extensão da crise e o seu impacto sobre a economia brasileira.

Inicialmente, a discussão a respeito do déficit público ganhou destaque na medida em que ocorreu a mudança do padrão de financiamento de investimento adotado nos anos 70. No Brasil, nesse período, a forma de financiamento do setor público seguiu o padrão clássico, ou seja, baseado e dependente de financiamento externo e investimento estatal. O investimento estatal correspondia a aproximadamente 30% do total dos investimentos da economia. A sua presença encontrava-se marcada pela produção direta das Empresas Públicas e transferências para o setor privado, através de uma ampla política de subsídios. A participação do Estado no financiamento dos investimentos, portanto, possuía uma dimensão ampla tendo em vista o porte e os setores direcionados. Diversas linhas de crédito voltadas a financiamentos industriais de longo prazo foram realizadas através do sistema Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com subsídios e/ou baixas taxas de juros mais a correção monetária. A partir de 1982, o padrão de financiamento da economia não seria mais baseado em investimento direto do Estado ou por intermédio de investimento privado subsidiado. A situação das contas públicas nos anos 80 se caracterizou pelo enorme estoque da dívida, contraída na década anterior. As Empresas Estatais financiavam seus investimentos através da captação de recursos externos. Utilizando-se da Resolução nº 432 e da Circular nº 230, os agentes privados realizavam os Depósitos Registrados em Moeda Estrangeira,

passando os recursos externos ao passivo do Banco Central (Cruz, 1984).

O endividamento público permaneceu intenso durante o anos 80, sendo avaliado através do conceito de Dívida Líquida do Setor Público (FUNDAP, 1987, pp. 34-98). A partir de 1983, verificou-se um grande salto no endividamento externo, que colaborou com 79% do aumento do endividamento global. Nesse processo, é importante analisar o papel desempenhado pelo Banco Central a partir de 1982, quando da renegociação da dívida externa, que inseriu um novo item em seu passivo externo (Depósitos de Projetos), para representar os recursos já renegociados externamente mas que permaneciam em depósito à espera de tomadores finais internos (Teixeira, Biasoto Jr., 1988, pp. 22-91). Em 1986/87, ocorreram novos crescimentos dos Depósitos de Projetos, tendo em vista a política de não-renegociação dos débitos com os bancos credores, o que suspendeu o empréstimo dos recursos com depósito no Banco Central.

A dívida líquida interna, por sua vez, passou a crescer somente a partir de 1984. A sua participação na dívida líquida global tornou-se crescente a partir de 1983, pois refletiu a mudança do próprio padrão de financiamento, que se apoiara até então o setor público. Em 1987, sua participação atingiu o patamar de 44% do global.

Outro fator importante que contribuiu para o declínio da taxa de investimento durante os anos 80 foi, sem dúvida alguma, "a

deterioração das finanças do Estado ou sua crescente perda de capacidade para realizar poupança compulsória" (Bresser Pereira, 1987, p.22).

A partir das reformas introduzidas pelo programa de governo da "Nova República", verificou-se um redirecionamento dos dispêndios, que foram canalizados para as questões de cunho social, em detrimento dos investimentos que já haviam sido efetuados, com significativo aumento do déficit público. Por outro lado, a transferência através de subsídios do setor público para o privado, também, ficou comprometida com a incapacidade de realizar poupança compulsória.

Entretanto, "uma razão mais mediata para a deterioração da capacidade de poupança do Estado foi o controle dos preços das empresas estatais. De fato, a administração dos preços das grandes empresas, principalmente das estatais e das multinacionais, desde agosto de 1979, criação do CIP - Conselho Interministerial de Preços - que serviu como um estratagema para controlar a inflação foi, na realidade, um poderoso instrumento para reduzir os lucros das grandes empresas estatais e multinacionais (...)" (Bresser Pereira, 1987, p. 25).

A discussão em torno da questão da exaustão do padrão de financiamentos da economia tem revelado a importância das relações existentes entre as políticas de ajustamento, a dívida externa e a

redefinição de uma nova estratégia para permitir novos investimentos, necessários à retomada do crescimento.

Portanto, o impasse criado na questão do financiamento pode ser caracterizado da seguinte maneira: no aspecto externo, o corte de financiamentos externos e a indefinição da negociação do estoque existente da dívida; no aspecto interno, o crescimento do déficit público e o agravamento da inflação.

Para Zini Jr. (1990, pp. 32-52), o entendimento do desequilíbrio externo é fundamental para uma avaliação do processo de deterioração das Finanças Públicas, além da avaliação dos fatores que promoveram e incrementaram o déficit público. Em primeiro lugar, nos anos 80, o setor público absorveu o risco cambial da dívida externa do setor privado, manteve o volume de transferências e subsídios para Estados e Municípios e arcou com o progressivo custo das dívidas, tendo em vista a política adotada de juros altos e desvalorizações cambiais. Não houve uma contrapartida por parte das receitas e, conseqüentemente, cresceu o déficit. Em segundo lugar, o Governo financiou o seu déficit através do aumento de seu endividamento interno. A proposição de solução para a crise de financiamento do Estado, segundo a avaliação de Zini Jr. (1990, pp.32-52), passa por um conjunto de medidas que levem necessariamente à redução do déficit orçamentário.

"Concretamente serão necessárias medidas para elevar a arrecadação líquida, tais como o aumento da arrecadação fiscal (com

mpliação da base de tributação), redução dos subsídios e combate à evasão fiscal. No tocante aos dispêndios, o desejável seria uma reforma administrativa que desse racionalidade para os gastos com pessoal. Requeria-se igualmente a definição de um programa de privatização factível, o qual deveria ser conduzido sem se escudar da atualização das tarifas reais dos serviços públicos. Mas o passo estratégico crítico é reduzir os custos financeiros do Estado. Do lado interno, cabe pensar na reconsolidação da dívida pública interna por ativos como ações das estatais ou por outro ativo de longo prazo. Uma alternativa básica que defendo é fundar esta dívida constituindo-se um fundo de amortização formado por ações das estatais e divisas fortes (...). Do lado externo, a promoção do crescimento irá requerer uma diminuição do fluxo de recursos enviados para o exterior, reduzindo o ônus orçamentário e liberando recursos para os investimentos" (Zini Jr., 1990, pp.32-33).

A questão fundamental que permanece, após as diversas tentativas de ajustes e programas de estabilização do Governo da "Nova República", foi instituir mecanismos que restabelecessem um padrão de investimento capaz de produzir uma taxa efetiva de crescimento para a economia brasileira.

A estratégia de desenvolvimento sustentado exige a elevação do investimento e da formação de poupança interna, além de uma nova inserção do país no comércio internacional. Para tanto, é

necessária uma reforma fiscal, controle dos gastos e redefinição do padrão de pagamento da dívida externa.

Para Bresser Pereira (1987, p.25), "um objetivo adequado de política econômica seria recuperar a capacidade do Estado e das Empresas Estatais de autofinanciarem seus investimentos, enquanto as empresas privadas nacionais e estrangeiras poderiam ter uma taxa de lucro suficientemente atrativa para estimular seus investimentos. Assim, tanto as empresas privadas sentem-se estimuladas a investir quanto poupanças surgirão para financiar investimentos".

É importante ressaltar que o padrão de financiamento dos investimentos desenvolvido no passado foi factível até os anos 70. Portanto, a retomada do crescimento implicará, também, a redefinição de atuação das Empresas Estatais em relação à sua política de investimentos, rentabilidade e capacidade de autofinanciamento. Ao lado da esfera estatal, o setor privado também deverá participar desse programa de recuperação e desenvolvimento econômico.

2.2.2 - Formas de Controle: Antecedentes

De acordo com o Decreto nº 84.128, de 29/10/79, analisado no Capítulo I (item 1.3), a SEST foi criada para enfocar um conjunto de questões pertinentes ao controle integral das Empresas Estatais. Os instrumentos buscavam diversos objetivos voltados à melhoria do desempenho financeiro, assim como à limitação do aumento indiscriminado da participação das Empresas Estatais na economia brasileira.

Pelo artigo 4º do Decreto nº 84.128/79, item III, a SEST deve elaborar, anualmente, a proposta de fixação de limites máximos de dispêndios globais das Empresas Estatais, para aprovação do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Portanto, a formalização desses controles foi encontrada através do Orçamento, que promove o levantamento e realiza a síntese de toda a programação financeira anual.

Portanto, foram criados quatro Orçamentos - Dispendios Globais, Importações, Recursos Externos e Combustíveis.

A elaboração do Orçamento de Dispendios Globais partia da previsão de despesas de cada entidade específica, totalizando um montante máximo a ser interpretado como teto. Portanto, o instrumento utilizado é o da fixação de limites de gastos, por rubricas básicas, a partir de alguns parâmetros globais, como taxas

dessejáveis, tendo em vista o crescimento do PIB. Os dois itens básicos dos dispêndios globais são representados pelas Despesas Correntes e de Capital. No primeiro item, fazem parte as despesas de pessoal/encargos pessoais, financeiras e os gastos com insumos e manutenção de atividade corrente das empresas; no segundo, estão inseridos os gastos com investimentos físicos, transferências de capital, aplicações financeiras e as amortizações (SEST - Secretaria de Controle ..., 1980).

A estrutura do Orçamento de Dispêndios Globais da SEST pode ser visualizada da seguinte forma:

I- DISPÊNDIOS

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Encargos Financeiros

Outros Custeios

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Amortizações

Outras Despesas de Capital

DISPÊNDIOS GLOBAIS/ORÇAMENTO SEST

APLICAÇÕES LÍQUIDAS

TOTAL - DISPÊNDIOS E APLICAÇÕES

- RECURSOS

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA NÃO-OPERACIONAL

OUTROS RECURSOS

RECURSOS DO TESOURO

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

VARIAÇÕES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE CURTO PRAZO

VARIAÇÕES DE VALORES DE TERCEIROS

VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL

TOTAL DOS RECURSOS

O controle sobre o fluxo externo de mercadorias promoveu o aparecimento de um instrumento de controle de gastos: o Orçamento de Importação. Ao longo dos anos 80, verificou-se uma crescente preocupação com o desequilíbrio do balanço de pagamentos da economia brasileira. Verificou-se, também, a presença de um crônico déficit em transações correntes e, portanto, o governo empenhou-se em promover um conjunto de medidas visando ao seu ajuste. A partir de então, foi adotada uma política tradicional, de caráter recessivo, ou seja, um incentivo para substituição de importações e exportações, ajustando-se à política cambial, a fim de garantir a desvalorização da moeda nacional.

A preocupação básica desse controle estava na redução das importações, podendo ser feita através de controles administrativos mais diretos. Dessa forma, o Orçamento SEST/Importações teria a função de estabelecer, anualmente, tetos para as importações diretas, assim como a de efetuar o controle direto sobre as compras

locações de bens estrangeiros no mercado interno realizadas pelo setor público (ver Werneck, 1987, p.60).

A SEST elabora e submete à aprovação presidencial o Orçamento de Captação de Recursos Externos para o Setor Público, o qual define, por sua vez, os limites de empréstimos externos no exercício, de forma compatibilizada com o Orçamento SEST/Dispêndios Globais, além de ajustar-se às metas das políticas monetária e de balanço de pagamentos. Esse controle foi constituído no próprio Decreto de criação da SEST, que resguarda o credenciamento das estatais para o Banco Central no tocante às negociações sobre empréstimos externos. "As operações de crédito, como forma de recursos futuros, se constituíam, até então, em uma das formas mais significativas de viabilização dos programas de investimento de algumas empresas, notadamente de origem externa. Destarte, o controle dessas operações torna-se um dos instrumentos de vital importância no sistema SEST" (SEST - Secretaria de Controle..., 1980, p.25).

Quanto ao Orçamento de Combustíveis, tendo em vista a necessidade de exercer maior controle sobre as importações de petróleo, foi atribuída à SEST a responsabilidade de elaborar proposta de fixação de limites globais, a serem aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE, da compra de combustíveis destinados a veículos automotores, por parte das

Empresas Estatais e dos órgãos da Administração Direta Federal. Esse procedimento ocorre durante os anos 80, pois reflete o esforço do governo em conter a conta petróleo, logo após o choque de preços em 1979.

2.2.3 - Novos Mecanismos de Controle - Discussão Recente

Verifica-se que com o advento da "Nova República" houve uma perda do poder político e, conseqüentemente, de controle da SEST enquanto órgão centralizador das políticas desenvolvidas pelo conjunto das Empresas Estatais. Torna-se importante, portanto, rever sua nova performance e atribuições nesse período, 1985/89, para entender o novo papel que a Secretaria assume, ao mesmo tempo em que as empresas perdem sua relativa autonomia, tornando-se objeto de discussão sobre o novo papel do Estado. Dessa maneira, entender a redefinição do papel do Estado na economia significa dimensionar o parque empresarial estatal. A necessidade de entender as críticas às formas de controle desenvolvidas pela SEST e de promover as novas discussões e propostas que aparecem ao longo dessa crise é fundamental para uma avaliação da efetiva participação do órgão e das empresas, de forma particular, e da participação do Estado, de forma global. Para tanto, é necessário melhor detalhar as novas medidas de controle tomadas durante a "Nova República", assim como a nova inserção do problema e seus desdobramentos.

A política de centralização sobre os quatro orçamentos (Dispêndios Globais, Importações, Recursos Externos e Combustíveis) reforça a idéia de que o uso do dispêndio público como instrumento de controle da demanda agregada pode gerar resultados positivos sobre a avaliação tanto do dispêndio da União, como do dispêndio do setor público descentralizado. Não obstante o papel desenvolvido pela SEST, ou seja, a criação de um sistema efetivo de controle sobre os dispêndios das "empresas públicas", a discussão recente envolve, necessariamente, uma revisão da concepção e instrumentos utilizados, além do aparato jurídico-institucional empregado para a sua viabilização.

Os comentários e sugestões desenvolvidos por Werneck (1988) ao longo dos anos 80 retratam alguns aspectos fundamentais para o entendimento das questões relacionadas a objetivos, métodos, formas de controle e propostas para eventuais mudanças, tendo em vista a existência de um novo cenário político-institucional.

Uma das primeiras questões abordadas refere-se à confusão existente na avaliação do chamado Orçamento de Dispêndios Globais. A crítica procura destacar o equívoco existente na obtenção dos valores bruto e agregado. Na verdade, é incorreto promover a soma dos dispêndios globais das unidades produtivas existentes nas diversas entidades produtivas estatais. As Empresas Estatais estão inseridas no processo global da economia, ou seja, participam em diversas atividades produtivas, envolvendo, necessariamente, gastos intermediários de transformação dos bens e serviços. Portanto,

torna-se necessária uma revisão na concepção de valor agregado versus valor total, para melhor avaliar o conjunto de dispêndios globais. Por outro lado, o controle realizado através de estabelecimento de tetos para os dispêndios globais e das diversas rubricas que compõem os mesmos representa um forma meramente contábil e tradicional de elaborar o orçamento. A preocupação central na avaliação e controle do orçamento deve-se voltar às questões relacionadas ao planejamento, programas e metas globais que as empresas devem alcançar a partir dos parâmetros delineados por uma estratégia de política macroeconômica. Na verdade, a ênfase atual recai sobre o controle dos dispêndios globais em si, com a mera perspectiva de manejar as Empresas Estatais como instrumentos de política macroeconômica de curto prazo, atendendo aos objetivos de maior centralização e disponibilidade das mesmas em momentos de crises conjunturais.

A segunda crítica incide sobre a questão da "heterogeneidade" no orçamento SEST, assim denominada para representar o conjunto de entidades que compõe o setor público federal descentralizado: autarquias, órgãos autônomos, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e sociedades civis e limitadas. Esse conjunto ficou denominado indevidamente de "empresas estatais", para efeito de controle da própria SEST. Evidentemente, torna-se bastante complicado pensar uma única estrutura orçamentária e promover o acompanhamento financeiro de Empresas Estatais do setor produtivo juntamente com as Agências Governamentais, dadas as peculiaridades de recursos necessários, assim como a

peracionalidade e fins a serem alcançados no contexto do setor público. Dessa forma, uma avaliação global do orçamento tende a ficar distorcida da realidade, pois estabelece o mesmo critério para um conjunto de entidades distintas. Conseqüentemente, provoca um grande equívoco em caracterizar uma Empresa Estatal, capacitada para obter recursos próprios através da comercialização de bens e serviços, com as Agências Governamentais, que, por sua vez, dependem fundamentalmente de recursos do Tesouro. Entretanto, na avaliação global, tanto a Empresa Estatal produtiva como a Agência Governamental são consideradas, indistintamente, provocadoras do déficit ou exercem forte pressão sobre o Orçamento da União.

A partir dessas críticas, a SEST procurou sistematizar o conjunto dessas "empresas estatais" em cinco grupos distintos:

- a) Empresas do Setor Produtivo Estatal;
- b) Entidades Típicas de Governo;
- c) Previdência Social;
- d) Bancos Oficiais Federais;
- e) Concessionárias.

Entretanto, embora se tenha configurado outra distribuição das novas categorias para as chamadas "empresas estatais", o tratamento dado para o conjunto permaneceu inalterado, ficando apenas os dados separados de acordo com a caracterização dos grupos.

Há uma certa urgência para encontrar determinados critérios que possibilitem melhor avaliação na questão do racionamento de

capital requerido pelas efetivas Empresas Estatais. Em outros termos, Werneck (1988) aponta a necessidade de se adotar uma espécie de indexador dos tetos nominais para garantir o financiamento, isto é, controlar a taxa real de crescimento do endividamento das Empresas Estatais. "Também, poderia se pensar na fixação de limites para a taxa de endividamento, ou taxa de alavancagem de empresa, ao invés de tetos para o acréscimo de endividamento. Neste caso o controle se faria sobre a relação entre o valor do capital de terceiros e o valor total dos ativos" (Werneck, 1988, p.32).

A discussão que se estabelece a partir de então encontra-se relacionada com a necessidade de uma revisão do papel do Estado na economia, assim como com a nova inserção do conjunto das Empresas Estatais no tocante a seus objetivos, operacionalidade e utilização por parte do governo.

Novamente visando a maior aprofundamento da discussão a respeito do controle que se pretende sobre as Empresas Estatais, é necessário rever suas atribuições e objetivos gerais que foram progressivamente ganhando novos aspectos e interesses conflitantes.

Essas empresas, normalmente, possuem atribuições estabelecidas em função da capacidade e qualificação de produção. Além disso, são enquadradas para atender a certos objetivos traçados pela política macroeconômica do governo. Entretanto, verificou-se ao longo dos anos 80 - e, principalmente, após a agudização da crise de

ndividuamente externo, do desequilíbrio do balanço de pagamentos, a inflação e do desequilíbrio crônico do déficit público - a utilização dessas empresas como instrumento de estabilização, de forma intensiva e conflitante para com seus próprios interesses. É interessante destacar as inúmeras atribuições e encargos que receberam durante esse período: a) captadoras de recursos externos, além de suas reais necessidades para financiar o desequilíbrio do balanço de pagamentos; b) adotaram uma política de preços e tarifas irreais para combater o processo inflacionário; c) foram instaladas em regiões francamente desfavoráveis, para servirem de pólos de desenvolvimento regional tendo em vista a capacidade de geração de empregos; d) contribuição efetiva para o fortalecimento da indústria de bens de capital, através da compra de equipamentos nacionais em condições pouco vantajosas.

Ao analisar o conjunto dessas atribuições no contexto das exigências requeridas para o desempenho das Empresas Estatais produtivas, constata-se o grau de dificuldade existente para qualquer tentativa de conciliação de objetivos.

Segundo a avaliação de Werneck (1988, p. 14), "talvez nada tenha contribuído tanto nos últimos anos para a deterioração do aparelho produtivo estatal no país e para o próprio desgaste da imagem da produção estatal perante a opinião pública do que a tendência a intensa e descontrolada utilização direta das Empresas Estatais como instrumento das mais diversas políticas".

As experiências em outros países, especialmente na França e Inglaterra, revelam que, na maioria dos casos, as Empresas Estatais, quando obrigadas a subsidiar preços e tarifas, privilegiam determinados setores/regiões para seus investimentos, incorrendo em custos adicionais ou perda de rentabilidade. Existe, porém, a contrapartida do governo, que atua através de um conjunto de mecanismos capaz de neutralizar tais efeitos.

Toda a nossa discussão está voltada a encontrar alguns esclarecimentos quanto aos principais objetivos que atuam sobre as Empresas Estatais e as necessárias delimitações, assim como a melhor apreciação a respeito da extensão do controle. Dentre os diversos mecanismos de controle, destacam-se para a presente análise:

- a) Avaliação dos Custos;
- b) Alocação de Recursos e Investimentos;
- c) Controle de Preços.

A idéia central do controle Avaliação dos Custos seria o balizamento de custos, que deveria ser feito entre as empresas do mesmo setor, privadas ou estatais, visando à identificação de eficiência técnica.

Um dos componentes desses custos está relacionado com a política adotada para os limites de gastos de pessoal, que se tornou bastante polêmica. Para Werneck (1988, p. 23), "desde o final dos anos 70, e principalmente depois da criação da SEST, o

governo federal tem-se empenhado em impor às suas empresas um controle externo sobre os gastos com pessoal. Contudo, a esta experiência faltou um grau mínimo de sofisticação, que permitisse compatibilizar o exercício do controle com a manutenção da indispensável flexibilidade com que devem contar as Empresas Estatais na administração da sua política de pessoal. Além de serem estabelecidos limites fixados em valores nominais para os gastos de pessoal, foi imposta às mesmas uma tabela de tetos salariais". A política a seguir deveria promover um acompanhamento externo mais sistematizado, onde, em primeiro lugar, a empresa se submeteria a um controle por parte de uma auditoria para justificar o grau de compatibilidade dos salários vigentes com o mercado; em segundo lugar, deveria prevalecer um certo critério de restrição de gastos globais para pessoal, ao mesmo tempo em que existiriam limites formais para o número de empregados e crescimento real da folha de pagamentos.

O objetivo básico do controle Alocação de Recursos e Investimentos está em garantir a participação das Empresas Estatais no crescimento da economia. Representa a avaliação de um conjunto de variáveis fundamentais para definir as necessidades de investimentos. A primeira observação feita por Werneck (1988) é a respeito dos equivocados critérios utilizados para garantir esse nível de investimento para as empresas, tendo em vista a conceituação de "déficit". A necessidade de financiamento não deve configurar-se simplesmente como "déficit", pois normalmente as empresas, sejam estatais ou privadas, necessitam para seus novos

empreendimentos de capital de terceiros. Dessa maneira, "o pleno entendimento desta questão foi certamente dificultado pelo fato de que, com frequência nos últimos anos, a necessidade de financiamento tem sido tratada no debate econômico nacional não só como déficit, mas também como rombo ou estouro das estatais, e a sua existência atribuída primordialmente à ineficiência e ao descontrole financeiro destas empresas" (Werneck, 1988, p. 27).

A discussão recente deve, necessariamente, ser mais abrangente, estabelecendo novos parâmetros e critérios sobre a necessidade de financiamento das Empresas Estatais. A prática recente tem-se revelado ineficaz, pois são fixados os chamados tetos nominais com o objetivo básico de conter o crescimento da dívida pública. Não será com previsões distorcidas sobre os níveis de gasto e arrecadação que se fará um efetivo controle, nem se estabelecerá uma programação financeira estável nas próprias empresas.

Para Werneck (1988, p. 32), deve-se chegar a critérios onde a alocação de recursos seja considerada "desejável" e, dessa maneira, "a distribuição ótima dos recursos inversíveis entre as empresas estatais e as empresas privadas deverá exigir uma compatibilização entre as taxas marginais de retorno social do investimento obtidas no setor privado e no setor estatal".

A realidade, entretanto, não permite de imediato a aplicação dessa relação, mas a sua concepção deve ser aprofundada para ganhar

consistência e aplicabilidade no atual sistema de racionamento de capital para as Empresas Estatais.

O racionamento de capital deve obedecer a um programa capaz de explicitar a cada momento as prioridades de investimento. Para tanto, torna-se indispensável, também, a coordenação dos programas de investimento das empresas pelo próprio governo, e esta, com as demais políticas setoriais, envolve, por sua vez, uma adequação com as principais metas de política macroeconômica.

A maioria das Empresas Estatais opera em mercados concentrados, vendendo seus produtos em condições de oligopólio. O Controle de Preços ocorre em função do grau de competitividade e do tipo de produto, cujo impacto na estrutura de custos do mercado é relevante. Portanto, no tocante à produção das Empresas Estatais, verifica-se uma concentração em bens e serviços intermediários, fundamental para a eficiência alocativa de todo o conjunto da economia.

A discussão a respeito dos desdobramentos, ocorridos nas relações entre o governo e o Controle de Preços das empresas tendo em vista a política macroeconômica perseguida, será feita no Capítulo III.

É importante ressaltar que existem outros mecanismos de controle, capazes de auferir um acompanhamento mais abrangente por parte do governo e da sociedade. A consistência desse controle

estaria reservada ao Poder Legislativo e à própria Sociedade Civil, que fariam a fiscalização permanente dessas empresas. Haveria a criação de uma "Comissão Permanente de Empresas Estatais" (Werneck, 1988, p. 40), voltada para o acompanhamento da relação entre as empresas e a administração federal. Em outros termos, essa comissão seria responsável em constatar e avaliar os desmandos cometidos pelo governo e seus administradores. Da mesma forma, seriam avaliadas as políticas de controle de preço, investimento, gasto e endividamento que ao longo de anos colocaram essas empresas em condições bastante desfavoráveis.

Portanto, caberia ao Legislativo assegurar o poder de controle estabelecido previamente em lei, onde os interesses conflitantes seriam debatidos de forma ampla e, principalmente, levados ao conhecimento público.

Outra questão pendente, mas importante para se visualizar um melhor controle sobre as Empresas Estatais, refere-se à articulação dos mecanismos de controle no âmbito do poder executivo", ou seja, a distribuição de funções e poder entre os ministérios setoriais e os de coordenação da política macroeconômica. Verificou-se, nos últimos anos, um excessivo controle por parte dos ministérios centrais - Fazenda e Planejamento - em detrimento dos setoriais. Da mesma forma, a redefinição do papel da SEST, vinculada à SEPLAN, tornou-a mais um porta-voz da política macroeconômica de curto prazo adotada pelos órgãos centrais. O principal objetivo dessa reorientação estaria

colocado a desenvolver maior integração e articulação entre essas esferas, que propõem determinadas diretrizes para as Empresas Estatais em função de seus interesses. Deveria existir uma programação global onde houvesse a participação efetiva dos Ministérios centrais e setoriais, sob a coordenação da SEST e demais órgãos diretamente participantes na consecução dos objetivos do conjunto das empresas.

2.3 - O (DES)CONTROLE E O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO

2.3.1 - Introdução

A "Nova República" recebeu enorme herança construída, principalmente, nas últimas duas décadas: o descontrole das Empresas Estatais. O ex-presidente João Figueiredo, antes de passar o cargo para o eleito e futuro presidente Tancredo Neves, deixou-lhe o seguinte recado: "Eu perdi a luta, as empresas estatais não obedeciam as ordens dos ministros, nem a minha, nem a de ninguém. Ataque esse problema, senão o senhor será absorvido pela máquina. Aqui está o seu grande desafio." Paulo Niccoli, ex-diretor da Comissão de Desestatização, por sua vez, fez o seguinte comentário: "Há um *lobby* dentro e fora do governo contra a desestatização. Tudo parece ter sido feito errado para tornar inviável a privatização" (O Estado de São Paulo, 1985, 24 mar.). O relatório oficial da SEST, entregue ao ministro do Planejamento, João Sayad, cadastrava 460 empresas estatais federais, grande parte deficitárias. O governo Figueiredo havia recebido 547 empresas, criadas nos últimos

20 anos, e acrescentou apenas quatro, deixando para o seu sucessor o seguinte quadro, onde se destacam as seguintes áreas: Minas e Energia - 118 empresas; Educação e Cultura - 80; Comunicações - 32; Indústria e Comércio - 31; Transporte - 22.

Novamente, a discussão a respeito do controle reserva ainda muita preocupação por parte do novo governo. O ministro Sayad afirmava que "além de algum tipo de controle de mercado por parte da SEST, gostaria que as estatais sofressem o controle político do Congresso Nacional". Lembrava, na ocasião, que "não existem regras sobre como controlar essas empresas estatais. Mas controlar no sentido correto da palavra, controlar e avaliar, saber se elas investem na direção que a sociedade brasileira quer, se elas usam corretamente o dinheiro do contribuinte. Não é somente um controle de caixa, não é um controle de déficit (...)" (Gazeta Mercantil, 1986a, 12 jul.). Na mesma ocasião, o próprio secretário da SEST fazia a seguinte avaliação: "As estatais sofrem de um terrível mal: o Estado não consegue definir seu papel em relação a elas. Confunde a estatal com um instrumento de suas políticas, ora econômicas, ora sociais, ora partidárias, o que fica claro na hora de indicar os administradores e lotear a administração. Por formação e princípio, não faço distinção entre empresa pública e privada. Todas têm grande responsabilidade social, e a receita para ambas é o trabalho e a eficiência" (Jornal da Tarde, 1986, 10 mar.).

Ao analisarmos as duas perspectivas a respeito do futuro encaminhamento de novas diretrizes para as Empresas Estatais,

verificamos o início de uma controvérsia que irá marcar todo o governo Sarney, através de Decretos, Reformas Administrativas, Programa de Privatização, e outros episódios que apontam a complexidade do problema.

Em abril de 1986, o governo já constatava a impossibilidade de uma recuperação financeira das estatais em função do plano de estabilização, que exigia o congelamento de preços e tarifas públicas. O discurso que se estabeleceu nesse período, através do secretário da SEST, Antoninho Trevisan, e do coordenador de avaliação, Reynaldo Arcílio, determinava e fixava como meta que "1986 é o ano de produtividade das estatais". Para tanto, seria necessário pautar a sua atuação através de: "a) maior eficiência, ou seja, estabelecendo relações entre rentabilidade, grau de endividamento, dependência de recursos de terceiros e produtividade global; b) eficácia empresarial, que pressupõe medidas como índices de atendimento da demanda e qualidade dos serviços oferecidos. Além disso, as estatais devem se adaptar às necessidades do mercado" (O Estado de São Paulo, 1986, 15 abr.).

Tendo em vista a implantação do programa de estabilização que impõe o congelamento de preços e tarifas, cuja prática já vem sendo utilizada nos últimos anos, as empresas procuravam contornar a insuficiência da receita operacional através da limitação do nível de investimento e aumento do endividamento interno e externo. As principais implicações foram a acelerada expansão da dívida e, em consequência, crescimento de participação das despesas financeiras

nos dispêndios totais. A preocupação tornou-se crescente em relação à defasagem de preços e à necessidade de promover uma revisão do orçamento. Para evitar o déficit, o governo propõe a adoção de corte nos investimentos previstos e a redução do quadro administrativo. Têm início, a partir de maio de 1986, os debates a respeito da criação das chamadas "holdings" com base na experiência italiana. O objetivo seria maior controle sobre as estatais. Outra questão que começa a ser debatida diz respeito à abertura de capital das empresas estatais, que, segundo Trevisan, permitiria sua capitalização via mercado acionário. Entretanto, a sua maior preocupação encontra-se justamente no aspecto formal do processo de privatização.

Preocupado em encontrar algum mecanismo que viabilizasse um programa de investimentos das estatais, pois o déficit tem provocado pressões financeiras sobre o setor público, o governo lança oficialmente a idéia da criação da "holding". Os economistas, defensores do Plano Cruzado, defendem e acreditam no alcance dessa idéia, tanto que na definição do Secretário do Tesouro, Andréa Calabi, a "holding" seria "a peça fundamental de alavancagem dos investimentos na área das empresas estatais". Para o ministro Dílson Funaro, "é a melhor alternativa em virtude da magnitude da distorção da dívida das estatais, especialmente nos setores de siderurgia e de energia elétrica" (Jornal do Brasil, 1986, 10 jun.). De acordo com os estudos do governo, as Empresas Estatais sofrem de três problemas básicos: a) seu modelo de capitalização original, que previa um percentual de empréstimo avaliado, no setor

siderúrgico, em 60%, acabou pulando, em alguns casos, para 90%, e desequilibrou a sobrevivência da empresa; b) os juros internacionais contribuíram para elevar ainda mais o peso de sua dívida financeira; c) as empresas estatais foram obrigadas a tomar recurso externo, para financiar o déficit do balanço de pagamentos..

Diante desse diagnóstico - e propondo corrigir o erro de estratégia de endividamento - foi que, segundo o governo, surgiu a idéia da "holding", cujo papel seria, em síntese, o seguinte: 1) conscientizar todo o sistema da importância de racionalizar a dívida; 2) criar um mecanismo de pagamento de médio prazo; 3) estabelecer um modelo de financiamento..

Na prática, uma "holding" representa uma espécie de banco de investimento, que irá encarregar-se de administrar a carteira de títulos, de ações do governo federal..

As primeiras reações começaram a surgir na imprensa, através de discussões e, principalmente, críticas contra a excessiva centralização de poderes que os diversos modelos de "holding" iriam provocar, tendo em vista a capacidade de agregar e controlar indistintamente todo um conjunto de empresas.. Já em julho de 1986, o secretário da SEST tenta explicar a nova mentalidade que pretende implantar nas estatais através "de uma produção de bens e serviços com qualidade e com maior eficiência e eficácia possível, obtendo lucros que remunerem adequadamente os investimentos realizados e que possam se adequar às necessidades de crescimento".. E finaliza:

"a holding está sepultada até segunda ordem" (Folha de São Paulo, 1986, 14 jul.).

O secretário da SEST autoriza em outubro de 1986, através da Instrução SEST nº 01, a desativação por parte das empresas estatais de seus bens e imóveis, inclusive participações societárias que não estejam vinculadas ao desempenho de suas atividades produtivas. Os recursos obtidos devem ser destinados à substituição de capital e a novos investimentos.

No balanço de final de ano, a SEST divulgou relatório prevendo uma folga de recursos para empresas estatais para 1987. Esta previsão foi divulgada em dezembro de 1986, onde se imaginava a sobra de recursos para financiamento das estatais. As principais fontes desses financiamentos seriam obtidas através do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND e do recente aumento das Tarifas de Serviços Públicos, além dos recursos do Programa de Desativação dos Bens das Estatais. Nessa ocasião, foi defendida a política de abertura de capital das empresas estatais como sendo uma das formas adequadas para se conseguir a melhoria do seu gerenciamento. Para o secretário da SEST, a melhor forma de condução das estatais é dar maior transparência à sua administração e "acreditamos que com a abertura de capitais vamos dar um passo importante para a privatização dessas empresas, e o governo não pode mais conviver com a contenção de preços das tarifas públicas pois isso significa um subsídio" (Gazeta Mercantil, 1986b, 20 dez.).

O ano de 1987 inicia-se com um programa de contenção de gastos e melhor definição dos limites de dispêndios globais de cada empresa, até a definição dos novos parâmetros do orçamento. A SEST espera uma definição, por parte do governo, sobre as tarifas de serviços das estatais, pois "é preocupante a situação de caixa das estatais, ante o avanço das despesas e a contração da receita ditada pelo congelamento e falta de realinhamento das tarifas" (Folha de São Paulo, 1987a, 27 jan.).

A partir de junho de 1987, foi aplicada uma política de preços reais para o setor, e o objetivo principal da SEST passa a ser a cobrança de maior eficiência e produtividade, segundo a avaliação do novo secretário da SEST, Júlio Colombi. O orçamento das estatais foi publicado em agosto de 1987 com oito meses de atraso, prevendo um crescimento nos investimentos em torno de 8% em relação a 1986, e as despesas autorizadas para as 157 estatais irão comprometer 20% do PIB. A partir de então, as tarifas, outros preços e salários serão corrigidos através da URP (Jornal do Brasil, 1987, 29 ago.).

Após a divulgação da nova política de tarifas e realinhamento de preços adotada pelo governo, a fim de atender as metas do Plano Bresser e do chamado "Plano de Ajuste Macroeconômico", surgiram vários comentários a respeito da sustentação de tal política, tendo em vista as dificuldades em conter o processo inflacionário e as distorções existentes na política fiscal.

Para Trevisan, ex-secretário da SEST, o orçamento não será cumprido, pois tanto as metas foram subavaliadas, como a previsão da inflação para o próximo ano. Além disso, "o Executivo não abre mão de utilizar as estatais como instrumento de uma política econômica conjuntural, já que o aumento de tarifas implica em um aumento da inflação" (Folha de São Paulo, 1987b, 6 dez.).

A recomposição das tarifas, segundo Júlio Colombi, secretário da SEST, será fundamental para alcançar a eficácia no cumprimento do orçamento. Para ele, "o governo não tem interesse em segurar a inflação através da contenção das tarifas públicas, pois afetaria diretamente o controle do déficit público" (Gazeta Mercantil, 1987, 2 dez.). Em dezembro de 1987 foi anunciado um novo controle das estatais, através da introdução de uma nova tabela, que traz, por empresa, o volume de déficit que cada uma poderá realizar no próximo ano. Esse acompanhamento e divulgação é importante, pois cada empresa será co-responsável na redução do déficit, além de conhecer com maior clareza e detalhes a sua própria meta.

Na avaliação da SEST para 1988, novamente a questão preocupante permanece sendo o controle do estoque da dívida. Nesse sentido, o governo deve priorizar os investimentos e os estados e municípios devem absorver parte desses investimentos. Segundo o titular da SEST, é fundamental a participação do setor privado em novos projetos. Dessa maneira, estaria ocorrendo o processo de privatização. A solução, portanto, não estaria na transferência ao setor privado, das grandes empresas estatais, pois não haveria

recursos suficientes, a menos que ela seja feita com recursos do próprio governo.

O novo secretário da SEST, Iran Siqueira Lima, anunciava em dezembro de 1988 que as empresas estatais teriam um acréscimo real de 7% para os investimentos do próximo ano. Para tanto, seriam investidos 10 bilhões de dólares, sendo 25% provenientes de recursos captados através da emissão de ações, desmobilização de ativos não-operacionais e venda de participações acionárias e privatização do setor público.

2.3.2 - Programa, Concepção e Objetivos

O Programa Nacional de Desestatização da "Nova República" foi instituído pelo presidente Sarney em 28 de novembro de 1985, através do Decreto nº 91.991, que *"dispõe sobre o processo de privatização de empresas sob o controle direto ou indireto do Governo Federal"*.

O Presidente da República, com o auxílio de Ministros de Estado, determinará, através de decreto, a inclusão de empresas no Programa de Privatização.

O artigo 3º, através dos itens I, II e III, define as empresas que poderão ser enquadradas no Programa de Privatização:

"I - as empresas que, havendo sido criadas pelo setor privado, passaram para o controle direto ou indireto do Governo Federal, em

decorrência de inadimplência de obrigações, execução de garantias ou situações análogas;

II - as empresas criadas pelo Poder Público que não mais devam permanecer sob o controle e direção do Governo Federal, por já existir, sob controle nacional, setor privado suficientemente desenvolvido e em condições de exercer as atividades que lhes foram atribuídas;

III - as subsidiárias das empresas instituídas pelo Poder Público, cuja existência seja indispensável à execução dos objetivos essenciais da empresa controladora e importem em injusta ou desnecessária competição com as empresas privadas nacionais."

No artigo 6º fica instituído o Conselho Interministerial de Privatização, que será composto pelos ministros da Secretaria de Planejamento (presidente), Extraordinário para a Desburocratização, Indústria e Comércio e que tenham empresas vinculadas às suas respectivas áreas incluídas no Programa.

O Conselho Interministerial de Privatização produziu durante o seu período de existência, aproximadamente dois anos, um resultado financeiro de reduzido alcance, servindo como um balão de ensaio para testar as formas possíveis de desestatização e a resposta de mercado.

Em sua primeira reunião de avaliação, o Conselho Interministerial de Privatização deliberou que, além das empresas de origem no setor privado, apenas as empresas estatais que

competissem com a produção privada poderiam ser desestatizadas. O resultado foi uma lista de 65 empresas privatizáveis.

Durante seu primeiro ano de existência, o Programa Nacional de Privatização conseguiu desestatizar apenas uma empresa, o Grande Hotel de Blumenau.

Após o primeiro ano de sua criação, o Conselho criou a sua Secretaria Executiva, em outubro de 1986, com o objetivo de avaliar os processos das possíveis empresas "privatizáveis", normalmente emperrados por questões burocráticas. Durante o primeiro ano de atuação, a Secretaria Executiva conseguiu desestatizar apenas oito empresas (Tecelagem Nova América, Máquinas Piratininga S.A., Piratininga Nordeste, Ferritas Magnéticas, Engematic, Companhia Incentivadora de Atividades Agrícolas, Refinaria Ramiro e Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais).

Criou-se o Conselho Federal de Desestatização, em 29/03/1988, através do Decreto nº 95.886, que "dispõe sobre o Programa Federal de Desestatização", em lugar da Comissão Interministerial de Privatização. Será constituído pelo ministro do Planejamento (presidente), da Fazenda, da Indústria e do Comércio, do Trabalho e com a participação dos ministros a cujas pastas estão vinculadas as empresas estatais, e mais representantes do BNDES, da CVM e do setor privado, inclusive representantes de trabalhadores, de livre escolha do presidente da República.

O artigo 3º explicita as formas de operacionalização dos projetos de privatização:

- "I - transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- II - alienação de participação societária, inclusive de controle acionário;
- III - abertura de capital;
- IV - aumento de capital com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição;
- V - dissolução de empresas ou desativação parcial de seus empreendimentos; ou
- VI - alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações."

Segundo o parecer do coordenador das comissões de privatização da Secretaria de Privatização da Secretaria do Planejamento/SEPLAN, o Decreto nº 95.886 instituiu uma nova norma, que contribuirá para a aceleração da privatização. Em seu artigo 6º, o decreto dá poderes ao Conselho Federal de Desestatização para incluir empresas no programa de privatização, direito anteriormente exclusivo do presidente da República.

A avaliação feita no primeiro semestre de 1988 do processo de privatização assinala duas dificuldades básicas: a) falta de decisão política, já que as empresas estatais têm sido utilizadas como peças importantes na partilha do poder; b) insistência em procurar vender em primeiro lugar aquelas que não são rentáveis, o que tem provocado o fechamento e liquidação das empresas. Além

disso, o governo esbarra também na pouca disposição que os dirigentes têm para privatizar suas empresas. Portanto, as discussões, nesse período, giravam em torno da necessidade de agilizar o processo com a venda do controle de empresas rentáveis, as quais atraíam capital privado a ser utilizado no saneamento das empresas deficitárias através do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND. Para o Conselho Federal de Desestatização, "os modelos de desestatização são vários, diferem de empresa para empresa, mas, no caso das rentáveis, há uma idéia geral que já é consenso no governo: privatizar em primeiro lugar o controle acionário da empresa (com a venda da maioria das ações ordinárias) para despolitizar e profissionalizar a administração.

Ao Conselho Federal de Desestatização, além das competências acima descritas, está reservado um conjunto de prerrogativas: a) somente com a prévia autorização do Conselho, segundo o artigo 12, as empresas estatais poderão efetuar subscrição de ações, adquirir ou absorver controle acionário de empresa privada e criar subsidiárias. Ademais, as empresas serão proibidas de promover investimentos destinados a aumentar sua capacidade produtiva, ou lançar novos produtos, além do controle de toda a sua estratégia administrativa e política de admissão de pessoal.

O secretário-executivo do Conselho Federal de Desestatização - CFD, Paulo Galletta, entende que o processo de privatização é fundamental pois "esta venda mata parte da dívida e estanca a respectiva sangria dos juros, transferindo parte das estatais (não

estratégicas) ao setor privado; este passa a ser o responsável pelos futuros investimentos produtivos; o Estado poderá se dedicar com mais ênfase às áreas sociais (saúde, educação etc.), deixando de transferir recursos às estatais. As estatais foram levadas a essa situação com a redução de sua capacidade de poupar para investir e devido à elevação dos encargos com juros da dívida interna e externa" (Folha de São Paulo, 1988, 10 jun.).

Os Balanços das Estatais, divulgados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, em dezembro de 1989, revelam as dificuldades financeiras que acompanham a maioria das "holdings" e empresas independentes.

Dentre os onze grandes grupos de estatais produtivas, oito registraram no primeiro semestre índices positivos de rentabilidade, expressos pela relação entre lucro líquido e patrimônio líquido, mas no conjunto das "holdings" pelo menos cinco apresentaram prejuízos nas contas de suas controladas.

O grupo EMBRAER, por exemplo, que apresentou uma rentabilidade de 450% em termos contábeis, na prática, porém, sofreu um prejuízo na "empresa-mãe" em torno de 57 milhões de dólares. O grupo SIDERBRÁS, por sua vez, apresentou uma rentabilidade líquida negativa de 280%, nos primeiros seis meses do ano; o patrimônio líquido negativo registrado foi de aproximadamente 300 milhões de dólares no câmbio de junho de 1989. O grupo TELEBRÁS, por sua vez, possui um patrimônio líquido equivalente a 2,3 vezes o total de

suas obrigações com terceiros. As empresas independentes sob a responsabilidade da SEST foram as que apresentaram o melhor índice real de rentabilidade líquida (18%), não obstante o prejuízo global, de aproximadamente 200 milhões de dólares, registrado no fim do primeiro semestre de 1989 (Gazeta Mercantil, 1989, 23 dez.).

2.3.3 - Resultados Gerais

Uma avaliação preliminar do processo de privatização tem revelado apenas como resultados efetivos um conjunto de intenções através de normas e projetos por parte do governo. Existe um certo consenso a respeito da necessidade de privatizar e redefinir a atuação do conjunto de empresas estatais na economia. Entretanto, a discussão envolve a necessidade de se alcançarem resultados globais mais consistentes e maior agilização desse processo.

Segundo opiniões de políticos e administradores públicos que se encontram envolvidos na discussão, as dificuldades básicas estão no tratamento pouco empresarial que inspira a gestão de muitas empresas estatais e a falta de critérios objetivos. Além disso, existem várias questões que devem ser encaminhadas e esclarecidas para uma melhor transparência do próprio programa: a) a elaboração de um orçamento que reflita a real situação econômico-financeira das empresas envolvidas; b) um programa claro e objetivo que promova a vinculação da própria privatização às necessidades de investimentos do Estado; c) a falta de diretrizes básicas que

apontem para o aproveitamento racional dos recursos provenientes do processo e a não-dependência do atendimento a pressões conjunturais vindas de setores da sociedade.

"A Secretaria de Controle das Estatais - SEST, que coordena 178 empresas públicas com um déficit acumulado de 23% acima do previsto no orçamento, falhou em tentar pôr em prática um dos seus objetivos principais, que é estabelecer uma estratégia coerente de prioridades intersetoriais e, com isso, criar um clima confiável para o funcionamento individual das empresas" (O Globo, 1989, 18 jul.). Essa foi a avaliação efetuada pelo Banco Mundial - BIRD em junho de 1989, que, por sua vez, recomendava uma significativa reforma na política de atuação das empresas estatais, a saber: a) maior competitividade para as empresas fora do monopólio tecnológico; b) revisão das operações de monopólio, de forma a permitir maior competitividade na contratação de serviços de tecnologia, sempre que possível; c) estabelecimento imediato de um acordo formal entre a direção das empresas e a da SEST, que incluía parâmetros de desempenho para as áreas de monopólio; d) melhoria da capacidade de acompanhamento e coordenação dos planos de investimentos intersetoriais da SEST.

É bastante claro o objetivo proposto pelo Banco Mundial, cuja defesa da diminuição das empresas controladas pela SEST corresponde à política de privatização. Segundo informações dos técnicos do BIRD e da equipe dos Ministérios da Fazenda e Planejamento, "a redução do número de empresas sob a coordenação da SEST permitiria

maior transparência na análise de custos, bem como mais eficiência" (O Globo, 1989, 18 jul.). Admitem também que, devido a obstáculos políticos, a experiência brasileira de privatização se revelou um grande fracasso.

Através do trabalho realizado pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais e divulgado através do programa de Hélio Jaguaribe, no governo Sarney o processo de privatização permaneceu longe de alcançar resultados efetivos. Em primeiro lugar, o déficit alcançado pelas 179 estatais, em 1988, foi em torno de 9,7 bilhões de dólares. Em segundo lugar, as alternativas encontradas e propostas pelos políticos dos diversos partidos que concorrem à Presidência da República permanecem voltadas às questões sobre eficiência, combate à corrupção e restabelecimento de uma política de tarifas reais (Jornal da Tarde, 1989, 12 out.).

O processo de privatização implementado pelo governo Sarney revelou-se lento e ineficaz em relação aos seus objetivos básicos. Desde agosto de 1986, quando vendeu o Grande Hotel Blumenau por 420 mil dólares, o governo federal se desfez de apenas dezessete empresas. A receita total apurada foi de 458 milhões de dólares e, segundo o Conselho Federal de Desestatização, a maior parte desses recursos foi absorvida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; portanto, não foi convertido em investimentos sociais. O Programa Federal de Desestatização tem o objetivo de reverter esse quadro, embora tenha conseguido apenas acelerar o ritmo das privatizações. Foram onze empresas

privatizadas durante o período de sua existência. A linha de desestatizações segue uma espécie de roteiro. Em primeiro lugar estão as empresas da carteira do BNDES; posteriormente, serão aquelas em que o Banco do Brasil possui maioria acionária; e, finalmente, viriam as principais siderúrgicas do grupo SIDERBRÁS - Açominas, Usina Siderúrgica da Bahia, Aços Finos Piratini, Companhia Siderúrgica de Tubarão e Usiminas.

No último ano de seu governo (1989) quatro privatizações são efetuadas: Cia. Brasileira de Cobre, Cia. de Celulose da Bahia, Cia. de Ferro e Aço de Vitória - COFAVI e Usina Siderúrgica da Bahia - USIBA. Logo após a decretação do Plano Verão foi proposta a privatização de um conjunto de empresas estatais, vetada pelo Congresso. Posteriormente, inserida no chamado Plano de Emergência, houve nova tentativa, também sem grande sucesso. Nesse último movimento, não existiam critérios para definir a forma e o encaminhamento tendo em vista a conjuntura econômica e política do período. O cenário estava marcado pela tentativa de estabilização econômica e discussão a respeito da realização das eleições para presidente da República.

Ao longo dos anos 80, as privatizações atingiram o montante de 720 milhões de dólares, mais da metade obtido em 1988. A concentração do volume arrecadado nos últimos anos pode ser observada na Tabela abaixo:

Tabela 1
BRASIL
PRIVATIZAÇÕES
1981-89

em milhões

ANO	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
US\$	33,7	122,4	15,4	0,2	0	4,2	30,9	417,8	95,3

FONTE: Relatório Trevisan/Privatização

Se analisarmos os setores envolvidos pelo processo de privatização, verificaremos uma nítida concentração de empresas de papel e celulose (Riocelli, Aracruz e Celpag), seguindo-se as empresas siderúrgicas (Cimetal, Usiba, Cofavi e Cosim) e, finalmente, o setor de metalurgia (Sibra e Caraíba Metais).

Tabela 2
BRASIL
VENDA POR SETOR
1981-89

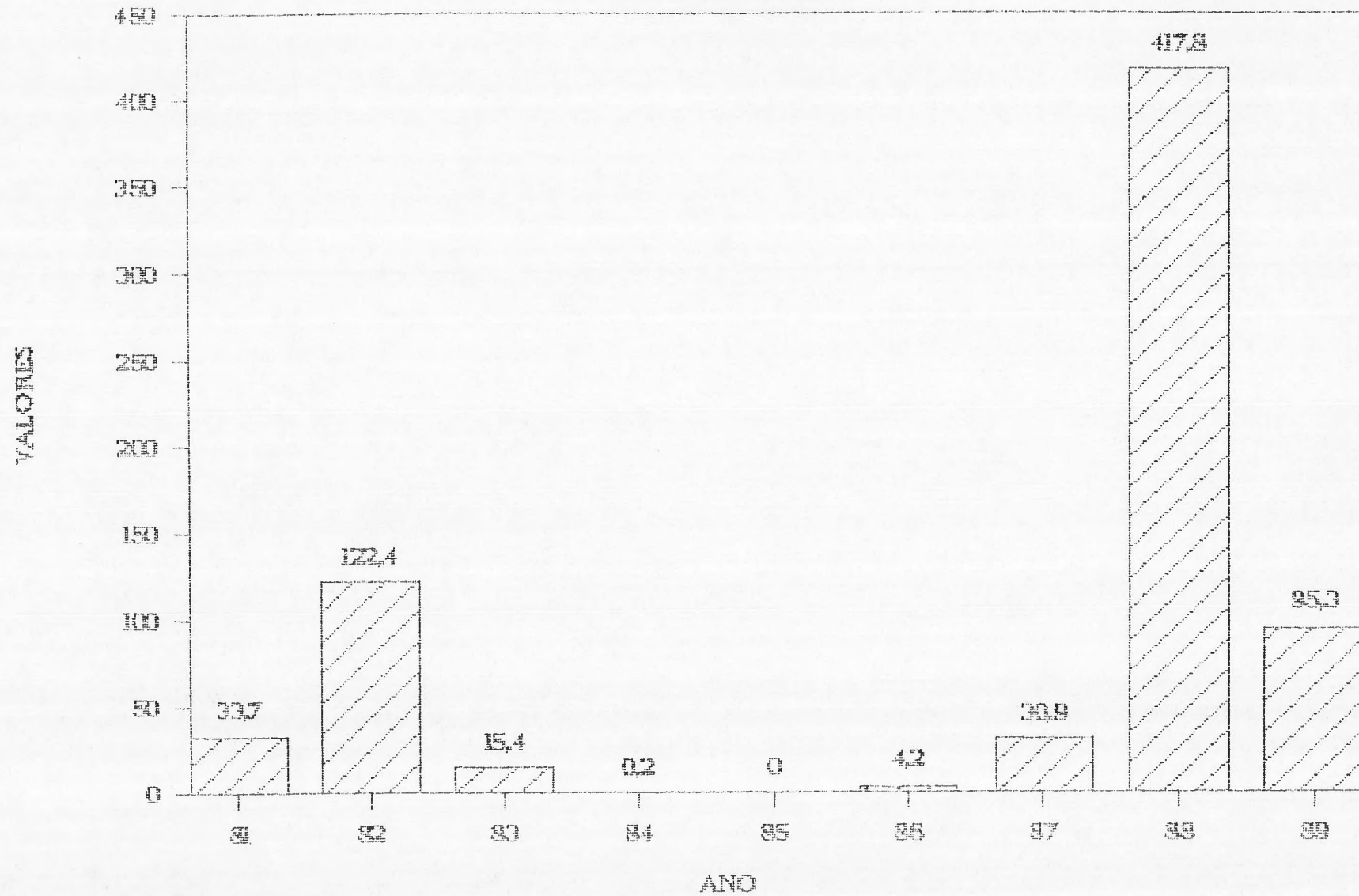
PAPEL/CELULOSE	SIDERURGIA	METALURGIA	TÊXTIL	PETROQUÍMICO	OUTROS
45%	19%	17%	9%	5%	5%

FONTE: Relatório Trevisan/Privatização

Figura 3

Valor de Venda por Ano

EM US\$ MILHOES



Podemos observar que o órgão responsável pela privatização, até o momento, foi o BNDES. Ao analisarmos o número de processos efetuados ao longo desse período, 47% foram relativos a estatais, cujo órgão controlador era o BNDES.

Tabela 3
BRASIL
Nº DE PROCESSOS
POR ÓRGÃO CONTROLADOR
1981-89

BNDES	SIDERBRÁS	PETROQUISA	UNIÃO	BACEN	OUTROS
47%	10%	10%	10%	7%	16%

FONTE: Relatório Trevisan/Privatização

O debate sobre a privatização no Brasil tem sido influenciado pela experiência internacional e pela necessidade premente de resolver o desajuste fiscal do Estado. Nesse contexto nebuloso e polêmico, surgem diversos argumentos que procuram apontar as razões para ampliar e intensificar o processo de privatização. Um dos argumentos que tem ocupado relativo destaque diz respeito à solução financeira que a venda dos ativos das empresas estatais produzirá à economia brasileira. É verdade que a venda de ativos reduz a necessidade de financiamento do setor público, mas nada garante que poderá contribuir para aumentar a poupança global através de maior

Figura 4
PROCESSOS
ORGAO/CONTROLE

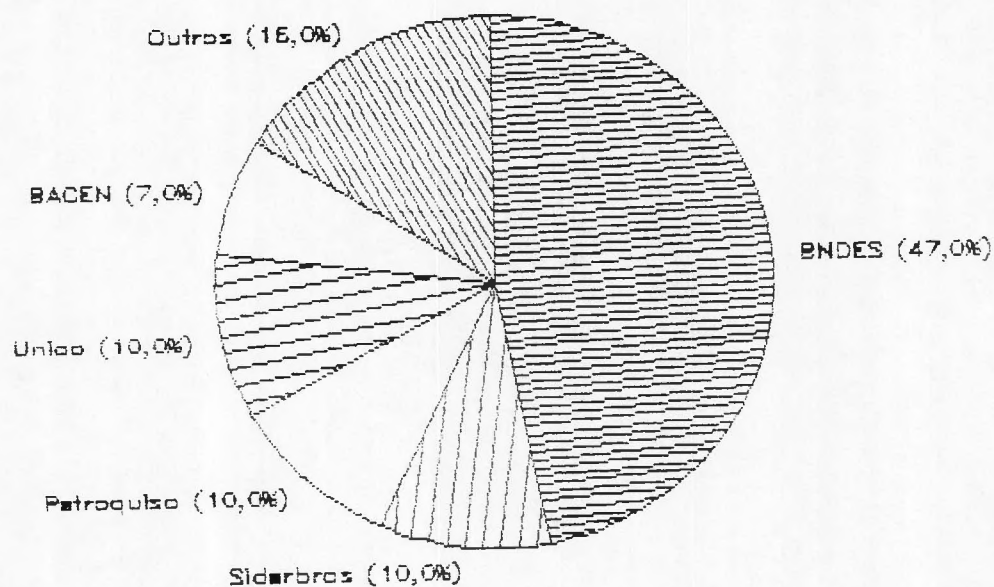
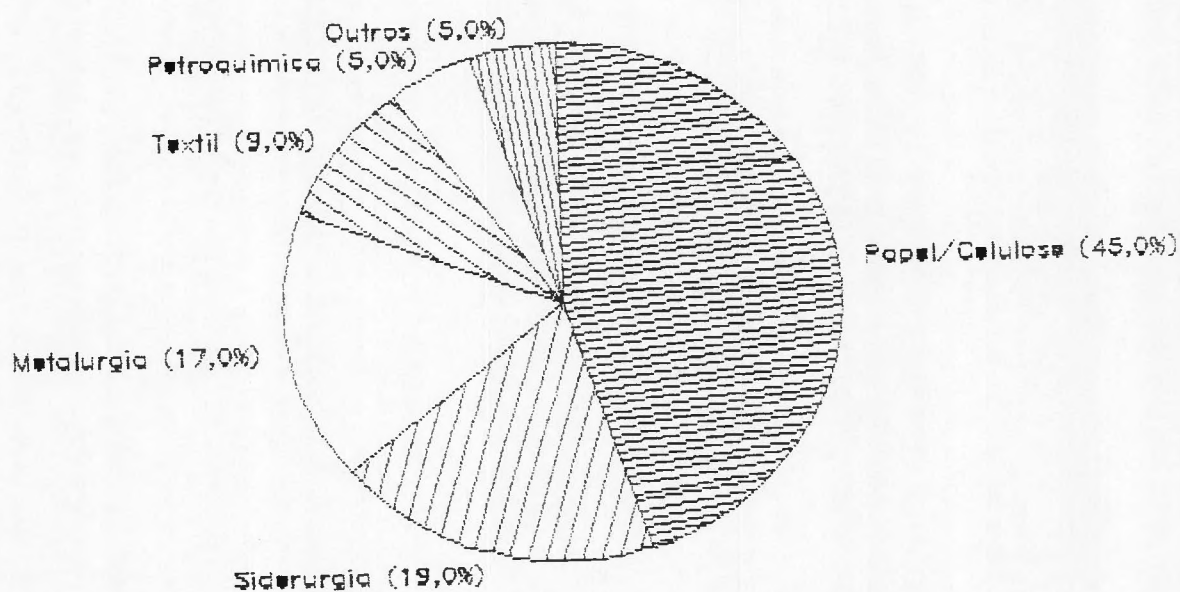


Figura 5
VALOR DE VENDA
POR SETOR (%)



geração de poupança do setor público. A capacidade de aumentar a poupança do setor público estaria atrelada à solução do ajuste fiscal, envolvendo uma avaliação mais criteriosa nas despesas e receitas das empresas envolvidas.

Para Werneck (1989b), é enganosa essa perspectiva de enxergar a necessidade de financiamento do setor público (NFSP) através de um sistema contábil. "Como a necessidade de financiamento do setor público (NFSP) tem sido usada como um indicador da postura fiscal do governo, e como as vendas de ativos reduzem esta necessidade, existe a tentação natural de se perceber uma venda de ativos como uma mudança restritiva na postura fiscal. O problema é que, no caso das vendas de ativos - e em vários outros -, a NFSP constitui uma medida enganosa de postura fiscal. Se, por exemplo, o resultado das vendas de ativos fosse integralmente usado para financiar um aumento correspondente no consumo do governo no mesmo ano, não haveria mudança na NFSP. Assim, isto poderia induzir à crença de que uma elevação no consumo do governo financiada por vendas de ativos não altera a postura fiscal, o que é obviamente um absurdo. A dificuldade advém do fato de que o conceito de NFSP é obtido a partir de um sistema contábil que não discrimina as contas correntes e de capital" (Werneck, 1989b, p. 288).

Outra questão importante a ser analisada no processo de privatização seria a obtenção de um resgate líquido da dívida pública através de recursos obtidos pela venda das empresas

estatais. A experiência recente tem demonstrado que os recursos obtidos com o processo de privatização permitiram apenas abrandar o endividamento do setor público. Segundo a previsão de Werneck (1989b), "após um significativo esforço no sentido de se restabelecer o controle sobre as contas públicas, o governo conseguiu limitar a necessidade de financiamento do setor público (NFSP) em aproximadamente de 4% do PIB em 1988. Dificilmente a NFSP poderá cair em 1989, mas, supondo-se, com grande otimismo, que a percentagem de 1988 possa ser mantida em 1989, e que 4% possa ser considerado (s/c) uma boa aproximação do crescimento real esperado da dívida do setor público em 1989, isto significa que, a não ser que a privatização consiga gerar pelo menos um montante de importância similar, não haverá resgate da dívida pública. Seria necessário um montante superior a US\$ 14 bilhões em um único ano, algo acima das previsões mais otimistas sobre o possível avanço do programa de privatizações" (Werneck, 1989b, p. 293).

Werneck (1989b) assinala nesse artigo a importância de avaliar o processo de privatização no contexto mais global da economia, ou seja, na perspectiva da retomada do crescimento da poupança interna agregada. Portanto, a simples transferência de ativos públicos a investidores privados brasileiros dificilmente promoverá uma elevação significativa na poupança agregada. "A contribuição financeira potencial do programa de privatização é muito mais limitada do que em geral se pensa (...). É importante que não se perceba a venda de ativos do setor público como um simples artifício para se evitar enfrentar o equacionamento do penoso

ajuste fiscal que se interpõe entre a atual crise brasileira e a volta à estabilidade e ao crescimento" (Werneck, 1989b, pp. 303-304).

A exemplo de vários países da América Latina e do resto do mundo, o Brasil enfrenta o problema de ajustar a sua economia às novas condições sociais e políticas delineadas ao longo da década de 80. É verdade que esse processo de reajuste caminha, através da introdução de regras liberalizantes de mercado, para uma relativa redução da participação do Estado. O novo crescimento econômico deve encontrar alternativas para a crise fiscal, para o estoque da dívida externa, para distribuição dos níveis de renda e para novos investimentos em tecnologias. É necessário, portanto, que haja um aumento de eficiência econômica e que o processo de privatização faça parte desse esforço. Para tanto, o governo deve agir com cautela e controle para obter uma avaliação real dessas empresas.

CAPÍTULO III

EMPRESAS ESTATAIS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA ECONÔMICA

3.1 - EXPERIÊNCIA RECENTE

3.1.1 - Introdução

Tendo em vista a expansão e a capacidade de mobilização de recursos do setor público para financiar o crescimento da produção, é fundamental uma análise que percorra as distintas formas de transferências, subsídios e política de preços e outras formas de financiamentos.

Um aspecto importante nesta análise está ligado à questão da política de preços adotada em cada um dos setores produtores de insumos básicos, que, embora seja de importância vital para as empresas governamentais, ainda permanece sendo um assunto pouco estudado e desconhecido pela maioria dos analistas. A falta de critérios mais objetivos, ao lado de considerações bastante gerais a respeito da fixação de preços e tarifas reais, representa algumas das dificuldades.

Os preços e tarifas do setor produtivo estatal (SPE) sofreram deterioração a partir de meados dos anos 70, provocando significativa perda da capacidade de geração de recursos próprios para financiamento dos investimentos.

Na primeira metade da década de 80, houve uma tentativa de recuperação de preços e tarifas através da concessão de reajustes

mais significativos e com maior frequência, mas foi sistematicamente anulada pela intensidade da aceleração inflacionária do período.

Outro elemento que contribuiu de forma relevante para a ineficácia da política de recomposição tarifária foi o "ajuste externo", isto é, a necessidade permanente de aumentar as exportações e manter os custos dos produtos.

Verifica-se, por exemplo, a adoção sistemática de uma política de combate à inflação, que vem sendo a grande justificativa para a utilização inadequada de uma política de preços reais. Consequentemente, têm ocorrido distorções consideráveis no ritmo de crescimento setorial, principalmente no que se refere à incapacidade de as empresas obterem resultados financeiros mais satisfatórios.

Da mesma forma, como vimos anteriormente, a intervenção governamental na produção pode ser justificada pelo estímulo à produção privada, onde os insumos industriais são processados através de preços subsidiados, provocando sérias dificuldades para o crescimento desses setores.

A justificativa do controle de preços está relacionada com a questão da composição dos insumos básicos nos custos diretos da produção. Na ausência desse controle e dada a condição de oligopolista, ou seja, possuir capacidade de impor e manter

determinada margem (utilizando-se de sua capacidade de garantir o "mark-up"), haveria um impacto dentro do processo inflacionário. Dessa maneira, o governo procura utilizar-se desse mecanismo para não propagar, junto aos setores que se utilizam desses insumos básicos na composição de seus respectivos custos, os efeitos dos aumentos de preços. Consequentemente, os efeitos dessa política expressam-se através da manutenção do "mark-up" das empresas em geral, mas em detrimento da autonomia financeira da produção estatal.

Nesse sentido, segundo a avaliação de Dain (1987), na adoção de uma política de controle de preços, os insumos estatais são considerados componentes de custos diretos e diagnosticados como sendo elementos inflacionários e, assim, alvos imediatos de políticas antiinflacionárias. Portanto, os preços administrados e de produção das empresas estatais representam como objetivo básico a desvalorização do capital. Esse movimento resulta em expansão da taxa de lucro do sistema em geral.

3.1.2 - Retrospectiva (1980/84)

O período 1980/84 foi marcado pelo aprofundamento da crise econômica e caracterizado pelo declínio do nível de atividades e estrangulamentos de vários setores produtivos, assim como pelo agravamento do setor externo. A dívida externa desempenhou um papel significativo em face da incapacidade de o país cumprir com os compromissos assumidos no tocante ao pagamento de juros e

amortizações. Em 1982, o governo brasileiro recorreu ao FMI e a outros organismos internacionais a fim de encontrar uma solução para o seu problema de liquidez financeira. Foram elaboradas oito cartas de intenção, que resumiam as principais linhas de política econômica a serem adotadas pelo governo nesse período, cuja característica básica era o seu caráter eminentemente recessivo.

Portanto, o objetivo principal da política econômica adotada no período foi reordenar a economia através do controle das finanças públicas e combater a inflação, ambos subordinados à meta de produzir elevados saldos na balança comercial para transferir recursos aos credores externos, com a finalidade de diminuir o saldo devedor. A aplicação dessa política resultou, em termos gerais, no seguinte quadro: a) elevação dos preços relativos dos bens destinados ao comércio internacional; b) reajuste dos preços públicos acima da inflação com o objetivo de reduzir o déficit público; c) aumento das taxas de juros para ampliar a captação de poupança e retrain o consumo.

Como resultados imediatos dessas medidas, temos o aprofundamento do processo recessivo e o salto do patamar inflacionário de 100% em 1982 para 230% em 1984. A recessão interna serviu para transferir recursos reais ao exterior, além de não conseguir debelar o nível inflacionário da economia.

Em consequência, durante a primeira metade da década de 80, as linhas gerais de política econômica estavam restringidas à

capacidade de obtenção de novos financiamentos externos. O final da década de 70 foi marcado pelo fracasso da política de controle inflacionário e contenção do déficit em conta corrente do Balanço de Pagamentos. Levando em consideração esse quadro de descontrole e perda de confiança dos credores externos, o início da década - 1980/81 - foi marcado pela adoção de uma política macroeconômica voltada para a redução das necessidades de divisas estrangeiras via controle interno. Em outras palavras, incentivaram as exportações e contiveram as importações. Na sequência do programa, houve contenção na política salarial, controle nos gastos governamentais, elevação nas taxas de juros internas e contração na liquidez da economia. Na questão referente ao controle das despesas públicas, foram tomadas as seguintes medidas: a) limitação do crescimento nominal dos investimentos das empresas estatais em 66%; b) centralização pelo Tesouro da administração dos recursos orçamentários dos órgãos da administração direta; c) controle semanal do saldo das contas dos diferentes órgãos governamentais pela Comissão de Programação Financeira do Ministério da Fazenda.

O efeito da política restritiva de demanda sobre a taxa de inflação foi praticamente nula. Em fins de 1981, houve uma aceleração, atingindo o patamar de 100%. De forma similar, o fracasso encontrava seus reflexos no produto industrial, com uma queda de 10% no mesmo ano. O único dado positivo foi registrado pela reversão na balança comercial, que registrou em 1980 um déficit de 2,8 bilhões de dólares, passando para um superávit, em 1981, de 1,2 bilhões de dólares. O ano de 1982, entretanto, é

marcado pelo recrudescimento do nível de atividade, com a pressão externa da dívida e, conseqüentemente, com a necessidade de se chegar a um acordo com o FMI. Entre janeiro de 1983 e dezembro de 1984, o governo brasileiro submeteu oito cartas de intenções, mostrando claramente as dificuldades existentes para se obter melhor conciliação entre a necessidade de desenvolvimento do país com o receituário do FMI. Os critérios acordados incorporavam metas externas e internas para o desempenho da economia brasileira em 1983. Os resultados gerais obtidos foram combinados através de fatores como queda do salário real, maior recessão, desvalorização cambial, queda do preço internacional do petróleo e da taxa de juros, que diretamente auxiliaram no relativo sucesso das metas externas programadas. No final do ano, foi anunciado um superávit comercial de 6,5 bilhões de dólares, o que representou um controle da escalada da dívida. Houve, na realidade, uma queda sensível nas importações, alcançada graças à queda no preço internacional do petróleo, aos controles diretos e à contração da demanda induzida pela recessão. Diversos setores dinâmicos da indústria foram afetados durante o ano de 1983, desde a produção de material elétrico, metalurgia e química, até produtos alimentares, vestuário e bebidas.

O ano de 1984 representou uma certa alteração no quadro da restrição interna, devido à recuperação norte-americana, estimulando as exportações brasileiras e, conseqüentemente, o setor industrial, que apresentava os piores sintomas da crise do período. O ajuste externo da economia brasileira, durante o período 1980/84,

foi razoavelmente alcançado, tendo em vista a obtenção de superávits comerciais e do equilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos. O plano trienal, implementado pelo FMI, promoveu um ajuste recessivo, baseado na redução do investimento público, na aceleração das desvalorizações cambiais e em taxas de juros elevadas. Dadas as condições adversas encontradas externamente, o ajuste estrutural promovido nesse período intensificou os conflitos internos, além de recrudescer as taxas inflacionárias.

Outro elemento importante, para melhor entendimento da crise dos anos 80, já analisado no Capítulo II, foi a mudança no padrão de financiamento do investimento no Brasil, baseado em empréstimos externos através de investimento direto do Estado ou do setor privado subsidiado, que caracterizou a década de 70. Entretanto, no início dos anos 80, ocorre a suspensão desse fluxo de financiamento externo e o Estado perde a sua capacidade de obter recursos via poupança compulsória. Os novos empréstimos efetuados a partir de 1979 junto aos credores externos não representavam mais novos investimentos, mas recursos para pagamento da própria dívida. Da mesma forma, a deterioração das finanças do Estado, ocorrida no período, pode ser explicada pela queda da arrecadação (a carga tributária caiu de 17,4% do PIB em 1970 para 8,9% em 1985), e pelo controle do déficit público, que fazia parte da política de ajuste. Outro aspecto que deve ser analisado no contexto de investimentos setoriais foi a diminuição da capacidade do Estado em subsidiar e transferir recursos para o setor privado.

As empresas estatais desempenharam função determinante para a caracterização do padrão de financiamento do setor público. Os reflexos da política macroeconômica adotada no período registram as determinações de restrições de gastos às empresas produtivas.

Os setores siderúrgico e elétrico, por exemplo, sofreram descontinuidades em seus projetos de investimentos e expansão. Os cortes sofridos pelo setor siderúrgico foram progressivos a partir de 1980, atingindo em 1984 um valor equivalente a apenas 15% do verificado naquele ano. O setor elétrico, por sua vez, sofreu queda acentuada nos investimentos do segmento federal - ELETROBRÁS -, atingindo, em 1984, um nível de 30% abaixo do verificado em 1980.

Entretanto, à medida que ocorriam cortes nos investimentos desses segmentos do setor produtivo estatal, verificou-se um incremento acentuado no volume de encargos financeiros no início dos anos 80.

A política econômica posta em prática a partir de 1982, que se caracterizou pelo esgotamento do padrão de financiamento adotado pelo Brasil na década de 70, trouxe implicações diretas para as empresas estatais. Os segmentos siderúrgico e elétrico foram os mais afetados por essa ruptura, tendo em vista o montante de endividamento contraído durante a década de 70. Delineava-se cada vez mais a incapacidade do Estado em obter novos recursos para o financiamento de investimentos para diversos setores produtivos estatais.

Outro importante aspecto a ser analisado nesse período de avaliação do comportamento das empresas estatais diz respeito ao desempenho de suas receitas operacionais. É importante observar, também, o papel desempenhado pela política de preços e tarifas públicas dos principais produtos e serviços, que foram sistematicamente reajustados abaixo das taxas de inflação registradas na primeira metade da década de 80. Cabe ressaltar ainda que essa política de arrocho tarifário imposto às empresas repercutiu negativamente no período seguinte - 1985/86 -, onde se centou a retomada do crescimento.

Para Bresser Pereira (1987, pp. 14-15), "a diminuição da lucratividade das empresas estatais a partir de 1978 é tanto uma causa quanto uma consequência da deterioração de poupança e investimento do Estado. Na realidade, a taxa de lucro de todas as empresas diminuiu agudamente durante este período".

Finalmente, outra questão fundamental para o equacionamento da crise enfrentada pelo conjunto das empresas estatais estava relacionada com o montante da dívida. Em dezembro de 1980, a dívida total encontrava-se em torno de 47 bilhões de dólares. Em 1985, esse montante elevou-se a 75 bilhões de dólares. Os segmentos SIDERBRÁS e ELETROBRÁS eram responsáveis por cerca de 50% do estoque da dívida em 1980 e 58% em 1985. Evidente que o elevado montante da dívida e a política monetária aplicada no período

resultaram em restrições às políticas de financiamento das empresas.

3.1.3 - Instrumentos de Aplicação e Análise Setorial

No Brasil, as empresas estatais têm sido utilizadas, nos últimos anos, como instrumento de política econômica de curto prazo. Frequentemente, analisa-se apenas o aspecto do controle dos dispêndios das empresas, cujo objetivo principal seria obter a redução da demanda agregada e da necessidade de financiamento do setor público. A queda do nível da demanda agregada poderia levar à redução da taxa de inflação, além de contribuir para a diminuição do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, através da redução das importações. O conjunto das empresas estatais, dada a sua inserção no setor produtivo estatal e seus desdobramentos na própria dinâmica da economia do país, revelou-se um agente fundamental desse processo de estabilização. Dessa forma, exigiu-se delas uma participação mais direta, destacando-se principalmente: a) política de preços e tarifas dos bens e serviços produzidos; b) política de controle das importações.

Utilizando-se da análise e informações de Werneck (1986a, pp. 37-62), o controle de preços será avaliado como um instrumento de política macroeconômica de curto prazo, através do impacto nos setores siderúrgico, de energia elétrica e de comunicações.

Os critérios que envolveram a escolha desses setores estiveram relacionados com as questões da dimensão e importância no conjunto das empresas estatais, além da similaridade de comportamento dos preços relativos de seus respectivos bens e serviços.

A primeira avaliação ocorreu sobre o setor siderúrgico, comparando a evolução de preços do ferro, aço e derivados e o índice de preços da indústria de transformação, no período compreendido entre janeiro de 1979 e dezembro de 1984 (Werneck, 1986a, pp. 45-46).

Observou-se uma permanente queda do preço relativo dos produtos siderúrgicos, com pontos de inflexão em períodos curtos. Durante esse período de análise (seis anos), o preço relativo dos produtos siderúrgicos apresentou uma queda substancial de 50%. Em contrapartida, o índice real de preços da indústria de transformação permaneceu praticamente estável. Analisando as fases de quedas mais acentuadas, verificou-se uma correlação entre a deterioração do preço relativo dos produtos siderúrgicos e a aceleração do processo inflacionário. Concluiu-se, portanto, a utilização por parte do governo de uma política de controle de preços tendo em vista o combate à inflação.

De forma análoga, foi elaborada uma avaliação do preço relativo da energia elétrica, durante o mesmo período. Entre janeiro de 1979 e dezembro de 1984, a tarifa real de energia

létrica sofreu uma redução de aproximadamente 40% (Werneck, 1986a, p. 46).

Os serviços telefônicos mostraram uma redução no valor real da conta média em torno de 60%, no período de janeiro de 1979 e dezembro de 1984 (Werneck, 1986a, p. 47).

Através do comportamento nos preços relativos dos três setores analisados, verificou-se a política de preços e tarifas utilizada pelo governo no combate ao processo inflacionário. É importante assinalar que o manejo sistemático dessa política acarretou um sério comprometimento para a capacidade de financiamento das empresas envolvidas.

Outro aspecto importante dessa política é a questão do subsídio indireto fornecido ao setor privado através da redução de custos reais dos insumos que compõem a sua cadeia produtiva.

3.2 - POLÍTICA DE PREÇOS E ESTABILIZAÇÃO

3.2.1 - Plano Cruzado

O programa de estabilização denominado Plano Cruzado, formalizado pelo Decreto-lei nº 2.283, em 28/02/1986, no governo Sarney, promoveu uma reforma monetária e estabeleceu o cruzado (Cz\$) como padrão monetário. As condições da economia brasileira no período eram consideradas satisfatórias para a absorção desse tipo

de plano, já que o setor externo apresentava-se de forma equilibrada no ano anterior e as contas públicas estavam até certo ponto saneadas em função do pacote fiscal de novembro de 1985, além do crescimento da produção industrial e do relativo equilíbrio dos agregados monetários. A taxa de conversão na época foi fixada em mil cruzeiros por cruzado. Os salários foram convertidos em cruzados, tomando como base o poder de compra médio dos últimos seis meses. A fórmula de conversão dos salários procurava registrar o poder de compra médio entre setembro de 1985 e fevereiro de 1986 a preços de fevereiro. Os salários não sofreram congelamento, restauraram-se as datas anuais de dissídios coletivos e eram corrigidos automaticamente através do chamado "gatilho", quando era atingida a taxa de inflação de 20%, obedecendo a uma determinada escala móvel. Os preços foram congelados por tempo indeterminado, com o patamar de 27 de fevereiro de 1986. Os preços públicos e administrados, congelados, encontravam-se defasados em relação aos custos de produção, em função da frequente utilização como instrumento de política econômica para conter o processo inflacionário.

A taxa de câmbio também foi fixada em cruzados no nível vigente, ou seja, em 27 de fevereiro de 1986. A Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), que era corrigida mensalmente com base na variação do índice oficial de inflação, foi substituída pela Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), cujo valor nominal ficaria congelado por doze meses. Para os contratos com

taxas de juros prefixadas, foi adotada uma tabela de conversão monetária de cruzeiros para cruzados, a chamada "tablita".

Em abril a inflação cai substancialmente, em decorrência do próprio controle de preços, que permaneceu durante os dois meses subsequentes. Entretanto, o cálculo das correções monetária e cambial, embora pudessem auxiliar na contenção do processo inflacionário, promovia uma pressão nos custos financeiros das empresas, os quais cresciam acima das taxas de inflação. Portanto, a partir de junho, tem início uma recomposição de preços, autorizada pelo governo. Segundo Marques (1988, p. 10) "a preocupação com a saúde financeira das empresas estatais foi prejudicada pelo congelamento de preços e tarifas públicas e pelo anúncio de um conjunto de medidas fiscais destinado a reduzir o déficit público. As providências foram no sentido de antecipar o recolhimento de impostos e contribuições previdenciárias, elevar alíquotas de impostos sobre operações financeiras, cortar gastos das empresas estatais e reduzir os subsídios ao açúcar e ao álcool".

Em julho, o presidente Sarney anunciou um conjunto de metas, com o objetivo de reordenar o plano de estabilização e financiar um programa de investimentos públicos. O governo implementou uma política de empréstimo compulsório sobre a compra de automóveis e de combustíveis, criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, que faria o financiamento das empresas privadas e estatais. Tendo como argumento principal a devolução do empréstimo compulsório num

prazo de três anos, o aumento de preços não deveria ser computado no índice de preço ao consumidor.

O quadro geral da economia, entretanto, permanecia com um conjunto de desequilíbrios, principalmente do lado da oferta. Tanto o setor agropecuário como o industrial apresentavam dificuldades para atender às respectivas demandas. A quebra da safra em 1986 e a crescente utilização da capacidade produtiva da indústria de transformação, aliada à escassez de insumos industriais, promoviam a instabilidade interna.

O segundo semestre de 1986 foi marcado pela questão político-eleitoral, tendo em vista as eleições para governadores. Terminada essa fase (21/11/86), o governo lança mão de um novo programa para redirecionar o Plano Cruzado, conhecido como Cruzado II. A primeira reação do novo programa era avaliar o índice inflacionário do período. Embora relativamente baixo para o ano - a taxa de inflação acumulada nos últimos 12 meses foi medida pelo IPCA (76,8%) e IGP-DI (65%) -, o índice refletia a redução da própria liquidez e maior demanda por ativos não-monetários e elevação das taxas de juros.

Portanto, só a partir da implantação do Cruzado II é que teve início o chamado processo de "flexibilização do congelamento". Foi o momento em que se efetivou a elevação da carga tributária de impostos (IPI, IOF) sobre alguns produtos selecionados (automóveis, bebidas, cigarros e combustíveis), além da correção de alguns

preços e tarifas públicas (energia elétrica, telecomunicações, correios e telégrafos etc.).

Entretanto, determinados setores (aço e transporte ferroviário, por exemplo) permaneciam com seus preços defasados, isto é, sem sofrer correções. O governo argumentava que era necessário condicionar os reajustes à política de combate à inflação, já que esses setores incidiam direta e significativamente na estrutura de custos de várias indústrias (ver Tabela 6).

A política fiscal permanecia voltada à viabilização da política de congelamento de preços, através de subsídios a diversos produtos (trigo, açúcar, álcool e outros). Para agravar a situação financeira do governo, as empresas estatais continuavam a apresentar déficits financeiros, tendo em vista a política de defasagem das tarifas públicas.

Portanto, o governo tentava garantir o processo de aquecimento da economia com o crescimento do produto real em 8,2%, queda na taxa de desemprego e aumento nos salários reais. Da mesma forma, procurava elevar a demanda interna através de bens de consumo semiduráveis. Consequentemente, como já era previsto, ficou agravada a capacidade de abastecimento, não obstante o crescimento industrial e sua utilização crescente, ocasionando a saturação em alguns setores, que necessitavam de novos investimentos. Ao lado dessa deterioração interna, os problemas das contas externas começaram a apresentar sinais de desaceleração das exportações e

queda no preço internacional de alguns produtos primários, além das expectativas de desvalorização cambial, que refletia no ágio do mercado paralelo de divisas.

Não obstante as precauções com o programa de "descongelamento" na fase imediatamente posterior à aplicação do "Cruzado II", o governo optou por reajustar os preços de um conjunto de produtos e tarifas públicas, cujo objetivo era aumentar a arrecadação tributária. Entretanto, permaneciam os desalinhamentos setoriais de preços.

No período compreendido entre dezembro de 1986 e março de 1987, ocorreram remarcações de preços e a inflação retomou o patamar de aproximadamente 15%.

Dentro desse quadro de descontrole por parte do governo, o mercado atua paralelamente através da cobrança de ágios e imposição do próprio processo de descongelamento.

Dessa forma, o ano de 1987 teve seu início marcado por expectativas inflacionárias e temor em relação a novos congelamentos de preços. A partir de então, intensifica-se o processo de remarcações de preços, reposições defasadas de salários, provocando a queda de seu valor real em função da política adotada, além do próprio desaquecimento da economia. As dificuldades externas crescem ao longo do primeiro semestre de 1987, obrigando o governo Sarney a suspender o pagamento dos juros

a dívida por tempo indeterminado. O Plano Cruzado promoveu no âmbito interno a retomada do processo inflacionário, os desequilíbrios setoriais e relativos de preços, além da crise financeira do Estado; no âmbito externo, a deterioração das contas externas e a negociação da dívida externa. Em abril de 1987, com a taxa de inflação ultrapassando o patamar de 20%, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, deixava o cargo.

Em suma, apesar da crise aberta a partir do "Cruzado II", em fins de 1986 foi adotada uma política de reajuste visando recuperar os preços e tarifas do setor produtivo estatal (ver Tabelas 4, 5 e 6).

3.2.2 - Plano Bresser

O novo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, inicia o seu mandato disposto a reduzir o patamar inflacionário, a reduzir o déficit público e a renegociar a dívida externa, através de maior diálogo com o FMI. O Plano Bresser era caracterizado como sendo um conjunto de medidas consideradas ortodoxas e heterodoxas. Os principais objetivos estavam relacionados com as questões do déficit público e com a promoção de um choque deflacionário. Para tanto, um conjunto de medidas foi tomado para alcançar o que na época denominou-se Plano de Consistência Macroeconômica.

Os salários foram congelados por um prazo de três meses, tendo 12 de junho de 1987 como data de referência, incorporando um reajuste de apenas 20% e não promovendo nenhuma compensação dos aumentos de preços registrados em junho, principalmente aqueles referentes aos bens públicos. Embora tenha ocorrido um novo congelamento na economia, antes do anúncio oficial foram feitos diversos aumentos para preços públicos e administrados (45% - eletricidade; 32% - aço; 13% - combustível etc.). O aumento desses preços representou uma nova reação de recomposição de perdas passadas e, conseqüentemente, uma tentativa de realinhamento de preços (ver Tabelas 5 e 6).

Foi criada como nova base de indexação salarial a chamada Unidade de Referência de Preços - URP. De acordo com essa nova forma de estabelecer os parâmetros de reajustes salariais, a URP seria medida através de uma taxa média de inflação prefixada e projetada para três meses subsequentes. Mantinha-se o "gatilho" de 20%, mas ampliava-se a defasagem entre a observação da taxa de inflação e o seu repasse aos salários.

Houve desvalorização do Cruzado (9,5%) e ficaram mantidas suas minidesvalorizações diárias. De forma similar ao Cruzado, para os contratos com taxas de juros prefixadas, foi utilizada a chamada "tablita" para deflacionar diariamente os pagamentos futuros.

A política fiscal tinha como objetivo principal a redução do déficit para 3,5% do PIB.

Em julho de 1987 foi anunciado o Plano de Controle Macroeconômico, que buscava uma identidade no programa de ajuste fiscal. Para tanto, era necessário conter os gastos, elevar as tarifas públicas, reduzir subsídios e incentivos e realizar uma reforma tributária progressiva.

A partir de agosto, entretanto, o descongelamento começa a ocorrer de fato, apesar da permanência oficial do congelamento, desgastando a credibilidade da taxa prevista para o indexador, abaixo da correção permitida.

Essa política de recuperação seria seguida ao longo de 1987, concedendo reajustes mensais a partir de setembro, o que provocou um impacto direto na elevação das taxas de inflação, muito embora tenha promovido certa recuperação dos preços e tarifas públicas.

Em outubro, através dos reajustes de preços autorizados o índice de inflação alcançava o patamar de 15%; os preços administrados e as tarifas públicas foram realinhados durante o período de flexibilização, contribuindo para a aceleração da taxa mensal de inflação, que chegou em dezembro à marca de 14,1% (ver Tabelas 4, 5 e 6).

Levando em consideração o desgaste da política fiscal proposta pelo Plano Bresser, que, de um lado não conseguia reduzir o déficit público e, de outro lado, nem a resistência a uma reforma

tributária progressista, a derrocada do programa encontrou ainda a proliferação de acordos salariais e o crescimento da inflação para o patamar de 15%. Era difícil qualquer acordo com os segmentos envolvidos, e o governo ficou incapacitado para enfrentar a oposição política ao plano. Consequentemente, espera-se nova equipe, bem como um "novo" programa econômico.

3.2.3 - "Feijão-com-Arroz" e o Plano Verão

O novo ministro, Mailson da Nóbrega, que esteve à frente do Ministério da Fazenda até o fim do mandato do governo Sarney, foi responsável, na verdade, por dois períodos em que foram desenvolvidos programas de "estabilização": de janeiro a dezembro de 1988, a aplicação da chamada política do "feijão-com-arroz"; a partir de janeiro de 1989, o Plano Verão.

O programa econômico adotado durante a política "feijão-com-arroz" estendeu-se pelo ano de 1988 e tentou alcançar as seguintes metas: estabilização do patamar inflacionário em torno de 15% a.m. e redução do déficit público em aproximadamente 4% do PIB.

Para tanto, inicialmente, foram congelados em termos reais, nos níveis estabelecidos em dezembro de 1987, os saldos dos empréstimos ao setor público, o que incluía as empresas estatais, os governos estaduais e municipais. A meta principal era cumprir o

acordo com o FMI, ou seja, reduzir o déficit para 4% do PIB no ano de 1988.

Entretanto, o elemento desestabilizador permanecia sendo a explosão inflacionária, que, a partir do segundo semestre sinalizava para um processo hiperinflacionário. Em julho, a taxa de inflação chegou a 24%, provocando imediata reação do governo, que procurou retardar os reajustes dos preços administrados. Como efeito imediato dessa medida, ocorre queda da inflação em agosto. Entretanto, ao longo desse mês, foram concedidos reajustes das tarifas públicas, provocando aumentos generalizados nos preços. Novamente, assistiu-se ao recrudesimento da taxa inflacionária no mês de setembro, chegando a 24%.

O segundo semestre de 1988 foi marcado por algumas mudanças relevantes não apenas no percurso da crise econômica, mas também no quadro político-institucional do país. Em outubro, foi promulgada a nova Constituição do Brasil, que introduziu novos procedimentos, dentre os quais se destacavam as questões relacionadas aos gastos do governo, uma vez que determinava a redistribuição de 25% da receita da União em favor dos Estados e Municípios, ampliando as necessidades de financiamento global do setor público.

Paralelamente, com o latente processo inflacionário ascendente e com a expectativa de uma eventual hiperinflação, a discussão começava a girar em torno da adoção de um novo redutor para preços

e salários, de uma reforma monetária que instituísse a OTN como moeda legal e da desindexação da economia.

No início de novembro, foi assinado um acordo entre governo, empresários e trabalhadores com o objetivo de estabelecer um redutor, através da prefixação dos reajustes de preços para os dois últimos meses do ano. Era mais uma tentativa de conter a ameaça da hiperinflação. Entretanto, mais uma vez, devido a pressões existentes dos setores envolvidos no acordo, não houve sustentação da proposta. Cada setor, isoladamente, procurou se defender das perdas impostas pela conjuntura econômica existente no período. Ao final de dezembro de 1988, a taxa de inflação caminhava para 30%.

O Plano Verão, decretado em 15 de janeiro de 1989, através da Medida Provisória nº 32, estabelecia, pela terceira vez, o congelamento de preços. Ocorre uma nova reforma monetária, e é instituído o cruzado novo - NCz\$ -, que equivalia a mil cruzados. Tratava-se de um novo choque heterodoxo, semelhante ao Plano Cruzado, mas que deveria ser acompanhado por uma série de medidas nas áreas fiscais e monetárias.

O Plano, inicialmente, pretendia promover brusca retração na demanda, através da utilização de taxas de juros reais e cortes nas despesas públicas, objetivando conter o processo inflacionário. Ao mesmo tempo, procurou desindexar a economia, retirando a URP salarial.

Os preços foram congelados por tempo indeterminado nos níveis vigentes em 15 de janeiro de 1989. Antes da aplicação do congelamento, com a perspectiva de recompor as defasagens existentes (de forma similar ao Plano Bresser), foram reajustados os preços públicos e administrados (tarifas postais - 63,5%; tarifas telefônicas - 35%; energia elétrica - 14,8%; gasolina - 19,9%; álcool - 30,5%; etc.) (ver Tabelas 4 e 5).

O governo recorreu à prática, mais uma vez, de criar um novo vetor de preços, para servir de base para medir a inflação do período. A OTN, que até então servia de indexador para os contratos, foi extinta. Foram proibidas cláusulas contratuais de indexação nos contratos novos com prazo inferior a 91 dias; contratos acima desse prazo teriam liberdade para as partes escolherem um mecanismo de indexação. Novamente, foi criada uma "tablita", convertendo cruzados em cruzados novos.

Na política de câmbio, a cotação do dólar americano foi fixada em um cruzado novo, representando uma desvalorização de aproximadamente 18%. Diferentemente do Plano Bresser, foram suspensas as minidesvalorizações diárias e a taxa de câmbio permanecia fixa por tempo indeterminado.

A política monetária adotada procurava controlar o crédito, reduzir prazos de financiamentos e aumentar os recolhimentos compulsórios. Ao mesmo tempo, a fim de evitar movimentos especulativos, trabalhava-se com o aumento da taxa de juros reais.

A política fiscal pretendia promover as seguintes mudanças:

- a) redução drástica das despesas de custeio, através de uma reforma administrativa;
- b) redução das despesas de pessoal, através da demissão de funcionários públicos;
- c) redução do setor produtivo estatal, através de "amplo" programa de privatização;
- d) maior acompanhamento na programação e execução financeira do Tesouro, atendendo a uma política de disponibilidade de caixa.

Os primeiros sintomas do descontrole do programa começam a aparecer através, por exemplo, da ineficácia de sua política ortodoxa. O déficit público definitivamente não diminuiu; ao contrário, aumentou em função da política de taxa de juros reais pagas pelos títulos públicos nos primeiros meses do Plano. A política monetária, por sua vez, não alcançou as metas pretendidas, não obstante a política de juros reais altos. A taxa de inflação, por sua vez, apesar do congelamento, cresceu gradativamente, embora se possa afirmar que o mérito residiu na interrupção de altas taxas que levariam à hiperinflação.

No tocante à queda do salário real, o declínio da produção industrial, a incapacidade de controlar o déficit e, conseqüentemente, a perda de credibilidade do governo, nesse curto prazo, revelam uma crise estrutural aguda, que foi sendo contornada, represada e, depois, relativamente controlada.

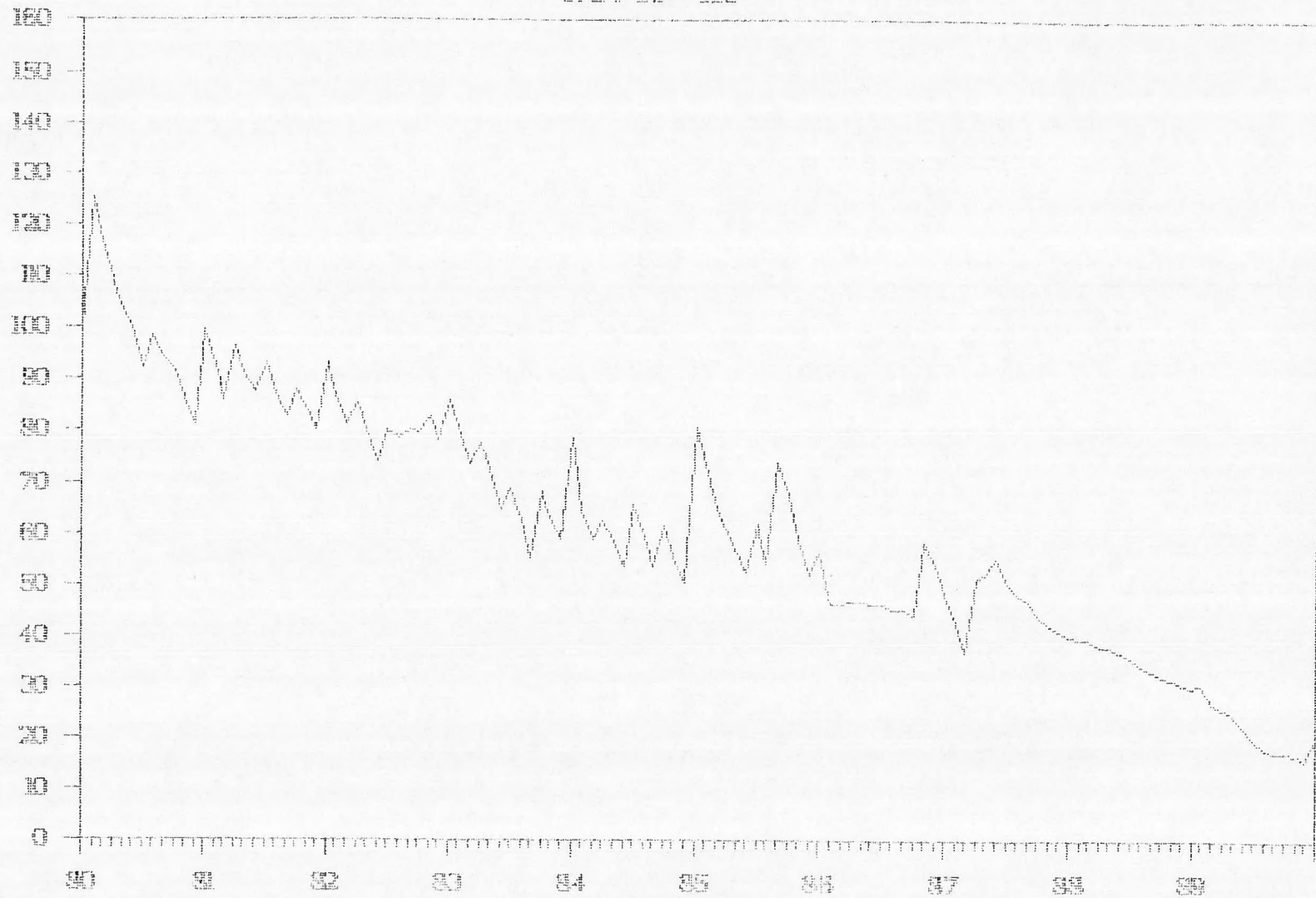
A segunda metade da década de 80 foi marcada pela estagnação prolongada, insucesso no combate à inflação, agudização do desequilíbrio fiscal e indefinições nas políticas industrial e externa. A poupança externa, que representou um dos mecanismos fundamentais de investimentos na década de 70, desapareceu a partir de 1984. A poupança nacional, por sua vez, teve uma redução brusca, tornando-se negativa a partir de 1982, dada a incapacidade de financiamento do próprio Estado. Da mesma forma, a carga tributária líquida do governo declinou de 15% do PIB na década de 70 para menos de 10% a partir de 1985.

Figura 6

TARIFA REAL-TELEFONE

JAN/80 - 89

NUMERO-INDICE



ANO
TARIFA BASICA

Tabela 4

TARIFAS TELEF. (BASICA) - EVOLUÇÃO 1980/1989			
DATA	V.NOMINAL	IGF-DI	V.REAL
15/01/80	\$0,10	\$0,27	\$37,04
01/02/80	\$0,13	\$0,28	\$46,43
15/03/80	\$0,13	\$0,30	\$43,33
15/04/80	\$0,13	\$0,32	\$40,63
15/05/80	\$0,13	\$0,34	\$38,24
15/06/80	\$0,13	\$0,35	\$37,14
15/07/80	\$0,13	\$0,38	\$34,21
01/08/80	\$0,15	\$0,41	\$36,59
15/09/80	\$0,15	\$0,43	\$34,88
01/10/80	\$0,16	\$0,47	\$34,04
15/11/80	\$0,16	\$0,50	\$32,00
15/12/80	\$0,16	\$0,53	\$30,19
01/01/81	\$0,21	\$0,57	\$36,84
15/02/81	\$0,21	\$0,61	\$34,43
15/03/81	\$0,21	\$0,66	\$31,82
01/04/81	\$0,25	\$0,70	\$35,71
15/05/81	\$0,25	\$0,74	\$33,78
15/06/81	\$0,25	\$0,77	\$32,47
01/07/81	\$0,28	\$0,81	\$34,57
15/08/81	\$0,28	\$0,87	\$32,18
15/09/81	\$0,28	\$0,91	\$30,77
01/10/81	\$0,31	\$0,95	\$32,63
15/11/81	\$0,31	\$1,00	\$31,00
15/12/81	\$0,31	\$1,04	\$29,81
05/01/82	\$0,36	\$1,10	\$34,55
15/02/82	\$0,38	\$1,18	\$32,20
15/03/82	\$0,38	\$1,26	\$30,16
01/04/82	\$0,42	\$1,33	\$31,58
15/05/82	\$0,42	\$1,41	\$29,79
15/06/82	\$0,42	\$1,53	\$27,45
01/07/82	\$0,48	\$1,62	\$29,63
01/08/82	\$0,50	\$1,71	\$29,24
06/09/82	\$0,53	\$1,78	\$29,78
04/10/82	\$0,55	\$1,66	\$29,57
22/11/82	\$0,60	\$1,95	\$30,77
15/12/82	\$0,60	\$2,07	\$28,99
24/01/83	\$0,72	\$2,26	\$31,86
15/02/83	\$0,72	\$2,41	\$29,88
15/03/83	\$0,72	\$2,65	\$27,17
06/04/83	\$0,83	\$2,89	\$28,72
15/05/83	\$0,83	\$3,09	\$26,86
15/06/83	\$0,83	\$3,47	\$23,92
04/07/83	\$1,00	\$3,93	\$25,45
15/08/83	\$1,00	\$4,33	\$23,09
15/09/83	\$1,00	\$4,88	\$20,49
17/10/83	\$1,40	\$5,53	\$25,32
15/11/83	\$1,40	\$6,00	\$23,33
15/12/83	\$1,40	\$6,45	\$21,71
05/01/84	\$1,96	\$6,52	\$29,14
15/02/84	\$1,90	\$7,95	\$23,90
15/03/84	\$1,90	\$8,74	\$21,74

TARIFAS TELEF. (BASICA) - EVOLUCAO 1988/1989

DATA	V.NOMINAL	IGP-DI	V.REAL
02/04/84	\$2,25	\$9,72	\$23,15
15/05/84	\$2,25	\$10,37	\$21,70
15/06/84	\$2,25	\$11,32	\$19,88
06/07/84	\$3,04	\$12,49	\$24,34
15/08/84	\$3,04	\$13,82	\$22,00
15/09/84	\$3,04	\$15,27	\$19,91
08/10/84	\$3,90	\$17,19	\$22,69
15/11/84	\$3,90	\$18,89	\$20,65
15/12/84	\$3,90	\$20,85	\$18,68
03/01/85	\$7,05	\$23,52	\$29,97
15/02/85	\$7,05	\$25,91	\$27,21
15/03/85	\$7,05	\$29,20	\$24,14
15/04/85	\$7,05	\$31,31	\$22,52
15/05/85	\$7,05	\$33,75	\$20,89
15/06/85	\$7,05	\$36,39	\$19,37
01/07/85	\$9,06	\$39,64	\$22,91
15/08/85	\$9,08	\$45,19	\$20,09
16/09/85	\$13,50	\$49,31	\$27,38
15/10/85	\$13,50	\$53,78	\$25,10
15/11/85	\$13,50	\$61,02	\$21,84
15/12/85	\$13,50	\$69,97	\$19,29
16/01/86	\$17,20	\$82,42	\$20,87
28/02/86	\$17,19	\$100,90	\$17,04
15/03/86	\$17,19	\$100,00	\$17,19
15/04/86	\$17,19	\$99,42	\$17,29
15/05/86	\$17,19	\$99,74	\$17,23
15/06/86	\$17,19	\$100,26	\$17,15
15/07/86	\$17,19	\$100,90	\$17,04
15/08/86	\$17,19	\$102,24	\$16,81
15/09/86	\$17,19	\$103,36	\$16,63
15/10/86	\$17,19	\$104,79	\$16,40
21/11/86	\$23,21	\$107,36	\$21,62
15/12/86	\$23,21	\$115,48	\$20,10
15/01/87	\$23,21	\$129,38	\$17,94
15/02/87	\$23,21	\$147,63	\$15,72
15/03/87	\$23,21	\$169,77	\$13,67
01/04/87	\$38,53	\$203,86	\$18,90
18/05/87	\$50,05	\$260,09	\$19,24
13/06/87	\$66,97	\$327,38	\$20,46
15/07/87	\$66,97	\$357,93	\$18,71
15/08/87	\$66,97	\$374,03	\$17,90
14/09/87	\$70,11	\$404,02	\$17,35
15/10/87	\$73,40	\$449,06	\$16,35
13/11/87	\$80,00	\$514,01	\$15,56
16/12/87	\$90,27	\$595,68	\$15,15
18/01/88	\$104,71	\$709,71	\$14,75
16/02/88	\$122,00	\$834,94	\$14,61
18/03/88	\$143,91	\$986,59	\$14,59
21/04/88	\$166,95	\$1.187,18	\$14,06
20/05/88	\$199,14	\$1.418,80	\$14,04
27/06/88	\$234,55	\$1.714,34	\$13,68

TARIFAS TELEF. (BASICA) - EVOLUCAO 1986/1989

DATA	V.NOMINAL	IGP-DI	V.REAL
24/07/88	\$276,02	\$2.083,58	\$13,25
20/08/88	\$324,82	\$2.560,61	\$12,69
20/09/88	\$394,30	\$3.220,18	\$12,24
17/10/88	\$488,97	\$4.108,44	\$11,90
17/11/88	\$615,61	\$5.257,54	\$11,71
17/12/88	\$769,51	\$6.776,22	\$11,36
14/01/89	\$1.038,84	\$9.253,39	\$11,23
16/01/89	\$1.040,00	\$9.253,39	\$11,24
15/02/89	\$1.040,00	\$10.345,69	\$10,05
15/03/89	\$1.040,00	\$10.783,08	\$9,64
15/04/89	\$1.040,00	\$11.340,52	\$9,17
15/05/89	\$1.040,00	\$12.787,37	\$8,13
01/06/89	\$1.220,00	\$16.209,87	\$7,53
04/07/89	\$1.500,00	\$22.350,46	\$6,71
04/08/89	\$1.950,00	\$30.504,16	\$6,39
04/09/89	\$2.710,00	\$42.375,82	\$6,40
04/10/89	\$3.680,00	\$59.198,35	\$6,22
06/11/89	\$5.050,00	\$85.407,99	\$5,91
02/12/89	\$9.450,00	\$127.589,12	\$7,41

Fonte : IESP/FUNDAP E CONJUNTURA ECONOMICA

Figura 7

TARIFA REAL - ENERGIA ELETRICA

JAN/80 = 100

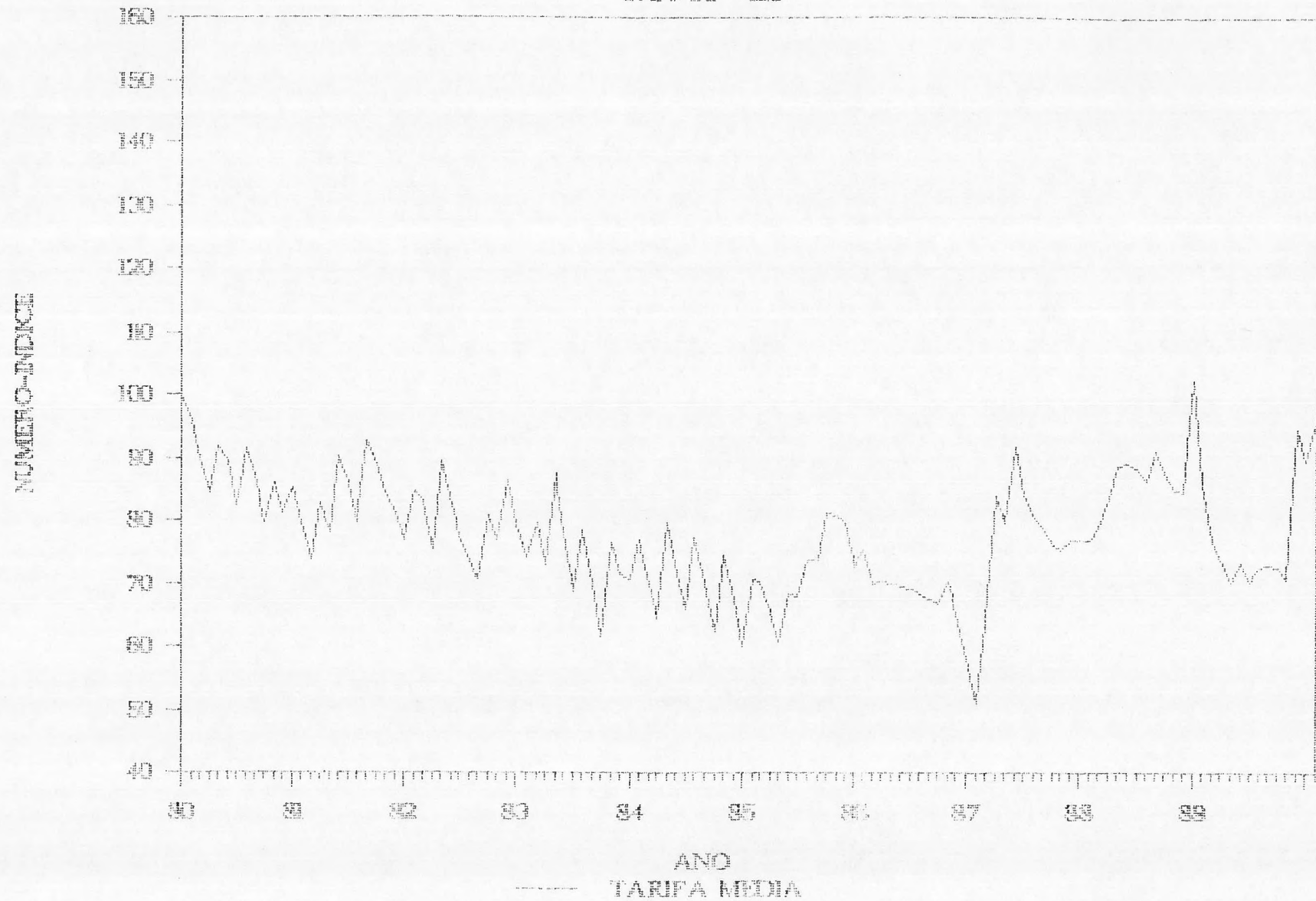


Tabela 5

TARIFAS DE ENERGIA ELETRICA - EVOLUÇÃO 1980/1989			
DATA	V. NOMINAL	IGP-DI	V. REAL
15/01/80	\$1,52	0,27	\$562,59
15/02/80	\$1,52	0,28	\$542,50
15/03/80	\$1,52	0,30	\$506,33
15/04/80	\$1,52	0,32	\$474,69
28/05/80	\$1,76	0,34	\$517,71
15/06/80	\$1,76	0,35	\$502,91
15/07/80	\$1,76	0,38	\$463,21
28/08/80	\$2,11	0,41	\$515,51
15/09/80	\$2,11	0,43	\$491,53
15/10/80	\$2,11	0,47	\$449,70
27/11/80	\$2,42	0,50	\$484,44
15/12/80	\$2,42	0,53	\$457,02
27/01/81	\$2,74	0,57	\$480,21
15/02/81	\$2,74	0,61	\$448,72
15/03/81	\$2,74	0,66	\$414,73
27/04/81	\$3,26	0,70	\$465,71
15/05/81	\$3,26	0,74	\$440,54
27/06/81	\$3,91	0,77	\$508,31
15/07/81	\$3,91	0,81	\$483,21
15/08/81	\$3,91	0,87	\$449,89
28/09/81	\$4,76	0,91	\$522,64
15/10/81	\$4,76	0,95	\$500,63
15/11/81	\$4,76	1,00	\$475,60
15/12/81	\$4,76	1,04	\$457,31
15/01/82	\$4,76	1,10	\$432,36
01/02/82	\$5,63	1,18	\$477,49
15/03/82	\$5,63	1,20	\$469,53
15/04/82	\$5,63	1,33	\$423,64
01/05/82	\$7,09	1,41	\$502,94
15/06/82	\$7,09	1,53	\$463,49
15/07/82	\$7,09	1,62	\$437,74
04/08/82	\$7,09	1,71	\$414,70
15/09/82	\$7,09	1,78	\$398,39
01/10/82	\$8,46	1,86	\$454,76
15/11/82	\$8,46	1,95	\$433,77
23/12/82	\$10,08	2,07	\$487,09
15/01/83	\$10,08	2,26	\$446,14
15/02/83	\$10,08	2,41	\$418,37
07/03/83	\$11,90	2,65	\$449,17
15/04/83	\$11,90	2,89	\$411,67
14/05/83	\$15,23	3,09	\$492,94
15/06/83	\$15,23	3,47	\$438,96
15/07/83	\$15,23	3,93	\$387,58
12/08/83	\$19,19	4,33	\$443,24
15/09/83	\$19,19	4,88	\$393,29
15/10/83	\$19,19	5,53	\$347,06
01/11/83	\$25,91	6,00	\$431,85
15/12/83	\$25,91	6,45	\$401,72
15/01/84	\$25,91	6,52	\$397,41
01/02/84	\$34,46	7,95	\$433,43
15/03/84	\$34,46	8,74	\$394,26

TARIFAS DE ENERGIA ELETRICA - EVOLUCAO 1980/1989

DATA	V.NOMINAL	IGP-DI	V.REAL
15/04/84	\$34,46	9,52	\$361,95
06/05/84	\$46,50	10,37	\$448,44
15/06/84	\$46,50	11,32	\$410,80
15/07/84	\$46,50	12,49	\$372,32
06/08/84	\$60,32	13,82	\$436,43
15/09/84	\$60,32	15,27	\$394,99
15/10/84	\$60,32	17,19	\$350,87
01/11/84	\$79,41	18,89	\$420,38
15/12/84	\$79,41	20,88	\$380,31
15/01/85	\$79,41	23,52	\$337,62
06/02/85	\$102,97	25,91	\$397,40
06/03/85	\$115,32	29,20	\$394,94
15/04/85	\$115,32	31,31	\$368,32
15/05/85	\$115,32	33,75	\$341,69
20/06/85	\$139,77	36,39	\$384,08
20/07/85	\$151,65	39,64	\$382,57
20/08/85	\$187,67	45,19	\$415,29
20/09/85	\$205,50	49,31	\$416,75
20/10/85	\$246,60	53,78	\$458,53
20/11/85	\$281,12	61,81	\$454,81
23/12/85	\$314,86	69,97	\$449,99
30/01/86	\$338,00	82,42	\$410,09
28/02/86	\$429,60	100,90	\$425,77
05/03/86	\$393,40	100,00	\$393,40
15/04/86	\$393,40	99,42	\$395,70
15/05/86	\$393,40	99,74	\$394,43
15/06/86	\$393,40	100,26	\$392,38
15/07/86	\$393,40	100,90	\$389,89
15/08/86	\$393,40	102,24	\$384,78
15/09/86	\$393,40	103,36	\$380,61
15/10/86	\$393,40	104,79	\$375,42
27/11/86	\$425,20	107,36	\$396,05
15/12/86	\$425,20	115,48	\$368,20
15/01/87	\$425,20	129,38	\$328,64
15/02/87	\$425,20	147,63	\$288,02
12/03/87	\$612,60	169,77	\$360,84
24/04/87	\$963,20	203,86	\$472,48
22/05/87	\$1.167,80	260,09	\$449,00
12/06/87	\$1.697,00	327,38	\$518,36
15/07/87	\$1.697,00	357,93	\$474,12
15/08/87	\$1.697,00	374,03	\$453,71
11/09/87	\$1.799,20	404,02	\$445,32
11/10/87	\$1.925,00	449,06	\$428,67
12/11/87	\$2.185,00	514,01	\$425,09
12/12/87	\$2.585,80	595,68	\$434,09
18/01/88	\$3.073,00	709,71	\$432,99
16/02/88	\$3.622,60	834,94	\$433,88
21/03/88	\$4.377,60	986,59	\$443,71
22/04/88	\$5.604,60	1.187,18	\$472,09
21/05/88	\$7.095,60	1.418,80	\$500,11
17/06/88	\$8.615,40	1.714,34	\$502,55

TARIFAS DE ENERGIA ELETRICA - EVOLUÇÃO 1980/1989			
DATA	V.NOMINAL	IGP-DI	V.REAL
11/07/88	\$10.328,40	2.083,58	\$495,70
10/08/88	\$12.453,60	2.560,61	\$486,35
22/08/88	\$13.136,40	2.560,61	\$513,02
01/09/88	\$15.856,40	3.220,18	\$492,41
01/10/88	\$19.659,00	4.108,44	\$478,50
01/11/88	\$25.015,80	5.257,54	\$475,81
30/12/88	\$39.086,54	6.776,22	\$576,82
16/01/89	\$16.949,77	9.253,39	\$485,12
15/02/89	\$16.949,77	10.345,69	\$433,90
15/03/89	\$16.949,77	10.783,08	\$416,30
15/04/89	\$16.949,77	11.340,52	\$395,84
19/05/89	\$19.987,58	12.787,37	\$413,98
23/06/89	\$24.183,31	16.209,87	\$395,16
21/07/89	\$34.580,68	22.350,46	\$409,84
20/08/89	\$47.511,92	30.504,16	\$412,57
20/09/89	\$65.571,83	42.375,82	\$409,88
20/10/89	\$89.145,53	59.198,35	\$398,88
20/11/89	\$143.672,85	85.407,99	\$532,99
16/12/89	\$203.183,02	127.589,12	\$504,56
30/12/89	\$216.795,57	127.589,12	\$538,37

Fontes : IESP/FUNDAP E CONJUNTURA ECONOMICA

Nota : A TARIFA MEDIA FOI OBTIDA ATRAVES DA SEGUINTE PONDERACAO :

A4 (FAIXA DE CONSUMO ENTRE 2,5KV E 25 KV) CORRESPONDENTE A
B1 (FAIXA DE CONSUMO MAIOR QUE 300 KWH) CORRESPONDENTE A 4
B3 (DEMAIS CLASSES) CORRESPONDENTE A 24%

Figura 8

TARIFA REAL - ACO

EVOLUCAO - 1990/1999

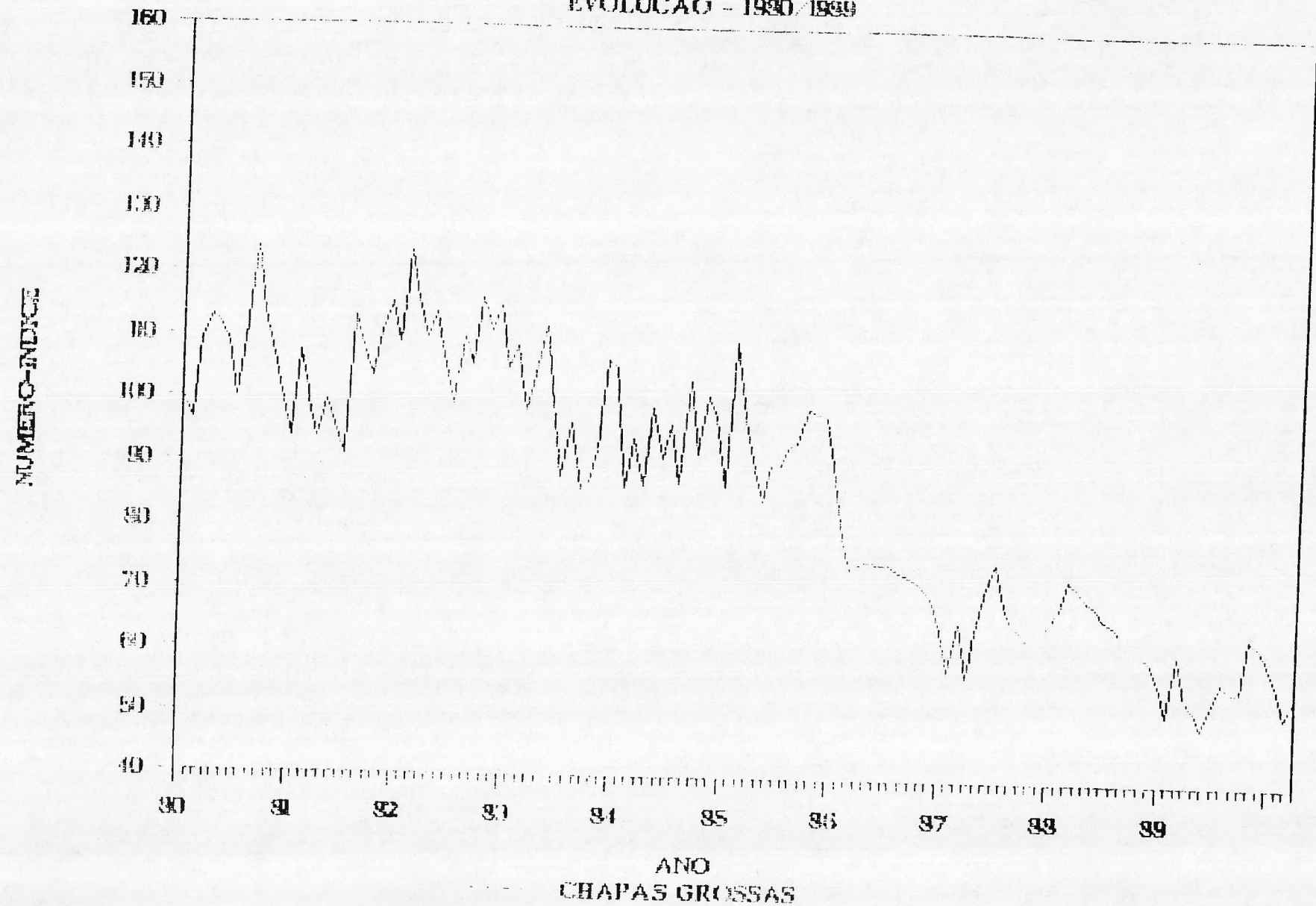


Tabela 6

PREÇOS CHAPAS GROSSAS - EVOLUÇÃO 1980/1989

DATA	V. NOMINAL	IGP-DI	V. REAL
5/01/80	\$8,80	0,27	\$8.259,26
5/02/80	\$8,80	0,28	\$8.142,86
5/03/80	\$10,70	0,30	\$8.566,67
5/04/80	\$11,00	0,32	\$8.687,50
5/05/80	\$12,40	0,34	\$8.647,06
5/06/80	\$12,40	0,35	\$8.542,86
5/07/80	\$12,40	0,38	\$8.263,16
5/08/80	\$14,60	0,41	\$8.568,98
5/09/80	\$17,40	0,43	\$4.046,51
5/10/80	\$17,40	0,47	\$3.702,13
5/11/80	\$17,40	0,50	\$3.480,00
5/12/80	\$17,40	0,51	\$3.233,82
5/01/81	\$17,40	0,57	\$3.052,63
5/02/81	\$21,40	0,61	\$3.508,20
5/03/81	\$21,40	0,66	\$3.241,42
5/04/81	\$21,40	0,71	\$3.177,17
5/05/81	\$24,00	0,74	\$3.243,24
5/06/81	\$24,00	0,77	\$3.116,88
5/07/81	\$24,00	0,81	\$2.962,96
5/08/81	\$32,10	0,87	\$3.689,66
5/09/81	\$32,10	0,91	\$3.527,47
5/10/81	\$32,10	0,95	\$3.378,95
5/11/81	\$36,10	1,00	\$3.610,00
5/12/81	\$39,10	1,04	\$3.759,62
5/01/82	\$39,10	1,10	\$3.534,55
5/02/82	\$47,60	1,19	\$4.033,90
5/03/82	\$47,60	1,23	\$3.777,78
5/04/82	\$47,60	1,30	\$3.673,85
5/05/82	\$52,40	1,41	\$3.711,61
5/06/82	\$52,40	1,53	\$3.421,24
5/07/82	\$52,40	1,62	\$3.234,57
5/08/82	\$61,30	1,71	\$3.555,84
5/09/82	\$61,30	1,78	\$3.443,02
5/10/82	\$70,50	1,86	\$3.790,32
5/11/82	\$70,50	1,95	\$3.612,38
5/12/82	\$77,50	2,07	\$3.743,96
5/01/83	\$77,50	2,26	\$3.429,20
5/02/83	\$85,30	2,41	\$3.539,42
5/03/83	\$85,30	2,65	\$3.218,87
5/04/83	\$98,00	2,89	\$3.391,60
5/05/83	\$112,80	3,09	\$3.650,49
5/06/83	\$112,80	3,47	\$3.250,72
5/07/83	\$112,80	3,93	\$2.870,23
5/08/83	\$136,60	4,33	\$3.154,73
5/09/83	\$136,60	4,88	\$2.799,18
5/10/83	\$137,20	5,33	\$2.842,68
5/11/83	\$180,70	6,00	\$3.011,67
5/12/83	\$224,10	6,45	\$3.474,42
5/01/84	\$224,10	6,52	\$3.437,12
5/02/84	\$224,10	7,95	\$2.618,87
5/03/84	\$268,90	8,71	\$3.076,66

PREÇOS CHAPAS GROSSAS - EVOLUÇÃO 1980/1984

DATA	V. NOMINAL	IDF-DI	V. REAL
15/04/84	\$268,90	7,52	\$2.324,58
16/05/84	\$336,20	10,37	\$3.242,04
15/06/84	\$336,20	11,32	\$2.969,96
18/07/84	\$393,30	12,49	\$3.148,92
15/08/84	\$393,30	13,82	\$2.845,88
18/09/84	\$515,20	15,27	\$3.373,94
15/10/84	\$515,20	17,19	\$2.997,09
20/11/84	\$623,40	18,57	\$3.300,16
20/12/84	\$665,10	20,88	\$3.185,64
15/01/85	\$665,10	23,52	\$2.827,01
21/02/85	\$928,70	25,91	\$3.584,33
15/03/85	\$928,70	29,21	\$3.180,45
15/04/85	\$928,70	31,31	\$2.966,15
15/05/85	\$928,70	33,75	\$2.751,73
20/06/85	\$1.078,30	36,27	\$2.949,44
20/07/85	\$1.078,30	38,14	\$2.837,44
27/08/85	\$1.078,30	40,19	\$2.640,94
26/09/85	\$1.508,90	49,21	\$3.060,02
21/10/85	\$1.742,10	53,73	\$3.239,31
21/11/85	\$1.986,00	61,81	\$3.213,07
20/12/85	\$2.234,50	69,97	\$3.193,20
20/01/86	\$2.432,94	82,42	\$2.951,33
15/02/86	\$2.432,94	94,77	\$2.567,20
28/02/86	\$2.432,94	100,93	\$2.411,64
15/03/86	\$2.432,94	100,00	\$2.432,94
15/04/86	\$2.432,94	98,42	\$2.447,13
15/05/86	\$2.432,94	99,74	\$2.429,20
15/06/86	\$2.432,94	101,21	\$2.420,17
15/07/86	\$2.432,94	100,93	\$2.411,24
15/08/86	\$2.432,94	102,21	\$2.379,64
15/09/86	\$2.432,94	105,56	\$2.333,05
15/10/86	\$2.432,94	104,77	\$2.321,71
15/11/86	\$2.432,94	107,36	\$2.266,13
15/12/86	\$2.432,94	115,48	\$2.106,01
15/01/87	\$2.432,94	129,38	\$1.880,46
06/02/87	\$3.162,02	147,62	\$2.142,40
15/03/87	\$3.162,02	169,77	\$1.868,00
02/04/87	\$4.356,83	203,86	\$2.151,85
13/05/87	\$6.053,82	260,09	\$2.327,59
12/06/87	\$7.991,04	327,57	\$2.440,91
15/07/87	\$7.991,04	357,93	\$2.202,57
15/08/87	\$7.991,04	374,03	\$2.136,47
05/09/87	\$8.448,92	404,02	\$2.091,21
04/10/87	\$9.881,51	449,02	\$2.221,53
04/11/87	\$10.705,64	514,01	\$2.082,77
04/12/87	\$12.739,71	595,68	\$2.136,68
04/01/88	\$15.708,06	709,71	\$2.219,31
04/02/88	\$19.223,40	834,97	\$2.373,87
07/03/88	\$22.872,70	986,59	\$2.318,37
08/04/88	\$26.884,66	1.187,15	\$2.264,58
08/05/88	\$31.762,37	1.418,01	\$2.234,45

PRECOS CHAPAS GROSSAS - EVOLUCAO 1980/1989

DATA	V.NOMINAL	IGP-DI	V.REAL
08/06/88	\$37.186,91	1.714,34	\$2.169,17
08/07/88	\$44.460,67	2.083,58	\$2.133,86
08/08/88	\$53.103,82	2.560,61	\$2.073,87
08/09/88	\$65.062,80	3.220,18	\$2.020,47
08/10/88	\$81.543,21	4.108,44	\$1.984,77
02/11/88	\$103.152,16	5.257,54	\$1.961,99
02/12/88	\$124.814,11	6.776,22	\$1.841,94
02/01/89	\$155.393,57	9.253,39	\$1.679,32
14/01/89	\$183.970,44	9.253,39	\$1.988,14
15/02/89	\$183.970,44	10.345,69	\$1.770,23
15/03/89	\$183.970,44	10.783,08	\$1.706,10
15/04/89	\$183.970,44	11.340,52	\$1.622,24
24/05/89	\$222.400,00	12.787,37	\$1.739,22
24/06/89	\$300.020,00	16.209,87	\$1.850,85
24/07/89	\$403.140,00	22.350,46	\$1.803,72
04/08/89	\$547.279,00	30.504,16	\$1.800,00
21/08/89	\$637.160,00	30.504,16	\$2.088,76
04/09/89	\$862.070,00	42.375,02	\$2.034,34
04/10/89	\$1.163.020,00	59.198,35	\$1.964,62
04/11/89	\$1.556.830,00	85.487,99	\$1.822,22
03/12/89	\$2.137.210,00	127.589,12	\$1.675,07
19/12/89	\$2.268.010,00	127.589,12	\$1.777,59

Fontes : IESP/FUNDAP E CONJUNTURA ECONOMICA

3.2.4 - Avaliação das Empresas Estatais no Período

Na experiência brasileira recente, a discussão a respeito do papel desempenhado pelas Estatais tem sido direcionada para a forma deliberada de utilizá-las como instrumento de política de estabilização.

Nesse sentido, a política de preços e tarifas desempenhou papel importante para a deterioração financeira do setor produtivo estatal, ao lado do encarecimento dos custos financeiros das dívidas contraídas pelas Empresas Estatais.⁽¹⁾

Os dois primeiros anos da "Nova República" podem ser considerados de "transição" para a aplicação de uma política de recuperação dos preços e tarifas. No período que antecedeu ao primeiro programa de estabilização do governo Sarney, Plano Cruzado, houve um agravamento da situação financeira de alguns setores produtivos estatais, dada a política de suspensão dos reajustes de preços e tarifas.

No período seguinte, já com Dílson Funaro à frente do Ministério da Fazenda, inicia-se a retomada de reajustes com maior frequência. Entretanto, devido à seca e à especulação com a quebra da safra agrícola, houve aceleração do processo inflacionário, em fins de 1985. O Programa de Estabilização Monetária - Plano Cruzado

(1) O aumento das taxas de juros internacionais e as máxidesvalorizações do cruzeiro fizeram crescer o montante das obrigações em moeda nacional.

- procurava, a partir de março de 1986, desenvolver medidas de combate à inflação e de avaliação do desalinhamento geral de preços relativos em toda a economia, provocado pelo congelamento.

Entretanto, a realidade mostrou um quadro menos otimista quanto à diminuição da defasagem dos preços em relação às taxas de inflação. No momento em que foi decretado o congelamento, alguns preços haviam sido reajustados e outros estavam aguardando o momento para os ajustes. Isso provocou um desequilíbrio no mercado. Esses desequilíbrios deveriam ser corrigidos durante a chamada fase de flexibilização. Porém, o "descongelamento" somente acabou ocorrendo em final de 1986. <2>

Portanto, a partir de fevereiro de 1987, foram autorizados reajustes para o aço, transporte ferroviário, derivados de petróleo, energia elétrica e telecomunicações. Dessa maneira, foi adotada uma política de reajuste e recuperação de preços e tarifas no setor produtivo estatal. É um período de recrudescimento do processo inflacionário, e que culminou com a demissão do Ministro da Fazenda.

Na gestão seguinte, o novo ministro, Bresser Pereira, promoveu, após o breve congelamento - junho/agosto/87 - ampla política de reajustes das tarifas e preços públicos. Aliás, o Plano de Consistência Macroeconômica propunha que a elevação das tarifas

) Entre dezembro de 1986 e fevereiro de 1987, houve remarcações generalizadas de preços, provocando a retomada altas taxas de inflação, apesar das tentativas de um reajuste ordenado, onde a preocupação básica era eliminar defasagens existentes.

públicas seria um elemento apropriado para promover a recuperação da capacidade de poupança do setor público. (3)

Portanto, a política de preços públicos, no Brasil, vem alternando momentos de combate à explosão inflacionária com tentativas de recuperação e realinhamento.

O ano de 1988 registrou, mais uma vez, a aplicação dessa política, ou seja, a necessidade de alcançar um realinhamento dos preços defasados e combater a aceleração inflacionária. O início desse ano foi marcado pela deterioração dos preços públicos, refletindo a aceleração inflacionária ocorrida no último trimestre de 1987, que, por sua vez, provocou atrasos nas correções de preços e tarifas. O primeiro semestre de 1988 ficou caracterizado pelo relativo sucesso de recuperação dos preços para os setores siderúrgico e elétrico. Entretanto, o início do segundo semestre registrou o avanço dos patamares inflacionários, incidindo diretamente no controle e na defasagem setorial. As empresas endividadas, como a SIDERBRÁS e ELETROBRÁS, tiveram, no movimento de recuperação tarifária ocorrido no primeiro semestre de 1988, um saldo positivo. A defasagem média do setor siderúrgico era de 35% em 1987, ficando praticamente anulada ao longo desse período. Os reajustes ocorridos no setor elétrico, embora diferenciados por subsetores, conseguiram fechar o primeiro semestre nos níveis de preços vigentes no início do ano. No segundo semestre, com o

(3) O programa de recuperação da capacidade de poupança do setor público implicava um conjunto de outras medidas, tais como: contenção de gastos; redução dos incentivos e subsídios; e reforma tributária.

etorno das altas taxas de inflação, a política de recuperação perde sua força e os reflexos são encontrados no processo de deterioração dos preços. Os preços siderúrgicos caem 6,25 pontos; as tarifas elétricas, em média 7,2 pontos; e as tarifas telefônicas, em torno de 10,68 pontos em média.

O Plano Verão (janeiro de 1989) tentou conduzir uma política fiscal subordinada a um objetivo principal: o controle da inflação. Os elementos básicos desse novo plano de estabilização eram: congelamento de preços, salários e câmbio; fim da indexação; políticas monetária e fiscal restritivas.

Esse conjunto de medidas visavam à queda do processo inflacionário. Porém, verificou-se, mais uma vez, a incapacidade de complementar a reforma fiscal necessária, pois não foram solucionadas as questões relativas ao alongamento do prazo da dívida pública, as defasagens tarifárias existentes não foram eliminadas, além da intensificação do processo de reforma administrativa e de privatização.

Na questão relativa ao autofinanciamento do setor público, ficou constatada, ao longo do ano, a utilização dos preços públicos como instrumento de contenção da aceleração inflacionária.

No primeiro semestre de 1989, ocorreram dois momentos importantes, que marcaram os níveis de defasagens das tarifas

públicas. No primeiro trimestre, houve um congelamento ante a um INPC de 33,1%; nos três meses seguintes, e os aumentos concedidos para os preços públicos ficaram abaixo da inflação. Os reajustes concedidos - de 15% a 30%, em termos nominais - foram insuficientes para compensar a deterioração tarifária de 1988, sobretudo em função do desastroso "pacto social" e das expressivas elevações de preços do setor privado, que adotaram uma política de reajustes preventivos. Portanto, a deterioração tarifária dos primeiros meses de 1989 foi profunda, com impacto mais significativo do que a verificada logo após o congelamento dos Planos Cruzado e Bresser. Embora tenha adotado a prática do congelamento, o Plano Verão não conseguiu lograr uma queda significativa do processo inflacionário, provocando maiores perdas com o congelamento das tarifas públicas.

O segundo semestre de 1989 iniciou com a tentativa de aplicação de uma política realista, voltada à recomposição tarifária. Entretanto, com o recrudescimento da inflação em setembro, retomou-se a política de contenção dos preços públicos adotada ao longo do ano. Essa prática de utilizar tarifas públicas como instrumento de combate à inflação tem se mostrado ineficaz em pelo menos dois aspectos: a) não contém a alta inflacionária e gera expectativas de novas correções futuras; b) queda na receita e financiamento do setor público.

Ao longo do segundo trimestre, as autoridades econômicas continuaram recorrendo a medidas que sustentassem as margens de lucro das indústrias privadas. Assim, visando frear os preços

industriais, as tarifas públicas permaneceram recebendo reajustes limitados.

Os problemas financeiros das empresas estatais tornaram-se crescentes, e alguns setores sofreram com o desabastecimento e com o aumento dissimulado de preços, através de alterações superficiais nos produtos. Nos últimos meses do ano, houve nova tentativa de recuperação das tarifas públicas, embora mantendo-se a conservadora política tarifária, cuja preocupação básica consistia em evitar expectativas de choques de custos, que, por sua vez, provocariam seus efeitos inflacionários para o conjunto da economia.

No final do ano, alguns setores - siderúrgico e elétrico - conseguiram recuperar os preços reais anteriores ao congelamento.

Os dados da SEST indicam que em dezembro de 1988 as empresas estatais federais chegavam a 230, distribuídas por quatro setores seguinte forma:

19) Setor Produtivo Estatal (SEP): 179 empresas, concentradas áreas produtivas (siderurgia, mineração, extração e refino de petróleo, energia elétrica, transporte ferroviário etc.);

29) Entidades Típicas de Governo (ETG): 29 empresas, vinculadas a atividades de desenvolvimento econômico;

30) Setor Financeiro: 25 empresas, representantes das instituições financeiras federais que atuam como bancos comerciais, bancos de investimento e desenvolvimento, computando o órgão regulador e normativo, representado pelo Banco Central (BACEN);

49) Previdência: 6 empresas, ligadas ao Ministério da Previdência Social.

Há nítida concentração dos ativos das empresas estatais - em torno de 70% - basicamente em sete grupos: PETROBRÁS, ELETROBRÁS, SIDERBRÁS, PORTOBRÁS, CVRD e Rede Ferroviária Federal S.A.

É importante destacar que nos três níveis de governo a participação do setor produtivo estatal (SPE) na economia brasileira, através do critério de faturamento de vários setores, permanece significativa e bastante concentrada. A Tabela 7, abaixo, mostra a total participação do Estado nos diversos serviços públicos, a preponderante presença em dois setores de capital-intensivo (química e siderurgia), em torno de 68%, e a significativa participação nos setores de distribuição de petróleo e fertilizantes.

Tabela 7
BRASIL
PARTICIPAÇÃO POR SETOR

SETOR	EMPRESAS ESTATAIS	EMPRESAS NAC. PRIV.	EMPRESAS ESTRANG.
SERV. PÚBLICOS	100%	0%	0%
QUÍMICA E PETRÓL.	69%	8%	23%
SIDERURGIA	66%	27%	7%
MINERAÇÃO	51%	35%	14%
DISTRIB. PETRÓLEO	33%	12%	55%
FERTILIZANTES	26%	66%	8%
MAT. TRANSPORTE	16%	38%	54%
SUPERMERCADOS	5%	88%	15%
INFORMÁTICA	4%	48%	56%
MÁQ. E EQUIP.	3%	52%	45%

ONTE: Revista Exame - Melhores e Maiores

O setor público apresentou, ao final dos anos 80, um quadro de perda de controle e regulação das atividades do sistema econômico. A visão conjuntural no combate ao crônico processo inflacionário e a promoção de uma efetiva reforma fiscal conduziu a um conjunto de medidas, as quais se tornaram inócuas no curto prazo, alimentando a crise vivida pela economia brasileira nos anos 80.

O contínuo refluxo de investimentos do Setor Produtivo Estatal (SPE), no final da década de 80, representou o esgotamento de algumas fontes de financiamento, tais como: recursos externos, recursos do Tesouro e recursos próprios. Evidentemente, a queda no nível de investimentos do setor produtivo estatal teve seus desdobramentos sobre o nível econômico de atividade geral, ratificando o quadro recessivo e reforçando o grau de estagnação dos últimos anos. A restrição de investimentos agudizou os pontos de estrangulamento no fornecimento de bens e serviços por parte das empresas estatais. Os problemas mais sérios são encontrados nos setores de energia elétrica e telecomunicações. Estes setores apresentam deficiências em seus investimentos de infra-estrutura, comprometendo a capacidade de atendimento a serviços básicos, tais como linhas telefônicas e transmissão e distribuição de energia elétrica (ver, a seguir, Tabelas 8 a 56).

Tabela 8
ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPÊNDIOS - 1980/1986
GRUPO : TELEBRAS

	EM MILHÕES CORRENTES						
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DESPÊNDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	82	174	337	723	2.160	7.441	20.511
INVESTIMENTOS	51	121	268	523	1.549	5.498	16.114
AMORTIZAÇÕES	25	48	58	171	332	1.755	3.909
INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	6	5	12	29	79	188	488
DESPESAS CORRENTES	87	154	317	676	1.931	8.156	20.940
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39	75	161	339	934	3.422	9.373
ENCARGOS FINANCEIROS	19	37	66	140	400	1.051	1.476
INTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS CUSTEIOS	29	42	90	197	592	3.683	10.091
TOTAL DE DESPÊNDIOS	169	327	655	1.399	4.091	15.597	41.451
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	114	208	452	1.077	3.442	13.381	30.908
RECEITA NÃO OPERACIONAL	-	23	44	127	335	1.389	744
RECURSOS DO TESOURO	9	29	50	61	72	382	2.032
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22	29	58	64	75	111	2.204
INTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
INTERNAS-BENS E SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-BENS E SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS AVIS.NF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	26	34	64	113	350	1.369	4.699
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-2	-1	-5	-34	-322	671
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	14	13	33	144	-12	-84
VAR. DO DISPONÍVEL	-1	-6	-22	-68	-292	-698	278
TOTAL DE RECURSOS	169	327	655	1.399	4.091	15.597	41.451

FONTE : ELABORAÇÃO IESP/FUNDAP A PARTIR DE DADOS DA SEST-SEPLAH.

Tabela 9
ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPÊNDIOS - 1980/1986
GRUPO : TELEBRAS

EM NCZ\$ MILHOES DE 1989

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DESPÊNDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	7.823	8.300	9.722	6.673	5.329	6.526	7.404
INVESTIMENTOS	4.865	5.772	7.732	4.828	3.821	4.822	5.817
AMORTIZAÇÕES	2.385	2.290	1.673	1.579	1.312	1.539	1.411
INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	572	239	346	268	195	165	176
DESPESAS CORRENTES	8.300	7.346	9.145	6.241	4.764	7.153	7.559
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.721	3.578	4.645	3.130	2.304	3.001	3.384
ENCARGOS FINANCEIROS	1.813	1.765	1.904	1.292	999	922	533
INTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS CUSTEIOS	2.767	2.003	2.597	1.819	1.460	3.236	3.643
TOTAL DE DESPÊNDIOS	16.123	15.598	18.897	12.916	10.092	13.679	14.964
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	10.876	9.922	13.040	9.943	8.491	11.735	11.158
RECEITA NÃO OPERACIONAL	-	1.097	1.269	1.172	826	1.218	269
RECURSOS DO TESOURO	859	1.383	1.443	563	178	335	734
OPERACÕES DE CRÉDITO	2.099	1.383	1.673	591	185	97	796
INTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
INTERNAS-BENS E SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-BENS E SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS AVIS.NF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	2.480	1.622	1.846	1.043	863	1.201	1.696
R.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-94	-28	-45	-83	-281	242
R.VALORES DE TERCEIROS	-	668	375	305	355	-10	-29
R. DO DISPONÍVEL	-94	-285	-634	-627	-719	-611	100
TOTAL DE RECURSOS	16.123	15.598	18.897	12.916	10.092	13.679	14.964

TE : DADOS DA TABELA 8

A : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

Tabela 10
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS - 1980/1986
GRUPO : TELEBRAS

	PERCENTAGEM							
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
<hr/>								
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	48,47	53,07	51,32	51,69	52,80	47,70	49,48	
INVESTIMENTOS	30,15	36,86	40,85	37,39	37,86	35,25	38,87	
AMORTIZACOES	14,55	14,54	8,80	12,19	13,01	11,25	9,43	
INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-	
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-	
EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-	
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3,76	1,66	1,86	2,10	1,92	1,20	1,17	
DESPESAS CORRENTES	51,52	46,92	48,47	48,30	47,19	52,29	50,51	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23,23	22,90	24,60	24,25	22,83	21,94	22,61	
ENCARGOS FINANCEIROS	10,98	11,25	10,10	9,98	9,90	6,73	3,56	
INTERNOS	-	-	-	-	-	-	-	
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-	
EXTERNOS	-	-	-	-	-	-	-	
OUTROS CUSTEIOS	17,31	12,76	13,76	14,06	14,45	23,61	24,34	
<hr/>								
TOTAL DE DISPENDIOS	99,99	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<hr/>								
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	67,40	63,48	68,96	76,94	84,14	85,79	74,56	
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	7,10	6,67	9,09	8,19	8,90	1,79	
RECURSOS DO TESOURO	5,60	8,81	7,65	4,35	1,76	2,44	4,90	
OPERACOES DE CREDITO	12,98	9,00	8,88	4,57	1,82	0,71	5,31	
INTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-	
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-	
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-	
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-	
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-	
EXTERNAS AVIS.Nº 30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-	
OUTROS RECURSOS	15,34	10,31	9,76	8,07	8,55	8,77	11,33	
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-1,00	-0,36	-0,45	-0,84	-2,07	1,61	
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	4,33	1,93	2,36	3,51	-0,08	-0,20	
VAR. DO DISPONIVEL	-1,34	-2,04	-3,51	-4,95	-7,16	-4,47	0,67	
<hr/>								
TOTAL DE RECURSOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<hr/>								

FONTE : DADOS DA TABELA 8

Tabela 11
ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPÊNDIOS - 1980/1986
GRUPO : TELEBRAS

ANOS	ÍNDICES DE EVOLUÇÃO (1980=100)						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DESPÊNDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	100,01	106,11	124,29	85,33	68,12	83,43	94,65
INVESTIMENTOS	100,00	118,64	158,93	99,23	78,54	99,11	119,56
AMORTIZAÇÕES	100,00	96,01	70,14	66,20	55,01	64,52	59,16
INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100,00	41,78	60,48	46,85	34,09	28,84	30,76
DESPESAS CORRENTES	100,01	88,51	110,19	75,20	57,40	86,19	91,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100,02	96,18	124,86	84,13	61,93	80,67	90,96
ENCARGOS FINANCEIROS	100,00	97,40	105,07	71,30	55,13	50,88	29,41
INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS CUSTEILOS	100,03	72,41	93,89	65,76	52,78	116,77	131,70
TOTAL DE DESPÊNDIOS	100,00	96,74	117,21	80,11	62,59	84,84	92,81
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	100,00	91,23	119,90	91,42	78,07	107,90	102,60
RECEITA NÃO OPERACIONAL	-	100,00	115,67	106,83	75,29	111,03	24,52
RECURSOS DO TESOURO	100,11	161,18	168,18	65,61	20,74	39,04	85,54
OPERACÕES DE CRÉDITO	100,04	65,91	79,74	28,16	8,81	4,62	37,94
INTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
INTERNAS-BENS E SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-BENS E SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS AVIS.NF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	100,00	65,40	74,43	42,05	34,79	48,42	68,38
R.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	98,94	29,47	47,36	87,36	295,78	-254,73
R.VALORES DE TERCEIROS	-	100,14	56,22	45,72	53,22	-1,49	-4,34
R. DO DISPONÍVEL	98,94	300,00	667,36	660,00	756,84	643,15	-105,26
TOTAL DE RECURSOS	100,00	96,74	117,21	80,11	62,59	84,84	92,81

TE : DADOS DA TABELA 8

Tabela 12

ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS
GRUPO : TELEBRAS

EM MILHOES CORRENTES

ANOS	1987	1988
DISPENDIOS	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	72	603
INVESTIMENTOS	57	462
AMORTIZACOES	13	89
INTERNAS	1	2
RESOLUCAO 63	3	16
EXTERNAS	10	71
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3	52
DESPESAS CORRENTES	89	948
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36	298
MATERIAL E PRODUTOS	5	34
SERVICOS DE TERCEIROS	11	84
TRIB. PARAFISCAIS	25	419
ENCARGOS FINANCEIROS	5	33
INTERNAS	1	15
RESOLUCAO 63	3	17
EXTERNAS	1	1
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7	79
TOTAL DE DISPENDIOS	162	1.550
RECURSOS	-	-
RECEITA	135	1.128
VENDA DE BENS E SERVICOS	119	1.035
SUBSIDIO DO TESOURO	-	-
DEMAIS OPERACIONAIS	8	52
NAO OPERACIONAIS	8	42
RECURSOS P/ALIM.DE PATR.LIQU.	30	95
TESOURO	4	16
FND	-	-
PART.CAPITAL-ESTATAIS	-	-
PART.CAPITAL-MERC.ABERTO	-	-
OUTROS	26	79
RETORNO DE APLIC.FINANC.L.P.	-	-
OPERACOES DE CREDITO	1	15
INTERNAS - MOEDAS	-	12
INTERNAS - BENS E SERVICOS	-	-
RESOLUCAO 63	-	-
EXTERNAS - MOEDAS	-	-
EXTERNAS - BENS E SERVICOS	-	3
OUTROS RECURSOS	-	91
TESOURO	-	-
FND	-	-
OUTROS	-	91
VAR.OPER.DE CRED.CURTO PRAZO	1	-35
OUTRAS VAR. CAPITAL DE GIRO	-2	321
VARIACAO DO DISPONIVEL	-2	-64
TOTAL DE RECURSOS	162	1.550

FONTE: SEST - SEPLAN RELATORIO ANUAL, 1987,1988.

Tabela 13

ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS

GRUPO : TELEBRAS

INDICES DE EVOLUCAO (1987=100)

ANOS	1987	1988
DISPENDIOS	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	114,28	71,82
INVESTIMENTOS	100,00	70,22
AMORTIZACOES	100,00	59,71
INTERNAS	-	22,97
RESOLUCAO 63	-	53,21
EXTERNAS	100,00	63,93
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	-	158,52
DESPESAS CORRENTES	111,11	91,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	133,33	70,68
MATERIAL E PRODUTOS	-	57,39
SERVICOS DE TERCEIROS	100,00	64,48
TRIB. PARAFISCAIS	150,00	143,39
ENCARGOS FINANCEIROS	-	56,57
INTERNAS	-	130,84
RESOLUCAO 63	-	41,92
EXTERNAS	-	20,31
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	104,74
TOTAL DE DISPENDIOS	105,88	82,57
RECURSOS	-	-
RECEITA	107,14	71,89
VENDA DE BENS E SERVICOS	100,00	74,78
SUBSIDIO DO TESOURO	-	-
DEMAIS OPERACIONAIS	-	57,51
NAO OPERACIONAIS	-	43,48
RECURSOS P/AUM.DE PATR.LIQU.	100,00	27,75
TESOURO	-	38,23
FND	-	-
PART.CAPITAL-ESTATAIS	-	-
PART.CAPITAL-MERC.ABERTO	-	-
OUTROS	150,00	26,27
RETORNO DE APLIC.FINANC.L.P.	-	-
OPERACOES DE CREDITO	-	150,00
INTERNAS - MOEDAS	-	100,00
INTERNAS - BENS E SERVICOS	-	-
RESOLUCAO 63	-	-
EXTERNAS - MOEDAS	-	-
EXTERNAS - BENS E SERVICOS	-	50,98
OUTROS RECURSOS	-	100,00
TESOURO	-	-
FND	-	-
OUTROS	-	100,00
VAR.OPER.DE CRED.CURTO PRAZO	-	-251,11
OUTRAS VAR. CAPITAL DE GIRO	-	-1.071,12
VARIACAO DO DISPONIVEL	-	212,11
TOTAL DE RECURSOS	105,88	82,57

FONTE : DADOS DA TABELA 12

Tabela 14
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS
GRUPO : TELEBRAS

	PERCENTAGEM	
	ANOS	
	1987	1988
DISPENDIOS	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	44,70	38,88
INVESTIMENTOS	35,04	29,80
AMORTIZACOES	7,90	5,71
INTERNAS	0,41	0,11
RESOLUCAO 63	1,57	1,01
EXTERNAS	5,91	4,58
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1,74	3,36
DESPESAS CORRENTES	55,30	61,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22,43	19,20
MATERIAL E PRODUTOS	3,19	2,21
SERVICOS DE TERCEIROS	6,97	5,44
TRIB. PARAFISCAIS	15,55	27,00
ENCARGOS FINANCEIROS	3,12	2,13
INTERNAS	0,60	0,95
RESOLUCAO 63	2,15	1,09
EXTERNAS	0,35	0,08
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4,02	5,10
TOTAL DE DISPENDIOS	100,00	100,00
RECURSOS	-	-
RECEITA	83,59	72,78
VENDA DE BENS E SERVICOS	73,70	66,75
SUBSIDIO DO TESOURO	-	-
DEMAIS OPERACIONAIS	4,79	3,33
NAO OPERACIONAIS	5,09	2,68
RECURSOS P/AUM.DE PATR.LIQU.	18,30	6,14
TESOURO	2,29	1,06
FMD	-	-
PART.CAPITAL-ESTATAIS	0,01	-
PART.CAPITAL-MERC.ABERTO	-	-
OUTROS	15,99	5,08
RETORNO DE APLIC.FINANC.L.P.	0,03	-
OPERACOES DE CREDITO	0,53	0,97
INTERNAS - MOEDAS	-	0,79
INTERNAS - BENS E SERVICOS	-	-
RESOLUCAO 63	-	-
EXTERNAS - MOEDAS	0,24	-
EXTERNAS - BENS E SERVICOS	0,28	0,17
OUTROS RECURSOS	-	5,86
TESOURO	-	-
FMD	-	-
OUTROS	-	5,86
VAR.OPER.DE CRED.CURTO PRAZO	0,75	-2,31
OUTRAS VAR. CAPITAL DE GIRO	-1,60	20,72
VARIACAO DO DISPONIVEL	-1,63	-4,18
TOTAL DE RECURSOS	100,00	100,00

FONTE : DADOS DA TABELA 12

Tabela 15
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS
GRUPO : TELEBRAS
EM MC\$ MILHOES DE 1989

ANOS	1987	1988
DISPENDIOS	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	7.947	5.708
INVESTIMENTOS	6.231	4.376
AMORTIZACOES	1.405	839
INTERNAS	74	17
RESOLUCAO 63	280	149
EXTERNAS	1.051	672
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	311	493
DESPESAS CORRENTES	9.831	8.973
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.988	2.819
MATERIAL E PRODUTOS	568	326
SERVICOS DE TERCEIROS	1.239	799
TRIB. PARAFISCAIS	2.765	3.965
ENCARGOS FINANCEIROS	555	314
INTERNAS	107	146
RESOLUCAO 63	384	161
EXTERNAS	64	13
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	716	750
TOTAL DE DISPENDIOS	17.778	14.681
RECURSOS	-	-
RECEITA	14.861	10.685
VENDA DE BENS E SERVICOS	13.104	9.800
SUBSIDIO DO TESOURO	-	-
DEMAIS OPERACIONAIS	852	490
NAO OPERACIONAIS	906	394
RECURSOS P/AUM.DE PATR.LIQU.	3.254	903
TESOURO	408	156
FND	-	-
PART.CAPITAL-ESTATAIS	3	-
PART.CAPITAL-MERC.ABERTO	-	-
OUTROS	2.843	747
RETORNO DE APLIC.FINANC.L.P.	7	-
OPERACOES DE CREDITO	96	144
INTERNAS - MOEDAS	-	117
INTERNAS - BENS E SERVICOS	-	-
RESOLUCAO 63	-	-
EXTERNAS - MOEDAS	44	-
EXTERNAS - BENS E SERVICOS	51	26
OUTROS RECURSOS	-	861
TESOURO	-	-
FND	-	-
OUTROS	-	861
VAR.OPER.DE CRED.CURTO PRAZO	135	-339
OUTRAS VAR. CAPITAL DE GIRO	-284	3.042
VARIACAO DO DISPONIVEL	-289	-613
TOTAL DE RECURSOS	17.779	14.681

FONTE : DADOS DA TABELA 12

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

ATIVIDADES SELECIONADAS - DISTRIBUICAO PERCENTUAL
INVESTIMENTOS
GRUPO : - TELEBRAS

CODIGO	NOME EMPRESA	EM R\$ MIL CORRENTES					
		1980	1981	1982	1983	1984	1985
04010000	TELECOM. BRAS. S/A - TELEBRAS	2.350	4.309	7.997	17.285	62.853	273.955
04010100	CIA. DE TELEFONES DO R.J. - CETEL	604	1.923	6.796	11.983	32.112	82.754
04010200	EMP. BRAS. DE TELECOM. S/A - EMBRATEL	3.021	10.379	49.656	107.298	338.381	990.465
04010300	TELECOM. DA BAHIA - TELEBAHIA	3.438	6.642	12.613	19.772	47.167	270.302
04010400	TELECOM. DE MINAS GERAIS S/A - TELEMG	2.716	4.763	12.960	23.617	78.133	340.750
04010500	TELECOM. DO PARANA S/A - TELEPAR	4.050	7.771	13.814	28.156	83.391	278.361
04010600	TELECOM. DO R.J. S/A TELERJ	5.599	9.180	22.321	46.713	132.240	496.756
04010700	TELECOM. DE SANTA CATARINA S/A TELES	1.101	3.617	7.004	13.449	29.446	108.734
04010800	TELECOM. DE SAO PAULO - TELES	11.198	38.358	79.092	151.744	436.802	1.525.402
04010801	CIA TELEFONICA DA BORDA DO CAMPO - CTBC	875	2.400	6.532	13.657	35.100	132.034
04010900	CIA. TEL. MELHORAMENTOS E RESISTENCIA	121	294	895	1.214	3.700	16.383
04011000	TELECOM. DO ACRE S/A - TELEACRE	127	83	319	486	2.619	11.933
04011100	TELECOM. DE ALAGOAS S/A - TELASA	122	233	1.052	2.336	6.280	27.327
04011200	TELECOM. DO AMAPA S/A - TELEAMAPA	46	129	456	1.063	1.964	8.539
04011300	TELECOM. DO AMAZONAS S/A - TELEAMAZON	486	1.275	2.601	5.136	15.753	53.519
04011400	TELECOM. DE BRASILIA - TELEBRASILIA	1.433	3.061	6.689	10.719	37.734	121.074
04011500	TELECOM. DO CEARA S/A - TELECEARA	1.191	3.733	5.412	8.419	22.080	89.049
04011600	TELECOM. DO ESPIRITO SANTO S/A - TELLES	605	1.008	4.332	7.375	21.390	74.468
04011700	TELECOM. DE GOIAS S/A - TELEGOIAS	1.017	1.530	3.099	5.293	23.704	106.803
04011800	TELECOM. DO MARANHAO S/A - TELMA	509	1.291	2.398	5.726	15.226	44.610
04011900	TELECOM. DO MATO GROSSO S/A - TELEMAT	1.134	3.627	6.777	11.483	37.703	116.873
04012000	TELECOM. DO PARA S/A - TELEPARA	674	1.900	3.439	6.046	21.379	84.990
04012100	TELECOM. DA PARATIBA S/A - TELPA	326	548	1.759	3.441	11.182	39.269
04012200	TELECOM. DE PERNAMBUCO S/A - TELPE	1.138	1.888	3.083	6.420	20.842	79.273
04012300	TELECOM. DE PIAUI S/A - TELEPIA	322	670	1.533	3.873	10.036	40.767
04012400	TELECOM. DO RIO GRANDE DO NORTE S/A	203	263	1.650	4.322	8.030	32.640
04012500	TELECOM. DE RONDONIA S/A - TELERON	214	643	1.572	3.382	11.595	46.235
04012600	TELECOM. DE RORAIMA S/A - TELAIMA	64	109	234	803	2.396	8.077
04012700	TELECOM. DE SERGIPE S/A - TELERGIPE	449	530	1.124	2.062	8.115	27.836
***** TOTAL DAS EMPRESAS *****		51.373	121.661	260.979	525.173	1.557.361	5.529.286
***** TOTAL DO GRUPO *****		51.801	120.718	267.355	529.298	1.549.160	5.497.932
							12.323.720
							16.114.000

CODIGO	NOME EMPRESA	EM NOZS MIL DE 1980					
		1980	1981	1982	1983	1984	1985
04010000	TELECOM. BRAS. S/A - TELEBRAS	224.190	209.355	230.713	159.575	155.058	240.258
04010100	CIA. DE TELEFONES DO R.J. - CETEL	65.253	91.727	196.064	110.627	79.220	250.450
04010200	EMP. BRAS. DE TELEFON. S/A - EMBRATEL	860.603	876.570	1.432.575	907.920	834.785	-
04010300	TELECOM. DA BAHIA - TELEBAHIA	327.985	316.023	363.805	132.535	116.360	290.143
04010400	TELECOM. DE MINAS GERAIS S/A - TELMIG	259.106	236.735	373.096	210.032	192.754	350.249
04010500	TELECOM. DO PARANA S/A - TELEPAR	306.370	370.676	398.533	259.936	205.725	300.777
04010600	TELECOM. DO R.J. S/A - TELERJ	334.144	456.966	643.960	433.100	326.236	320.836
04010700	TELECOM. DE SANTA CATARINA S/A - TELSC	112.667	172.530	277.453	124.161	72.643	377.607
04010800	TELECOM. DE SAO PAULO - TELESF	1.060.289	1.029.676	2.281.004	1.400.900	1.077.590	-
04010900	CIA. TELEFONICA DA BORDA DO CAMPO - CIBIC	83.475	114.430	100.440	126.001	86.591	1.594.729
04011000	CIA. TEL. MELHORAMENTOS E RESISTENCIA	11.543	14.073	25.020	11.207	9.127	160.063
04011100	TELECOM. DO ACRE S/A - TELEMACE	12.115	3.559	7.203	4.406	6.461	14.367
04011200	TELECOM. DE ALAGOAS S/A - TELASA	11.639	11.114	20.350	22.027	15.492	10.465
04011300	TELECOM. DO AMAPA S/A - TELEAMAPA	4.308	6.153	13.155	9.013	4.015	23.965
04011400	TELECOM. DO AMAZONAS S/A - TELEAMAZON	46.364	60.017	75.030	47.415	30.662	7.438
04011500	TELECOM. DE BRASILIA - TELEBRASILIA	136.700	146.009	172.277	90.957	30.662	46.936
04011600	TELECOM. DO CEARA S/A - TELECEARA	153.621	170.064	156.136	77.724	93.089	106.199
04011700	TELECOM. DO ESPIRITO SANTO S/A - TELESF	65.347	86.241	126.420	60.006	54.471	70.095
04011800	TELECOM. DE GOIAS S/A - TELEGOIAS	97.021	72.901	89.406	40.064	52.769	65.300
04011900	TELECOM. DO MARANHAO S/A - TELMA	40.558	61.500	69.102	52.067	50.477	93.666
04012000	TELECOM. DO MATO GROSSO S/A - TELEMAT	100.183	173.067	195.516	52.067	37.562	39.122
04012100	TELECOM. DO PARA S/A - TELEPARA	64.297	91.011	99.245	105.272	93.013	102.497
04012200	TELECOM. DA PARAIBA S/A - TELPA	31.100	26.139	54.901	53.267	52.741	74.536
04012300	TELECOM. DE PERNAMBUCO S/A - TELPE	100.565	90.017	112.024	31.767	27.505	34.438
04012400	TELECOM. DE PIAUI S/A - TELEPIA	30.718	32.340	44.227	59.269	51.417	67.522
04012500	TELECOM. DO RIO GRANDE DO NORTE S/A	19.366	12.545	47.602	39.755	24.708	35.752
04012600	TELECOM. DE RONDONIA S/A - TELERON	20.415	30.671	45.352	41.747	19.027	20.632
04012700	TELECOM. DE RORAIMA S/A - TELATMA	6.105	5.959	45.352	31.222	20.604	40.540
04012800	TELECOM. DE SERGIPE S/A - TELSERIPE	42.834	25.662	67.427	7.413	5.910	7.003
04012900	TELECOM. DE SERGIPE S/A - TELSERIPE	42.834	25.662	67.427	7.413	5.910	7.003
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	4.900.904	5.003.777	7.760.041	4.040.397	3.047	4.047
*****	TOTAL DO GRUPO *****	4.065.495	5.750.240	7.710.961	4.040.446	3.022	4.022
							5.017

FONTE : DADOS DA TABELA 16

NOTA : VALORES ORÇAMENTADOS PARA O PERÍODO 1980-1985

INVESTIMENTOS
GRUPO : - TELEBRAS

CODIGO	NOME EMPRESA	INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)						
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
04010000	TELECOM. BRAS. S/A - TELEBRAS	100,00	93,38	102,90	71,17	69,16	107,16	115,28
04010100	- CIA. DE TELEFONES DO R.J. - CETEL	100,00	140,57	300,16	169,53	121,40	111,22	-
04010200	EMP. BRAS. DE TELECOM. S/A - EMBRATEL	100,00	101,06	166,46	115,02	97,00	100,93	115,05
04010300	- TELECOM. DA BAHIA - TELEBAHIA	100,00	96,59	110,94	55,65	35,47	72,29	109,22
04010400	- TELECOM. DE MINAS GERAIS S/A - TELEMIG	100,00	91,36	144,30	84,14	74,39	115,33	146,95
04010500	- TELECOM. DO PARANA S/A - TELEPAR	100,00	95,93	103,14	67,27	53,24	63,18	83,03
04010600	- TELECOM. DO R.J. S/A-TELERJ	100,00	85,55	120,55	81,08	61,07	81,56	70,69
04010700	- TELECOM. DE SANTA CATARINA S/A TELESC	100,00	153,13	201,88	110,20	64,47	84,63	-
04010800	- TELECOM. DE SAO PAULO - TELESF	100,00	121,27	213,59	131,13	100,87	125,22	149,27
04010900	- CIA. TELEFONICA DA BORDA DO CAMPO - CIBIC	100,00	137,14	225,75	151,04	103,73	138,71	201,33
04010900	- CIA. TEL. MELHORAMENTOS E RESISTENCIA	100,00	121,48	223,68	97,08	79,06	124,46	-
04011000	- TELECOM. DO ACRE S/A - TELEACRE	100,00	32,67	75,96	37,02	53,33	86,38	-
04011100	- TELECOM. DE ALAGOAS S/A - TELASA	100,00	95,49	260,78	109,26	133,11	205,92	-
04011200	- TELECOM. DO AMAPA S/A - TELEAMAPA	100,00	140,22	299,79	223,63	110,41	170,64	-
04011300	- TELECOM. DO AMAZONAS S/A - TELEAMAZON	100,00	131,17	161,84	102,26	83,81	101,23	-
04011400	- TELECOM. DE BRASILIA - TELBRASILIA	100,00	106,00	141,15	72,38	60,09	77,68	-
04011500	- TELECOM. DO CEARA S/A - TELECEARA	100,00	156,71	137,41	68,40	47,94	68,73	-
04011600	- TELECOM. DO ESPIRITO SANTO S/A - TELESF	100,00	131,96	193,45	104,18	80,74	99,93	-
04011700	- TELECOM. DE GOIAS S/A - TELEGOIAS	100,00	75,22	92,15	50,36	60,27	96,54	-
04011800	- TELECOM. DO MARAHO S/A - TELMA	100,00	126,81	142,47	103,86	77,35	80,56	-
04011900	- TELECOM. DO MATO GROSSO S/A - TELEMAT	100,00	159,92	100,72	97,30	85,97	94,74	-
04012000	- TELECOM. DO PARA S/A - TELEPARA	100,00	141,54	154,30	98,29	82,02	115,92	-
04012100	- TELECOM. DA PARAIBA S/A - TELPA	100,00	84,04	166,88	107,14	88,69	110,73	-
04012200	- TELECOM. DE PERNAMBUCO S/A - TELPE	100,00	82,95	103,18	54,59	47,36	64,03	-
04012300	- TELECOM. DE PIAUI S/A - TELEPIA	100,00	105,20	143,97	116,39	80,59	116,38	-
04012400	- TELECOM. DO RIO GRANDE DO NORTE S/A	100,00	64,77	245,80	215,56	102,39	147,84	-
04012500	- TELECOM. DE RONDONIA S/A - TELERON	100,00	150,23	222,15	152,93	140,11	198,61	-
04012600	- TELECOM. DE RORAIMA S/A - TELAIMA	100,00	85,15	110,56	121,42	76,00	116,01	-
04012700	- TELECOM. DE SERGIPE S/A - TELERGIPE	100,00	59,91	75,70	61,68	46,73	56,99	-
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	100,00	118,40	158,33	90,72	0,07	0,07	0,09
*****	TOTAL DO GRUPO *****	100,00	118,34	158,64	99,27	0,07	0,09	0,11

INVESTIMENTOS
GRUPO : - TELEBRAS

CODIGO	NOME EMPRESA	PERCENTAGEM					
		1980	1981	1982	1983	1984	1985
04010000	TELECOM. BRAS. S/A - TELEBRAS	4,57	3,60	2,97	3,29	4,03	4,95
04010100	CTA. DE TELEFONES DO R.J. - CETEL	1,33	1,58	2,52	2,28	2,06	1,49
04010200	EMP. BRAS. DE TELECOM. S/A - EMBRATEL	17,55	15,10	18,46	20,41	21,72	17,91
04010300	TELECOM. DA BAHIA - TELEBAHIA	6,69	5,45	4,60	3,76	3,02	4,88
04010400	TELECOM. DE MINAS GERAIS S/A - TELEMIG	5,28	4,87	4,81	4,49	5,01	6,16
04010500	TELECOM. DO PARANA S/A - TELEPAR	7,80	6,38	5,13	5,36	5,35	5,03
04010600	TELECOM. DO R.J. S/A TELERJ	10,89	7,87	8,29	8,93	8,49	8,98
04010700	TELECOM. DE SANTA CATARINA S/A TELESC	2,29	2,97	2,93	2,56	1,89	1,96
04010800	TELECOM. DE SAO PAULO - TELESP	21,79	31,52	29,40	28,89	28,04	27,58
04010801	CIA TELEFONICA DA BORDA DO CAMPO - CIBOC	1,70	1,97	2,42	2,60	2,25	2,38
04010900	CIA. TEL. MELHORAMENTOS E RESISTENCIA	0,23	0,24	0,33	0,23	0,23	0,29
04011000	TELECOM. DO ACRE S/A - TELEACRE	0,24	0,06	0,11	0,09	0,16	0,21
04011100	TELECOM. DE ALAGOAS S/A - TELASA	0,23	0,19	0,39	0,45	0,40	0,49
04011200	TELECOM. DO AMAPA S/A - TELEAMAPA	0,08	0,10	0,16	0,20	0,12	0,15
04011300	TELECOM. DO AMAZONAS S/A - TELEAMAZON	0,94	1,04	0,96	0,97	1,01	0,96
04011400	TELECOM. DE BRASILIA - TELEBRASILIA	2,70	2,51	2,48	2,84	2,42	2,19
04011500	TELECOM. DO CEARA S/A - TELECEARA	2,31	3,06	2,81	1,60	1,41	1,61
04011600	TELECOM. DO ESPIRITO SANTO S/A - TELESPI	1,33	1,48	1,62	1,40	1,37	1,34
04011700	TELECOM. DE GOIAS S/A - TELEGOIAS	1,97	1,25	1,15	1,00	1,52	1,93
04011800	TELECOM. DO MARANHAO S/A - TELMA	0,99	1,06	0,89	1,09	0,97	0,80
04011900	TELECOM. DO MATO GROSSO S/A - TELMAT	2,20	2,98	2,31	2,17	2,42	2,11
04012000	TELECOM. DO PARA S/A - TELEPARA	1,31	1,56	1,27	1,30	1,37	1,53
04012100	TELECOM. DA PARAIBA S/A - TEIPA	0,63	0,45	0,66	0,65	0,71	0,71
04012200	TELECOM. DE PERNAMBUCO S/A - TELPE	2,21	1,55	1,44	1,22	1,33	1,43
04012300	TELECOM. DE PIAUI S/A - TELEPIAUI	0,62	0,55	0,56	0,73	0,64	0,73
04012400	TELECOM. DO RIO GRANDE DO NORTE S/A	0,39	0,21	0,61	0,86	0,51	0,59
04012500	TELECOM. DE RONDONIA S/A - TELERON	0,41	0,52	0,58	0,64	0,74	0,83
04012600	TELECOM. DE RORAIMA S/A - TELAIMA	0,12	0,08	0,00	0,15	0,15	0,14
04012700	TELECOM. DE SERGIPE S/A - TELERGIPE	0,87	0,44	0,41	0,54	0,52	0,50
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
*****	TOTAL DO GRUPO *****	99,27	99,22	99,47	99,62	99,47	99,43

CODIGO	NOME EMPRESA	1987	1988
04010000	TELECOM. BRAS. S/A - TELEBRAS	2.067	24.930
04010100	CIA. DE TELEFONES DO R.J. - CETEL	1.184	9.325
04010200	EMP. BRAS. DE TELECOM. S/A - EMBRATEL	7.600	71.940
04010300	TELECOM. DA BAHIA - TELEBAHIA	3.336	36.708
04010400	TELECOM. DE MINAS GERAIS S/A - TELEMIG	3.934	29.798
04010500	TELECOM. DO PARANA S/A - TELEPAR	3.240	22.429
04010600	TELECOM. DO R.J. S/A - TELERJ	4.702	53.109
04010700	TELECOM. DE SANTA CATARINA S/A - TELCEL	1.120	8.829
04010800	TELECOM. DE SAO PAULO - TELESF	15.464	104.576
04010901	CIA TELEFONICA DA BORDA DO CAMPO - CIBC	1.577	11.724
04010902	CIA. TEL. MELHORAMENTOS E RESISTENCIA	171	1.166
04011000	TELECOM. DO ACRE S/A - TELEACRE	202	1.022
04011100	TELECOM. DE ALAGOAS S/A - TELASA	423	2.690
04011200	TELECOM. DO AMAPA S/A - TELEAMAPA	107	1.224
04011300	TELECOM. DO AMAZONAS S/A - TELEMAMAZON	665	4.295
04011400	TELECOM. DE BRASILIA - TELEBRASILIA	1.357	11.809
04011500	TELECOM. DO CEARA S/A - TELECEARA	1.117	9.459
04011600	TELECOM. DO ESPRITO SANTO S/A - TELESF	820	7.310
04011700	TELECOM. DE GOIAS S/A - TELEGOIAS	1.052	7.164
04011800	TELECOM. DO MARAHHAO S/A - TELMA	840	5.726
04011900	TELECOM. DO MATO GROSSO S/A - TELMAT	91	4.019
04012000	TELECOM. DO PARA S/A - TELEPARA	1.010	6.700
04012100	TELECOM. DA PARAIBA S/A - TELPA	546	3.033
04012200	TELECOM. DE PERNAMBUCO S/A - TELPE	1.263	8.412
04012300	TELECOM. DE PIAUI S/A - TELEPIAUI	498	2.925
04012400	TELECOM. DO RIO GRANDE DO NORTE S/A	414	3.100
04012500	TELECOM. DE RONDONIA S/A - TELERON	441	2.354
04012600	TELECOM. DE RORAIMA S/A - TELAIMA	101	612
04012700	TELECOM. DE SERGIPE S/A - TELESERGIPE	350	2.771
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	55.713	459.954
*****	TOTAL DO GRUPO *****	56.601	462.073

CODIGO	NOME EMPRESA	1987	1988
04010000	TELECOM. BRAS. S/A - TELEBRAS	227	236
04010100	CIA. DE TELEFONES DO R.J. - CETEL	130	88
04010200	EMP. BRAS. DE TELECOM. S/A - EMBRATEL	837	631
04010300	TELECOM. DA BAHIA - TELEBAHIA	367	340
04010400	TELECOM. DE MINAS GERAIS S/A - TELMIG	433	292
04010500	TELECOM. DO PARANA S/A - TELEPAR	354	212
04010600	TELECOM. DO R.I. S/A - TELERJ	517	502
04010700	TELECOM. DE SANTA CATARINA S/A - TELES	123	76
04010800	TELECOM. DE SAO PAULO - TELES	1.782	220
04010900	CIA. TELEFONICA DA BORDA DO CAMPO - TIBO	173	111
04010900	CIA. TEL. MELHORAMENTOS E RESISTENCIA	18	11
04011000	TELECOM. DO ACRE S/A - TELEACRE	27	9
04011100	TELECOM. DE ALAGOAS S/A - TELASA	46	15
04011200	TELECOM. DO AMAPA S/A - TELEAMAPA	11	11
04011300	TELECOM. DO AMAZONAS S/A - TELEAMAZON	73	40
04011400	TELECOM. DE BRASILIA - TELEBRASILIA	149	111
04011500	TELECOM. DO CEARA S/A - TELECEARA	123	82
04011600	TELECOM. DO ESPIRITO SANTO S/A - TELES	91	62
04011700	TELECOM. DE GOIAS S/A - TELEGOIAS	115	67
04011800	TELECOM. DO MARANHAO S/A - TELMA	92	54
04011900	TELECOM. DO MATO GROSSO S/A - TELEMAT	19	38
04012000	TELECOM. DO PARA S/A - TELEPARA	114	63
04012100	TELECOM. DA PARAIBA S/A - TELPA	60	36
04012200	TELECOM. DE PERNAMBUCO S/A - TELPE	132	72
04012300	TELECOM. DE PIAUI S/A - TELEPIAUI	54	28
04012400	TELECOM. DO RIO GRANDE DO NORTE S/A	45	30
04012500	TELECOM. DE RONDONIA S/A - TELERON	40	26
04012600	TELECOM. DE RORAIMA S/A - TELAIMA	11	5
04012700	TELECOM. DE SERGIPE S/A - TELERSIPE	38	26
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	6.132	4.355
*****	TOTAL DO GRUPO *****	6.200	4.355

FONTE : DADOS DA TABELA 20

NOTA : VALORES INTERMEDIARIOS DO GRUPO DEVIDO A ROLAGEM DA TABELA

CODIGO	NOME EMPRESA	PERCENTAGEM	
		1987	1988
04010000	TELECOM. BRAS. S/A - TELEBRAS	3,71	5,42
04010100	CIA. DE TELEFONES DO R.J. - CETEL	2,12	2,02
04010200	EMP. BRAS. DE TELECOM. S/A - EMORATEL	13,65	15,64
04010300	TELECOM. DA BAHIA - TELEBAHIA	5,98	7,99
04010400	TELECOM. DE MINAS GERAIS S/A - TELEMIG	7,06	6,47
04010500	TELECOM. DO PARANA S/A - TELEPAR	5,77	4,87
04010600	TELECOM. DO R.J. S/A-TELERJ	0,43	11,54
04010700	TELECOM. DE SANTA CATARINA S/A-TELESC	2,01	1,74
04010800	TELECOM. DE SAO PAULO - TELES P	27,75	22,73
04010801	CIA TELEFONICA DA BORDA DO CAMPO - CIBOC	2,83	2,54
04010900	CIA. TEL. MELHORAMENTOS E RESISTENCIA	0,30	0,25
04011000	TELECOM. DO ACRE S/A - TELEACRE	0,36	0,22
04011100	TELECOM. DE ALAGOAS S/A - TELASA	0,75	0,50
04011200	TELECOM. DO AMAPA S/A - TELEAMAPA	0,10	0,26
04011300	TELECOM. DO AMAZONAS S/A - TELEAMAZON	1,17	0,93
04011400	TELECOM. DE BRASILIA - TELEBRASILIA	2,43	2,56
04011500	TELECOM. DO CEARA S/A - TELECEARA	2,00	2,05
04011600	TELECOM. DO ESPRITO SANTO S/A - TELESPI	1,40	1,50
04011700	TELECOM. DE GOIAS S/A - TELEGOIAS	1,00	1,55
04011800	TELECOM. DO MARANHAO S/A - TELMA	1,50	1,24
04011900	TELECOM. DO MATO GROSSO S/A - TELEMAT	0,16	0,88
04012000	TELECOM. DO PARA S/A - TELEPARA	1,06	1,40
04012100	TELECOM. DA PARAIBA S/A - TELPA	0,98	0,93
04012200	TELECOM. DE PERNAMBUCO S/A - TELPE	2,26	1,82
04012300	TELECOM. DE PIAUI S/A - TELEPIA	0,09	0,61
04012400	TELECOM. DO RIO GRANDE DO NORTE S/A	0,74	0,69
04012500	TELECOM. DE RONDONIA S/A - TELERON	0,77	0,61
04012600	TELECOM. DE RORAIMA S/A - TELAIMA	0,10	0,13
04012700	TELECOM. DE SERGIPE S/A - TELERGIPE	0,62	0,50
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	100,00	100,00
*****	TOTAL DO GRUPO *****	101,60	100,46

Tabela 24
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS - 1980/1986
GRUPO : SIDERBRAS

	EM MILHOES CORRENTES						
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	129	249	390	1.018	2.846	10.668	23.129
INVESTIMENTOS	113	198	280	390	557	1.964	6.314
AMORTIZACOES	15	45	102	615	2.246	7.727	16.409
INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1	6	7	12	43	978	326
DESPESAS CORRENTES	156	381	790	1.791	7.598	27.980	63.816
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34	75	140	283	892	3.553	10.212
ENCARGOS FINANCEIROS	15	101	270	620	2.796	10.297	16.548
INTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS CUSTEIOS	107	264	380	888	3.910	14.130	37.056
TOTAL DE DISPENDIOS	285	630	1.180	2.808	10.444	38.648	86.945
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	139	292	556	1.245	5.370	21.356	53.882
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	8	16	33	192	861	2.295
RECURSOS DO TESOURO	14	42	103	129	316	646	5.727
OPERACOES DE CREDITO	89	239	405	656	3.590	7.110	6.683
INTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS AVIS.NF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	7	13	51	324	577	379	800
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	46	57	432	931	8.145	18.411
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-	-	-	-	-	-
VAR. DO DISPONIVEL	37	-8	-8	-11	-535	151	-852
TOTAL DE RECURSOS	285	630	1.180	2.808	10.444	38.648	86.945

FORTE : ELABORACAO IESP/FUNDAP A PARTIR DE DADOS DA SEST-SEPLAN.

Tabela 25
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS - 1980/1986
GRUPO : SIDERBRAS

EM NCz\$ MILHOES DE 1989

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	12.307	11.877	11.252	9.398	7.021	9.356	8.350
INVESTIMENTOS	10.780	9.445	8.078	3.600	1.374	1.722	2.279
AMORTIZACOES	1.431	2.147	2.943	3.678	5.541	6.777	5.933
INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	95	286	202	111	106	858	118
DESPESAS CORRENTES	14.882	18.174	22.792	16.535	18.744	24.538	23.038
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.244	3.578	4.039	2.613	2.201	3.116	3.687
ENCARGOS FINANCEIROS	1.431	4.818	7.796	5.724	6.898	9.030	5.974
INTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS CUSTEIOS	10.208	9.731	10.963	8.198	9.646	12.392	13.377
TOTAL DE DISPENDIOS	27.189	30.051	34.043	25.923	25.765	33.894	31.387
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	13.261	13.928	16.041	11.494	13.248	18.729	19.451
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	382	462	305	474	755	828
RECURSOS DO TESOURO	1.336	2.003	2.972	1.191	700	567	2.067
OPERACOES DE CREDITO	8.491	11.400	11.684	6.056	8.869	6.235	2.413
INTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/GB588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	668	620	1.471	2.991	1.423	332	289
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	2.194	1.644	3.988	2.297	7.143	6.646
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-	-	-	-	-	-
VAR. DO DISPONIVEL	3.530	-381	-230	-101	-1.319	132	-307
TOTAL DE RECURSOS	27.189	30.051	34.043	25.923	25.765	33.894	31.387

FONTE : DADOS DA TABELA 24

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

Tabela 26
ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPÊNDIOS - 1980/1986
GRUPO : SIDERBRAS

	ÍNDICES DE EVOLUÇÃO (1980=100)						
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DESPÊNDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	100,00	96,51	91,43	76,36	57,05	76,02	67,85
INVESTIMENTOS	100,00	87,61	74,93	33,39	12,74	15,97	21,14
AMORTIZAÇÕES	100,00	150,03	203,66	396,78	387,21	473,58	416,00
INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100,00	301,95	212,63	116,84	111,57	903,15	124,21
DESPESAS CORRENTES	100,00	122,12	153,15	111,10	125,95	164,88	154,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100,03	110,32	124,54	80,57	67,86	96,08	113,69
ENCARGOS FINANCEIROS	100,00	336,68	544,37	400,00	482,04	631,02	417,47
INTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS CUSTEIOS	100,00	95,33	107,40	80,31	94,50	121,40	131,05
TOTAL DE DESPÊNDIOS	100,00	110,52	125,20	95,34	94,76	124,66	115,44
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	100,00	105,03	120,97	86,68	99,90	141,24	146,68
RECEITA NÃO OPERACIONAL	-	100,26	121,25	80,05	124,40	198,16	217,32
RECURSOS DO TESOURO	100,07	150,03	222,62	89,21	58,42	42,47	154,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100,01	134,27	137,62	71,33	104,46	73,43	28,42
INTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
INTERNAS-BENS E SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-BENS E SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS AVIS.NF/30/09/GB588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	100,14	92,95	220,33	448,42	213,34	49,77	43,32
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	100,00	74,93	181,76	104,69	325,56	302,91
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-	-	-	-	-	-
VAR. DO DISPONÍVEL	100,02	-10,79	-6,51	-2,86	-37,37	3,74	-8,69
TOTAL DE RECURSOS	100,00	110,52	125,20	95,34	94,76	124,66	115,44

FONTE : DADOS DA TABELA 24

Tabela 27
ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPÊNDIOS - 1980/1986
GRUPO : SIDERBRAS

	PERCENTAGEM							
	ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	45,24	39,57	33,04	36,23	27,25	27,60	26,60	
INVESTIMENTOS	39,69	31,38	23,74	13,90	5,33	5,08	7,26	
AMORTIZACOES	5,13	7,19	8,67	21,89	21,50	19,99	18,96	
INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-	
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-	
EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-	
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,41	0,99	0,61	0,43	0,41	2,52	0,37	
DESPESAS CORRENTES	54,75	60,42	66,95	63,76	72,74	72,39	73,39	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11,99	11,96	11,86	10,07	8,54	9,19	11,74	
ENCARGOS FINANCEIROS	5,31	16,02	22,88	22,07	26,77	26,64	19,03	
INTERNOS	-	-	-	-	-	-	-	
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-	
EXTERNOS	-	-	-	-	-	-	-	
OUTROS CUSTEIOS	37,44	32,43	32,20	31,61	37,43	36,56	42,62	
TOTAL DE DISPENDIOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	48,61	46,29	47,14	44,33	51,41	55,25	61,97	
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	1,26	1,39	1,19	1,83	2,22	2,63	
RECURSOS DO TESOURO	4,87	6,68	8,69	4,59	3,02	1,67	6,58	
OPERACOES DE CREDITO	31,06	37,98	34,35	23,35	34,42	18,39	7,68	
INTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-	
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-	
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-	
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-	
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-	
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-	
OUTROS RECURSOS	2,57	2,01	4,35	11,54	5,52	0,97	0,92	
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	7,24	4,81	15,40	8,91	21,07	21,17	
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	-	-	-	-	-	-	
VAR. DO DISPONIVEL	12,86	-1,49	-0,75	-0,41	-5,13	0,39	-0,98	
TOTAL DE RECURSOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : DADOS DA TABELA 24

Tabela 28

ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS
GRUPO : SIDERBRAS

EM MILHOES CORRENTES

ANOS	1987	1988
DISPENDIOS	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	202	1.128
INVESTIMENTOS	24	106
AMORTIZACOES	177	709
INTERNAS	77	206
RESOLUCAO 63	18	163
EXTERNAS	81	341
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1	314
DESPESAS CORRENTES	276	2.175
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38	322
MATERIAL E PRODUTOS	70	659
SERVICOS DE TERCEIROS	29	231
TRIB. PARAFISCAIS	22	175
ENCARGOS FINANCEIROS	104	648
INTERNAS	68	381
RESOLUCAO 63	27	203
EXTERNAS	8	65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13	141
TOTAL DE DISPENDIOS	477	3.303
RECURSOS	-	-
RECEITA	208	2.182
VENDA DE BENS E SERVICOS	188	1.650
SUBSIDIO DO TESOURO	-	-
DEMAIS OPERACIONAIS	19	172
NAO OPERACIONAIS	2	360
RECURSOS P/AUX.DE PATR.LIQ.	182	688
TESOURO	173	679
FND	-	-
PART.CAPITAL-ESTATAIS	9	-
PART.CAPITAL-MERC.ABERTO	-	-
OUTROS	-	9
RETORNO DE APLIC.FINANC.L.P.	-	5
OPERACOES DE CREDITO	135	9
INTERNAS - MOEDAS	87	4
INTERNAS - BENS E SERVICOS	2	3
RESOLUCAO 63	13	1
EXTERNAS - MOEDAS	32	-
EXTERNAS - BENS E SERVICOS	-	1
OUTROS RECURSOS	1	823
TESOURO	-	-
FND	-	-
OUTROS	1	823
VAR.OPER.DE CRED.CURTO PRAZO	-30	-2
OUTRAS VAR. CAPITAL DE GIRO	-16	-355
VARIACAO DO DISPONIVEL	-	-43
TOTAL DE RECURSOS	477	3.303

FONTE: SEST - SEPLAN RELATORIO ANUAL, 1987,1988.

Tabela 29

ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS

GRUPO : SIDERBRAS

EM R\$ MILHOES DE 1989

ANOS	1987	1988
DISPENDIOS	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	22.198	10.684
INVESTIMENTOS	2.639	1.001
AMORTIZACOES	19.434	6.713
INTERNAS	8.523	1.946
RESOLUCAO 63	1.972	1.539
EXTERNAS	8.938	3.227
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	125	2.970
DESPESAS CORRENTES	30.350	20.597
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.185	3.045
MATERIAL E PRODUTOS	7.730	6.239
SERVICOS DE TERCEIROS	3.179	2.190
TRIB. PARAFISCAIS	2.457	1.657
ENCARGOS FINANCEIROS	11.419	6.135
INTERNAS	7.497	3.603
RESOLUCAO 63	2.990	1.919
EXTERNAS	932	613
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.381	1.331
TOTAL DE DISPENDIOS	52.548	31.281
RECURSOS	-	-
RECEITA	22.917	20.664
VENDA DE BENS E SERVICOS	20.675	15.627
SUBSIDIO DO TESOURO	-	-
DEMAIS OPERACIONAIS	2.036	1.625
NAO OPERACIONAIS	206	3.413
RECURSOS P/AUM.DE PATR.LIQU.	20.045	6.514
TESOURO	19.044	6.428
FND	-	-
PART.CAPITAL-ESTATAIS	971	-
PART.CAPITAL-MERC.ABERTO	-	-
OUTROS	30	86
RETORNO DE APLIC.FINANC.L.P.	-	43
OPERACOES DE CREDITO	14.864	81
INTERNAS - MOEDAS	9.609	37
INTERNAS - BENS E SERVICOS	253	26
RESOLUCAO 63	1.437	9
EXTERNAS - MOEDAS	3.542	-
EXTERNAS - BENS E SERVICOS	23	9
OUTROS RECURSOS	98	7.797
TESOURO	-	-
FND	-	-
OUTROS	98	7.797
VAR.OPER.DE CRED.CURTO PRAZO	-3.459	-24
OUTRAS VAR. CAPITAL DE GIRO	-1.090	-3.375
VARIACAO DO DISPONIVEL	-25	-417
TOTAL DE RECURSOS	52.548	31.281

FONTE : DADOS DA TABELA 28

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

Tabela 30

ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS

GRUPO : SIDERBRAS

INDICES DE EVOLUCAO (1987=100)

ANOS	1987	1988
DISPENDIOS	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	100,00	48,13
INVESTIMENTOS	150,00	37,93
AMORTIZACOES	100,00	34,54
INTERNAS	100,00	22,83
RESOLUCAO 63	200,00	78,04
EXTERNAS	112,56	36,16
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	-	2.376,00
DESPESAS CORRENTES	100,00	67,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100,00	72,75
MATERIAL E PRODUTOS	114,28	80,71
SERVICOS DE TERCEIROS	100,00	68,88
TRIB. PARAFISCAIS	100,00	67,43
ENCARGOS FINANCEIROS	100,00	53,72
INTERNAS	100,00	48,05
RESOLUCAO 63	150,00	64,18
EXTERNAS	-	65,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100,00	96,37
TOTAL DE DISPENDIOS	101,92	59,52
RECURSOS	-	-
RECEITA	104,54	90,16
VENDA DE BENS E SERVICOS	105,00	75,58
SUBSIDIO DO TESOURO	-	-
DEMAIS OPERACIONAIS	100,00	79,81
NAO OPERACIONAIS	-	1.656,79
RECURSOS P/AUM.DE PATR.LIQ.	100,00	32,49
TESOURO	100,00	33,75
FND	-	-
PART.CAPITAL-ESTATAIS	-	-
PART.CAPITAL-MERC.ABERTO	-	-
OUTROS	-	286,66
RETORNO DE APLIC.FINANC.L.P.	-	-
OPERACOES DE CREDITO	107,14	0,54
INTERNAS - MOEDAS	111,11	0,38
INTERNAS - BENS E SERVICOS	-	10,27
RESOLUCAO 63	100,00	0,62
EXTERNAS - MOEDAS	133,33	-
EXTERNAS - BENS E SERVICOS	-	39,13
OUTROS RECURSOS	-	7.956,12
TESOURO	-	-
FND	-	-
OUTROS	-	7.956,12
VAR.OPER.DE CRED.CURTO PRAZO	66,66	0,69
OUTRAS VAR. CAPITAL DE GIRO	100,00	178,57
VARIACAO DO DISPONIVEL	-	1.668,00
TOTAL DE RECURSOS	101,92	59,52

FONTE : DADOS DA TABELA 28

Tabela 31
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS
GRUPO : SIDERBRAS

	PERCENTAGEM		
	ANOS	1987	1988
<hr/>			
DISPENDIOS		-	-
DESPESAS DE CAPITAL		42,24	34,15
INVESTIMENTOS		5,02	3,26
AMORTIZACOES		36,98	21,45
INTERNAS		16,22	6,22
RESOLUCAO 63		3,75	4,92
EXTERNAS		17,00	16,31
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		0,23	9,49
DESPESAS CORRENTES		57,75	65,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		7,96	9,73
MATERIAL E PRODUTOS		14,71	19,94
SERVICOS DE TERCEIROS		6,04	7,00
TRIB. PARAFISCAIS		4,67	5,29
ENCARGOS FINANCEIROS		21,72	19,61
INTERNAS		14,26	11,31
RESOLUCAO 63		5,68	6,13
EXTERNAS		1,77	1,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2,62	4,25
TOTAL DE DISPENDIOS		100,00	100,00
<hr/>			
RECURSOS		-	-
RECEITA		43,61	66,06
VENDA DE BENS E SERVICOS		39,34	49,95
SUBSIDIO DO TESOURO		-	-
DEMAIS OPERACIONAIS		3,87	5,19
NAO OPERACIONAIS		0,39	10,90
RECURSOS P/AUM.DE PATR.LIQU.		38,14	20,82
TESOURO		36,24	20,54
FND		-	-
PART.CAPITAL-ESTATAIS		1,84	-
PART.CAPITAL-MERC.ABERTO		-	-
OUTROS		0,05	0,27
RETORNO DE APLIC.FINANC.L.P.		-	0,13
OPERACOES DE CREDITO		28,28	0,25
INTERNAS - MOEDAS		18,28	0,11
INTERNAS - BENS E SERVICOS		0,48	0,08
RESOLUCAO 63		2,73	0,03
EXTERNAS - MOEDAS		6,74	-
EXTERNAS - BENS E SERVICOS		0,04	0,02
OUTROS RECURSOS		0,18	24,92
TESOURO		-	-
FND		-	-
OUTROS		0,18	24,92
VAR.OPER.DE CRED.CURTO PRAZO		-6,58	-0,08
OUTRAS VAR. CAPITAL DE GIRO		-3,59	-10,79
VARIACAO DO DISPONIVEL		-0,04	-1,33
TOTAL DE RECURSOS		100,00	100,00

FONTE : DADOS DA TABELA 28

Tabela 32
VARIAVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUICAO PERCENTUAL
INVESTIMENTO
GRUPO : - SIDERBRAS

		EM MOEDAS MIL CORRENTES						
CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
03010000	SIDERURGIA BRAS. S/A - SIDERBRAS	513	1.886	2.931	17.488	28.624	28.582	71.959
03010100	ACO MINAS GERAIS S/A - ACOMINAS	49.208	39.355	52.246	68.635	157.662	692.311	1.376.438
03010200	CIA. SIDERURGICA NACIONAL - CSN	24.936	34.389	39.812	44.993	99.710	193.811	666.400
03010201	CARBONIFERA PROSPERA S/A	107	166	472	1.871	2.176	21.542	-
03010202	FEM - FABRICA DE ESTRUTURAS METALICAS S	282	296	218	256	612	1.231	-
03010300	CIA. SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA	19.715	26.945	43.521	56.588	156.917	817.699	3.353.471
03010400	CIA. SIDERURGICA DE TUBARAO - CST	9.026	91.371	126.000	195.921	89.545	56.152	223.915
03010500	USINA SIDERURGICA DA BAHIA S/A - USIBA	160	126	182	127	1.732	4.870	-
03010600	USINAS SIDERURG. DE M.G. S/A - USIMINAS	8.128	11.459	13.617	3.578	17.103	125.346	365.353
03010700	ACOS FINOS PIRATINI S/A - AIP	290	22	-	164	1.487	2.188	-
03010800	CIA. FERRO E ACO DE VITORIA - COFAVI	726	603	827	726	781	18.517	-
03010900	CIA. SIDERURG. DE MOGI DAS CRUZES - COSI	68	19	137	32	224	1.899	-
03011000	CIA. BRAS. DE PROJ. INDUSTRIAIS - COBRAP	-	-	14	4	118	1.133	-
03011200	FEM - FAB. DE ESTRUTURAS METALICAS S/A	-	-	-	-	-	-	-
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	113.159	197.557	280.057	390.395	556.693	1.963.601	6.057.536
*****	TOTAL DO GRUPO *****	113.201	197.684	280.176	390.394	556.693	1.963.601	6.314.000

Tabela 33
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
 INVESTIMENTO
 GRUPO : - - SIDERBRAS

CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
03010000	SIDERURGIA BRAS. S/A - SIDERBRAS	48.940	89.962	84.559	160.636	70.615	24.996	25.977
03010100	ACO MINAS GERAIS S/A - ACOMINAS	4.694.443	1.447.933	1.507.297	633.638	388.952	607.136	496.874
03010200	CIA. SIDERURGICA NACIONAL - CSN	2.378.894	1.636.539	1.148.576	415.375	245.984	169.270	240.570
03010201	CARBONIFERA PROSPERA S/A	10.207	7.918	13.617	17.273	5.368	18.892	-
03010202	LEN - FABRICA DE ESTRUTURAS METALICAS S	26.902	14.119	6.289	2.363	1.509	1.079	-
03010300	CIA. SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA	1.888.811	1.285.276	1.255.580	522.420	387.119	717.122	1.210.603
03010400	CIA. SIDERURGICA DE IJABARO - CSI	861.080	4.358.396	3.637.408	1.808.742	220.907	49.745	80.833
03010500	USINA SIDERURGICA DA BAHIA S/A - USIBA	13.264	6.010	5.250	1.172	4.272	4.270	-
03010600	USINAS SIDERURG. DE M.G. S/A - USIMINAS	775.411	546.594	392.850	33.955	42.193	109.928	131.892
03010700	ACOS FINOS PIRATINI S/A - AFP	27.666	1.049	-	1.514	3.668	1.918	-
03010800	CIA. FERRO E ACO DE VITORIA - COFAVI	69.260	28.763	23.850	6.702	1.926	16.239	-
03010900	CIA. SIDERURG. DE MOGI DAS CRUZES - COSI	6.487	906	3.952	295	552	963	-
03011000	CIA. BRAS. DE PROJ. INDUSTRIAIS - COBRAP	-	-	403	36	291	973	-
03011200	LEN - FAB. DE ESTRUTURAS METALICAS S/A	-	-	-	-	-	-	-
***** TOTAL DAS EMPRESAS *****		10.795.368	9.423.468	8.079.644	3.604.126	1.373.361	1.722	2.187
***** TOTAL DO GRUPO *****		10.799.375	9.429.526	8.083.077	3.604.117	1.373.361	1.722	2.279

FONT : DADOS DA TABELA 32
 NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MILI. MEDIA ANUAL

Tabela 34
VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
INVESTIMENTO
GRUPO : - - SIDERBRAS

ÍNDICES DE EVOLUÇÃO (1980=100)									
CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	
03010000	SIDERURGIA BRAS. S/A - SIDERBRAS	100,00	103,82	172,78	109,23	144,28	51,07	53,07	
03010100	ACO MINAS GERAIS S/A - ACOMINAS	100,00	39,84	32,10	13,49	8,28	12,93	10,58	
03010200	CIA. SIDERURGICA NACIONAL - CSN	100,00	68,79	48,28	17,46	10,34	7,11	10,11	
03010201	CARBONIFERA PROSPERA S/A	100,00	77,57	133,40	169,22	52,39	185,08	-	
03010202	FEM - FABRICA DE ESTRUTURAS METALICAS S	100,00	52,48	23,37	8,78	5,60	4,01	-	
03010300	CIA. SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA	100,00	68,33	66,75	27,77	20,59	38,12	64,36	
03010400	CIA. SIDERURGICA DE TUBARAO - CST	100,00	506,15	422,42	218,05	29,65	5,71	9,38	
03010500	USINA SIDERURGICA DA BAHIA S/A - USIBA	100,00	39,37	34,39	7,67	27,90	27,97	-	
03010600	USINAS SIDERURG. DE M.G. S/A - USIMINAS	100,00	70,49	50,66	4,37	5,44	14,17	17,00	
03010700	ACOS FINOS PIRATINI S/A - AFP	100,00	3,79	-	5,47	13,25	6,73	-	
03010800	CIA. FERRO E ACO DE VITORIA - COFAVI	100,00	41,52	34,44	9,67	2,78	23,44	-	
03010900	CIA. SIDERURG. DE MOGI DAS CRUZES - COSI	100,00	13,96	60,92	4,54	8,50	14,84	-	
03011000	CIA. BRAS. DE PROJ. INDUSTRIAIS - COBRAP	-	-	100,00	8,93	72,20	246,40	-	
03011200	FEM - FAB. DE ESTRUTURAS METALICAS S/A	-	-	-	-	-	-	-	
**** TOTAL DAS EMPRESAS ****									
		100,00	87,29	74,84	33,38	12,72	0,01	0,02	
***** TOTAL DO GRUPO *****									
		100,00	87,31	74,84	33,37	12,71	0,01	0,02	

FOHTE : DADOS DA TABELA 32

Tabela 35
VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
INVESTIMENTO
GRUPO : SIDERRAS

CÓDIGO	NOME EMPRESA	PERCENTAGEM						
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
03010000	SIDERURGIA BRAS. S/A - SIDERBRAS	0,45	0,95	1,04	4,45	5,14	1,45	1,18
03010100	ACO MINAS GERAIS S/A - ACOMINAS	43,40	15,36	18,65	17,58	23,32	35,25	22,72
03010200	CIA. SIDERURGICA NACIONAL - CSN	22,03	17,36	14,21	11,52	17,91	9,82	11,00
03010201	CARBONIFERA PROSPERA S/A	0,09	0,08	0,16	0,47	0,39	1,09	-
03010202	FEM - FABRICA DE ESTRUTURAS METALICAS S	0,24	0,14	0,07	0,06	0,10	0,06	-
03010300	CIA. SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA	17,42	13,63	15,54	14,47	28,18	41,64	55,36
03010400	CIA. SIDERURGICA DE TUBARAO - CST	7,97	46,25	45,01	50,10	16,08	2,85	3,69
03010500	USINA SIDERURGICA DA BAHIA S/A - USIBA	0,14	0,06	0,06	0,03	0,31	0,24	-
03010600	USINAS SIDERURG. DE M.G. S/A - USIMINAS	7,18	5,80	4,86	0,94	3,07	6,38	6,03
03010700	ACOS FINOS PIRATINI S/A - AFP	0,25	0,01	-	0,04	0,26	0,11	-
03010800	CIA. FERRO E AÇO DE VITORIA - COFAVI	0,64	0,30	0,29	0,18	0,14	0,94	-
03010900	CIA. SIDERURG. DE MOGI DAS CRUZES - COSI	0,05	-	0,04	-	0,04	0,05	-
03011000	CIA. BRAS. DE PROJ. INDUSTRIAIS - COBRAP	-	-	-	-	0,02	0,05	-
03011200	FEM - FAB. DE ESTRUTURAS METALICAS S/A	-	-	-	-	-	-	-
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
*****	TOTAL DO GRUPO *****	100,03	100,06	100,04	99,99	100,00	100,00	104,23

FONTE : DADOS DA TABELA 32

Tabela 36
VARIAVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUICAO PERCENTUAL
INVESTIMENTO
GRUPO : SIDERBRAS

			EM NCz\$ MIL CORRENTES	
CODIGO	NOME EMPRESA	1987	1988	
03010000	SIDERURGIA BRAS. S/A - SIDERBRAS	293	2.354	
03010100	ACO MINAS GERAIS S/A - ACOMINAS	1.816	9.580	
03010200	CIA. SIDERURGICA NACIONAL - USN	3.450	19.933	
03010201	CARBONIFERA PROSPERA S/A	301	-	
03010202	FEM - FABRICA DE ESTRUTURAS METALICAS S	-	-	
03010300	CIA. SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA	12.685	30.479	
03010400	CIA. SIDERURGICA DE TUBARAO - CST	1.246	18.881	
03010500	USINA SIDERURGICA DA BAHIA S/A - USIBA	145	-	
03010600	USINAS SIDERURG. DE M.G. S/A - USIMINAS	3.410	21.953	
03010700	ACOS FINOS PIRATINI S/A - AFP	194	-	
03010800	CIA. FERRO E ACO DE VITORIA - COFAVI	382	-	
03010900	CIA. SIDERURG. DE MOGI DAS CRUZES -COSI	72	-	
03011000	CIA. BRAS. DE PROJ. INDUSTRIAIS -COBRA"	7	-	
03011200	FEM - FAB. DE ESTRUTURAS METALICAS S/A	14	-	
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	23.970	103.180	
*****	TOTAL DO GRUPO *****	23.972	103.718	

Tabela 37
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
 INVESTIMENTO
 GRUPO : SIDERBRAS

EM MILHÕES DE 1988

CODIGO	NOME EMPRESA	1987	1988
03010000	- SIDERURGIA BRAS. S/A - SIDERBRAS	32	22
03010100	- AÇO MINAS GERAIS S/A - ACOMINAS	199	90
03010200	- CIA. SIDERURGICA NACIONAL - CSN	377	189
03010201	- CARBONITERRA PROSPERA S/A	33	-
03010202	- FEM - FABRICA DE ESTRUTURAS METALICAS S	-	-
03010300	- CIA. SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA	1.396	288
03010400	- CIA. SIDERURGICA DE TUBARAO - CST	137	173
03010500	- USINA SIDERURGICA DA BAHIA S/A - USIBA	15	-
03010600	- USINAS SIDERURG. DE M.G. S/A - USIMINAS	375	207
03010700	- AÇOS FINOS PIRATINI S/A - AFP	21	-
03010800	- CIA. FERRO E AÇO DE VITORIA - LOFACVI	42	-
03010900	- CIA. SIDERURG. DE MOGI DAS CRUZES -COSI	2	-
03011000	- CIA. BRAS. DE PROJ. INDUSTRIAIS - COBRAP	-	-
03011200	- FEM - FAB. DE ESTRUTURAS METALICAS S/A	1	-
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	2.638	977
*****	TOTAL DO GRUPO *****	2.638	1.001

FONTE : DADOS DA TABELA 36

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

Tabela 38
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
 INVESTIMENTO
 GRUPO : SIDERBRAS

			ÍNDICES DE EVOLUÇÃO (1987=100)	
CODIGO	NOME EMPRESA	1987	1988	
03010000	SIDERURGIA BRAS. S/A - SIDERBRAS	100,00	68,75	
03010100	ACO MINAS GERAIS S/A - ACOMINAS	100,00	45,27	
03010200	CIA. SIDERURGICA NACIONAL - CSN	100,00	49,60	
03010201	CARBONIFERA PROSPERA S/A	100,00	-	
03010202	FEM - FABRICA DE ESTRUTURAS METALICAS S	-	-	
03010300	CIA. SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA	100,00	20,63	
03010400	CIA. SIDERURGICA DE IJABARA - CST	100,00	129,92	
03010500	USINA SIDERURGICA DA BAHIA S/A - USIBA	100,00	-	
03010600	USINAS SIDERURG. DE M.G. S/A - USIMINAS	100,00	55,20	
03010700	ACOS FINOS PIRATINI S/A - AFP	100,00	-	
03010800	CIA. FERRO E ACO DE VITORIA - COFAM	100,00	-	
03010900	CIA. SIDERURG. DE MOGI DAS CRUZES -COSI	100,00	-	
03011000	CIA. BRAS. DE PROJ. INDUSTRIAIS -CONRA2	-	-	
03011200	FEM - FAB. DE ESTRUTURAS METALICAS S/A	100,00	-	
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	100,00	37,03	
*****	TOTAL DO GRUPO *****	100,00	37,94	

FONTE : DADOS DA TABELA 36

Tabela 39
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
 INVESTIMENTO
 GRUPO : - SIDERBRAS

CÓDIGO	NOME EMPRESA	PERCENTAGEM	
		1987	1988
03010000	- SIDERURGIA BRAS. S/A - SIDERBRAS	1,24	2,28
03010100	- AÇO MINAS GERAIS S/A - ACONINAS	7,57	9,28
03010200	- CIA. SIDERURGICA NACIONAL - CSN	14,39	19,31
03010201	- CARRONIFERA PROSPERA S/A	1,25	-
03010202	- FEM - FABRICA DE ESTRUTURAS METALICAS S	-	-
03010300	- CIA. SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA	52,92	29,53
03010400	- CIA. SIDERURGICA DE TUBARAO - CSI	5,19	18,29
03010500	- USINA SIDERURGICA DA BAHIA S/A - USIBA	0,60	-
03010600	- USINAS SIDERURG. DE M.G. S/A - USIMINAS	14,22	21,27
03010700	- AÇOS FINOS PIRATINI S/A - AFP	0,80	-
03010800	- CIA. FERRO E AÇO DE VITORIA - COFAVI	1,59	-
03010900	- CIA. SIDERURG. DE MOGI DAS CRUZES - COSI	0,09	-
03011000	- CIA. BRAS. DE PROJ. INDUSTRIAIS - CORRAPI	0,02	-
03011200	- FEM - FAB. DE ESTRUTURAS METALICAS S/A	0,05	-
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	100,00	100,00
*****	TOTAL DO GRUPO *****	100,00	102,45

FONTE : DADOS DA TABELA 36

Tabela 40
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS - 1980/1986.
GRUPO : ELETROBRAS

	EM MILHOES CORRENTES						
ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	164	354	678	1.236	5.345	20.414	57.660
INVESTIMENTOS	105	212	386	710	3.064	9.650	19.627
AMORTIZACOES	23	50	115	341	1.189	6.515	26.102
INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	36	91	177	185	1.093	4.249	11.931
DESPESAS CORRENTES	137	271	492	1.285	4.824	14.809	36.828
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24	39	93	182	471	1.699	5.356
ENCARGOS FINANCEIROS	36	95	240	674	2.814	9.300	18.878
INTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS CUSTEIOS	77	136	160	430	1.539	3.810	12.394
TOTAL DE DISPENDIOS	301	624	1.170	2.521	10.169	35.222	94.488
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	122	186	296	650	2.239	9.260	28.377
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	25	38	64	264	851	1.635
RECURSOS DO TESOURO	11	51	35	50	63	192	9.911
OPERACOES DE CREDITO	84	164	419	226	5.453	6.441	6.560
INTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS AVIS.MF/30/09/68388	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	76	198	381	1.039	2.585	7.874	24.797
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-	2	505	-346	10.922	26.411
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	1	1	3	20	102	166
VAR. DO DISPONIVEL	8	-	-1	-15	-104	-419	-3.368
TOTAL DE RECURSOS	301	624	1.170	2.521	10.169	35.222	94.488

Tabela 41

ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPÊNDIOS - 1980/1986.8
GRUPO : ELETROBRAS

EM R\$ MILHÕES DE 1989

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPÊNDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	15.646	16.886	19.560	11.411	13.186	17.903	20.815
INVESTIMENTOS	10.017	10.112	11.136	6.555	7.559	8.463	7.085
AMORTIZAÇÕES	2.194	2.385	3.318	3.148	2.933	5.714	9.423
INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3.434	4.341	5.106	1.708	2.696	3.726	4.307
DESPESAS CORRENTES	13.070	12.927	14.194	11.863	11.901	12.987	13.295
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.290	1.860	2.683	1.680	1.162	1.490	2.006
ENCARGOS FINANCEIROS	3.434	4.532	6.924	6.222	6.942	8.156	6.815
INTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS CUSTEIOS	7.346	6.487	4.616	3.970	3.797	3.341	4.474
TOTAL DE DISPÊNDIOS	28.715	29.765	33.755	23.274	25.087	30.890	34.110
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	11.639	8.872	8.540	6.001	5.524	8.121	10.244
RECEITA NÃO OPERACIONAL	-	1.193	1.096	591	651	746	596
RECURSOS DO TESOURO	1.049	2.433	1.010	462	155	168	3.578
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.014	7.823	12.088	2.086	13.453	5.649	2.368
INTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
INTERNAS-BENS E SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUÇÃO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-BENS E SERVIÇOS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS AVIS. NF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	7.250	9.445	10.992	9.592	6.377	6.905	8.952
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-	58	4.662	-853	9.579	9.534
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	48	29	28	49	89	60
VAR. DO DISPONÍVEL	763	-	-28	-137	-256	-366	-1.215
TOTAL DE RECURSOS	28.715	29.765	33.755	23.274	25.087	30.890	34.110

FONTE : DADOS DA TABELA 40 ESTRUTURA DE RECURSOS E DESPÊNDIOS - 1980/1986.

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MÉDIA ANUAL.

Tabela 42
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS - 1980/1986.
GRUPO : ELETROBRAS

ANOS	INDICES DE EVOLUCAO (1980=100)						
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	100,00	107,93	125,02	72,93	84,28	114,43	133,04
INVESTIMENTOS	100,00	100,94	111,17	65,43	75,46	84,48	70,72
AMORTIZACOES	100,00	108,70	151,23	143,48	133,68	260,43	429,48
INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100,00	126,41	148,68	49,73	78,50	108,50	125,42
DESPESAS CORRENTES	100,00	98,91	108,60	90,77	91,06	99,37	101,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100,04	81,25	117,21	73,39	50,76	65,09	87,63
ENCARGOS FINANCEIROS	100,00	131,97	201,63	181,18	202,15	237,50	198,45
INTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS CUSTEIOS	100,01	88,31	62,84	54,05	51,69	45,48	60,91
TOTAL DE DISPENDIOS	100,00	103,65	117,55	81,05	87,36	107,57	118,78
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	100,00	76,23	73,38	51,56	47,46	69,78	88,02
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	100,08	91,94	49,58	54,61	62,58	49,49
RECURSOS DO TESOURO	100,00	231,93	96,28	44,04	14,77	16,01	341,08
OPERACOES DE CREDITO	100,01	97,62	150,85	26,03	167,88	70,49	29,55
INTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS AVIS.NF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	100,00	130,27	151,61	132,30	87,95	95,24	123,47
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-	101,75	8.178,94	-1.496,49	16.805,26	16.726,31
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	102,12	61,70	59,57	104,25	109,36	127,65
VAR. DO DISPONIVEL	100,00	-	-3,66	-17,95	-33,55	-47,96	-159,23
TOTAL DE RECURSOS	100,00	103,65	117,55	81,05	87,36	107,57	118,78

FONTE : DADOS DA TABELA 40. ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS - 1980/1986.

Tabela 43
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS - 1980/1986.
GRUPO : ELETROBRAS

PERCENTAGEM

ANOS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
DISPENDIOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	54,43	56,63	57,93	49,03	52,56	57,95	61,02
INVESTIMENTOS	34,93	34,02	33,02	28,17	30,12	27,39	20,77
AMORTIZACOES	7,66	8,07	9,78	13,33	11,60	18,49	27,62
INTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	11,83	14,52	15,12	7,32	10,75	12,06	12,62
DESPESAS CORRENTES	45,56	43,37	42,06	50,96	47,43	42,04	38,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7,88	6,32	7,94	7,20	4,63	4,82	5,88
ENCARGOS FINANCEIROS	11,95	15,19	20,47	26,71	27,66	26,40	19,97
INTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNOS	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS CUSTEIOS	25,72	21,84	13,64	17,04	15,13	16,81	13,11
TOTAL DE DISPENDIOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RECURSOS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL	40,54	29,81	25,31	25,78	22,01	26,29	30,03
RECEITA NAO OPERACIONAL	-	3,93	3,26	2,54	2,59	2,41	1,73
RECURSOS DO TESOURO	3,56	8,15	2,97	1,98	0,61	0,54	10,48
OPERACOES DE CREDITO	28,01	26,27	35,79	8,96	53,61	18,28	6,94
INTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
INTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-
RESOLUCAO 63	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-MOEDAS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS-BENS E SERVICOS	-	-	-	-	-	-	-
EXTERNAS AVIS.RF/30/09/68588	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS RECURSOS	25,16	31,74	32,52	41,21	25,41	22,35	26,24
VAR.OP.CRED.CURTO PRAZO	-	-	0,19	20,04	-3,41	31,00	27,95
VAR.VALORES DE TERCEIROS	-	0,17	0,09	0,10	0,19	0,28	0,17
VAR. DO DISPONIVEL	2,70	-0,09	-0,16	-0,64	-1,03	-1,19	-3,56
TOTAL DE RECURSOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : DADOS DA TABELA 43-ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS - 1980/1986.

Tabela 44
GRUPO : ELETROBRAS.
EM MILHOES CORRENTES

ANOS	1987	1988
DISPENSÍOS	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	239	1.570
INVESTIMENTOS	120	643
AMORTIZAÇÕES	88	614
INTERNAS	10	146
RESOLUÇÃO 63	9	54
EXTERNAS	69	414
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	31	314
DESPESAS CORRENTES	231	1.855
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24	217
MATERIAL E PRODUTOS	45	484
SERVIÇOS DE TERCEIROS	6	52
TRIB. PARAFISCAIS	4	54
ENCARGOS FINANCEIROS	143	591
INTERNAS	82	212
RESOLUÇÃO 63	54	361
EXTERNAS	6	18
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10	458
TOTAL DE DISPENSÍOS	470	3.425
RECURSOS	-	-
RECEITA	223	1.953
VENDA DE BENS E SERVIÇOS	117	1.058
SUBSÍDIO DO TESOURO	31	271
DEMAIS OPERACIONAIS	72	586
NÃO OPERACIONAIS	4	39
RECURSOS P/AUM.DE PATR.LÍQU.	67	2.254
TESOURO	20	308
FND	45	40
PART.CAPITAL-ESTATAIS	1	64
PART.CAPITAL-MERC.ABERTO	-	-
OUTROS	-	1.843
RETORNO DE APLIC.FINANC.L.P.	6	95
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	43	201
INTERNAS - MOEDAS	11	109
INTERNAS - BENS E SERVIÇOS	6	6
RESOLUÇÃO 63	3	-
EXTERNAS - MOEDAS	7	-
EXTERNAS - BENS E SERVIÇOS	16	86
OUTROS RECURSOS	39	120
TESOURO	-	-
FND	-	-
OUTROS	39	120
VAR.OPER.DE CRED.CURTO PRAZO	124	-1.298
OUTRAS VAR. CAPITAL DE GIRO	-19	207
VARIACAO DO DISPONIVEL	-10	-106
TOTAL DE RECURSOS	470	3.425

Tabela 45
GRUPO : ELETROBRAS.
EM NCZ\$ MILHOES DE 1989

ANOS	1987	1988
DISPENDIOS	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	26.350	14.869
INVESTIMENTOS	13.247	6.085
AMORTIZACOES	9.680	3.811
INTERNAS	1.107	1.383
RESOLUCAO 63	944	507
EXTERNAS	7.629	3.921
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3.424	2.973
DESPESAS CORRENTES	25.412	17.566
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.683	2.054
MATERIAL E PRODUTOS	4.901	4.580
SERVICOS DE TERCEIROS	608	490
TRIB. PARAFISCAIS	453	511
ENCARGOS FINANCEIROS	15.714	5.596
INTERNAS	9.074	2.007
RESOLUCAO 63	5.955	3.420
EXTERNAS	686	169
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.052	4.335
TOTAL DE DISPENDIOS	51.762	32.435
RECURSOS	-	-
RECEITA	24.574	18.498
VENDA DE BENS E SERVICOS	12.880	10.018
SUBSIDIO DO TESOURO	3.379	2.564
DEMAIS OPERACIONAIS	7.881	5.545
MAO OPERACIONAIS	434	370
RECURSOS P/AUM.DE PATR.LIQU.	7.354	21.347
TESOURO	2.252	2.916
FND	4.953	379
PART.CAPITAL-ESTATAIS	102	602
PART.CAPITAL-MERC.ABERTO	-	-
OUTROS	47	17.450
RETORNO DE APLIC.FINANC.L.P.	618	904
OPERACOES DE CREDITO	4.696	1.905
INTERNAS - MOEDAS	1.187	1.032
INTERNAS - BENS E SERVICOS	697	55
RESOLUCAO 63	351	-
EXTERNAS - MOEDAS	717	-
EXTERNAS - BENS E SERVICOS	1.744	819
OUTROS RECURSOS	4.316	1.133
TESOURO	-	-
FND	-	-
OUTROS	4.316	1.133
VAR.OPER.DE CRED.CURTO PRAZO	13.653	-12.298
OUTRAS VAR. CAPITAL DE GIRO	-2.246	1.961
VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.202	-1.014
TOTAL DE RECURSOS	51.762	32.435

FONTE : DADOS DA TABELA 44 GRUPO : ELETROBRAS.

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

Tabela 46

ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS
GRUPO : ELETROBRAS
INDICES DE EVOLUCAO (1987=100)

ANOS	1987	1988
DISPENDIOS	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	100,00	56,42
INVESTIMENTOS	100,00	45,93
AMORTIZACOES	111,11	60,03
INTERNAS	100,00	124,93
RESOLUCAO 63	-	53,70
EXTERNAS	114,28	51,39
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100,00	86,82
DESPESAS CORRENTES	100,00	69,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	150,00	76,55
MATERIAL E PRODUTOS	125,00	93,45
SERVICOS DE TERCEIROS	-	80,59
TRIB. PARAFISCAIS	-	112,00
ENCARGOS FINANCEIROS	106,66	35,61
INTERNAS	100,00	22,11
RESOLUCAO 63	120,00	57,43
EXTERNAS	-	24,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100,00	412,67
TOTAL DE DISPENDIOS	101,96	62,66
RECURSOS	-	-
RECEITA	104,16	75,27
VENDA DE BENS E SERVICOS	108,33	77,77
SUBSIDIO DO TESOURO	100,00	75,88
DEMAIS OPERACIONAIS	114,28	70,35
NAO OPERACIONAIS	-	85,25
RECURSOS P/AUX. DE PATR. LIQU.	100,00	290,27
TESOURO	100,00	129,48
FND	125,00	7,65
PART. CAPITAL-ESTATAIS	-	590,19
PART. CAPITAL-MERC. ABERTO	-	-
OUTROS	-	37.127,65
RETORNO DE APLIC. FINANC. L.P.	-	146,27
OPERACOES DE CREDITO	125,00	40,56
INTERNAS - MOEDAS	100,00	86,94
INTERNAS - BENS E SERVICOS	-	7,89
RESOLUCAO 63	-	-
EXTERNAS - MOEDAS	-	-
EXTERNAS - BENS E SERVICOS	200,00	46,96
OUTROS RECURSOS	100,00	26,25
TESOURO	-	-
FND	-	-
OUTROS	100,00	26,25
VAR. OPER. DE CRED. CURTO PRAZO	107,69	-90,07
OUTRAS VAR. CAPITAL DE GIRO	50,00	-87,31
VARIACAO DO DISPONIVEL	-	84,35
TOTAL DE RECURSOS	101,96	62,66

FONTE : DADOS DA TABELA 44

Tabela 47
ESTRUTURA DE RECURSOS E DISPENDIOS
GRUPO : ELETROBRAS

	PERCENTAGEM		
	ANOS	1987	1988
<hr/>			
DISPENDIOS		-	-
DESPESAS DE CAPITAL		50,90	45,84
INVESTIMENTOS		25,59	18,76
AMORTIZACOES		18,70	17,91
INTERNAS		2,13	4,26
RESOLUCAO 63		1,82	1,56
EXTERNAS		14,73	12,09
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		6,61	9,16
DESPESAS CORRENTES		49,09	54,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5,18	6,33
MATERIAL E PRODUTOS		9,46	14,12
SERVICOS DE TERCEIROS		1,17	1,51
TRIB. PARAFISCAIS		0,87	1,57
ENCARGOS FINANCEIROS		30,35	17,25
INTERNAS		17,52	6,18
RESOLUCAO 63		11,50	10,54
EXTERNAS		1,32	0,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2,03	13,36
TOTAL DE DISPENDIOS		100,00	100,00
<hr/>			
RECURSOS		-	-
RECEITA		47,47	57,03
VENDA DE BENS E SERVICOS		24,88	30,88
SUBSIDIO DO TESOURO		6,52	7,90
DEMAIS OPERACIONAIS		15,22	17,09
NAO OPERACIONAIS		0,83	1,14
RECURSOS P/AUX.DE PATR.LIQU.		14,20	65,81
TESOURO		4,35	8,99
FND		9,56	1,16
PART.CAPITAL-ESTATAIS		0,19	1,85
PART.CAPITAL-MERC.ABERTO		-	-
OUTROS		0,08	53,80
RETORNO DE APLIC.FINANC.L.P.		1,19	2,78
OPERACOES DE CREDITO		9,07	5,87
INTERNAS - MOEDAS		2,29	3,18
INTERNAS - BENS E SERVICOS		1,34	0,16
RESOLUCAO 63		0,67	-
EXTERNAS - MOEDAS		1,38	-
EXTERNAS - BENS E SERVICOS		3,36	2,52
OUTROS RECURSOS		8,33	3,49
TESOURO		-	-
FND		-	-
OUTROS		8,33	3,49
VAR.OPER.DE CRED.CURTO PRAZO		26,37	-37,91
OUTRAS VAR. CAPITAL DE GIRO		-4,34	6,04
VARIACAO DO DISPONIVEL		-2,32	-3,12
TOTAL DE RECURSOS		100,00	100,00

FONTE : DADOS DA TABELA 47

Tabela 48
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
 INVESTIMENTO
 GRUPO : - ELETROBRAS

		EM R\$ MIL CORRENTES						
CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
02010000	- CENTRAIS ELÉTRICAS BRAS. S/A-ELETROBRAS	350	32	1.902	3.684	15.886	57.454	173.289
02010100	- CENTRAIS ELÉTRIC. DO NORTE DO BRASIL S/	30.574	109.433	133.809	293.311	1.618.364	4.115.796	6.599.386
02010200	- CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S/A	7.790	13.583	26.318	66.759	302.093	1.119.969	2.828.324
02010300	- CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELÉTRICA	528	517	601	914	2.151	15.462	-
02010400	- CIA. HIDROELÉCT. DO SÃO FRANCISCO - CHES	18.936	28.287	51.369	136.774	444.192	1.925.090	4.971.196
02010500	- ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A	638	1.246	3.341	7.272	24.639	101.949	-
02010600	- FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - FURNAS	33.439	46.919	130.695	170.957	565.488	1.793.105	3.612.021
02010700	- SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A - LIGHT	12.750	12.139	18.447	28.405	90.787	520.347	975.113
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	101.025	212.456	386.482	710.156	3.063.602	9.649.172	19.159.329
*****	TOTAL DO GRUPO *****	101.185	212.459	386.483	710.156	3.063.602	9.649.849	19.627.000

Tabela 49
VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
INVESTIMENTO
GRUPO : - ELETROBRAS

		EM NCZS MIL DE 1988						
CODIGO	NOME EMPRESA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
02010000	CENTRAIS ELETRICAS BRAS. S/A-ELETROBRAS	33.390	1.526	54.872	34.010	39.190	50.387	62.557
02010100	- CENTRAIS ELETRIC. DO NORTE DO BRASIL S/	2.916.759	5.217.954	4.437.389	2.726.311	3.992.503	3.609.553	2.382.378
02010200	- CENTRAIS ELETRICAS DO SUL DO BRASIL S/A	743.166	647.909	759.274	616.319	745.268	982.212	1.021.024
02010300	- CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELETRICA	50.371	24.660	17.338	8.438	5.306	13.560	-
02010400	- CIA. HIDROELET. DO SAO FRANCISCO - CHES	1.806.494	1.349.289	1.481.995	1.262.697	1.095.821	1.688.303	1.794.601
02010500	- ESPRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A	62.773	73.744	76.387	67.135	60.784	87.409	-
02010600	- FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A - FURNAS	3.190.080	2.238.036	3.770.550	1.578.275	1.395.058	1.572.553	1.303.939
02010700	- SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A - LIGHT	1.216.350	379.030	532.195	262.973	223.971	456.344	152.015
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	10.019.385	10.134.151	11.150.005	6.556.160	7.558	8.462	6.917
*****	TOTAL DO GRUPO *****	10.034.649	10.134.294	11.150.034	6.556.150	7.558	8.463	7.085

FONTE : DADOS DA TABELA 48

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI/FGV MULT. MEDIA ANUAL

Tabela 50
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
 INVESTIMENTO
 GRUPO : - ELETRORRAS

CÓDIGO	NOME EMPRESA	ÍNDICES DE EVOLUÇÃO (1980=100)					
		1980	1981	1982	1983	1984	1985
02010000	- CENTRAIS ELÉTRICAS BRAS. S/A-ELETRORRAS	100,00	4,57	164,33	101,85	117,37	150,90
02010100	- CENTRAIS ELÉTRIC. DO NORTE DO BRASIL S/	100,00	178,96	152,13	93,47	136,88	123,75
02010200	- CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S/A	100,00	87,18	102,16	82,93	100,28	137,16
02010300	- CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELÉTRICA	100,00	48,95	34,42	16,75	10,53	26,92
02010400	- CIA. HIDROELET. DO SÃO FRANCISCO - CHES	100,00	74,69	82,03	69,89	60,66	93,45
02010500	- ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A	100,00	117,47	153,54	106,94	96,83	142,43
02010600	- FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - FURNAS	100,00	70,15	118,19	49,47	43,73	49,29
02010700	- SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A - LIGHT	100,00	47,60	43,75	21,61	18,41	37,51
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	100,00	101,14	111,28	65,43	0,07	0,08
*****	TOTAL DO GRUPO *****	100,00	100,99	111,11	65,33	0,07	0,08

FONTE : DADOS DA TABELA 48

Tabela 51
VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
INVESTIMENTO
GRUPO : 02 - ELETROBRAS

CÓDIGO	NOME EMPRESA	PERCENTAGEM					
		1980	1981	1982	1983	1984	1985
02010000	CENTRAIS ELÉTRICAS BRAS. S/A-ELETROBRAS	0,33	0,01	0,49	0,51	0,51	0,59
02010100	- CENTRAIS ELÉTRIC. DO NORTE DO BRASIL S/	29,11	51,50	39,79	41,58	52,82	42,65
02010200	- CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S/A	7,41	6,39	6,80	9,40	9,86	11,60
02010300	- CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELÉTRICA	0,50	0,24	0,15	0,12	0,07	0,16
02010400	- CIA. HIDROELÉCT. DO SÃO FRANCISCO - CHES	18,02	13,31	13,29	19,25	14,49	19,95
02010500	- ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A	0,62	0,72	0,86	1,02	0,80	1,05
02010600	- FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - FURNAS	31,83	22,08	33,81	24,07	18,45	18,58
02010700	- SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A - LIGHT	12,13	5,71	4,77	4,01	2,96	5,39
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
*****	TOTAL DO GRUPO *****	100,15	100,00	100,00	99,99	100,00	100,00

FONTE : DADOS DA TABELA 48

Tabela 52
VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
INVESTIMENTO
GRUPO : ELETROBRAS

EM MIL CORRENTES

CODIGO	NOME EMPRESA	1987	1988
02010000	- CENTRAIS ELÉTRICAS BRAS. S/A-ELETROBRAS	935	4.249
02010100	- CENTRAIS ELÉTRIC. DO NORTE DO BRASIL S/	33.471	142.150
02010200	- CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S/A	12.955	82.177
02010300	- CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELÉTRICA	-	-
02010400	- CIA. HIDROELÉTR. DO SÃO FRANCISCO - CHES	42.045	193.757
02010500	- ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A	1.269	10.076
02010600	- FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - FURNAS	25.369	174.135
02010700	- SERVIÇOS DE ELÉTRICIDADE S/A - LIGHT	4.306	35.978
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	120.350	642.552
*****	TOTAL DO GRUPO *****	120.349	642.552

Tabela 53
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
 INVESTIMENTO
 GRUPO : - ELETROBRAS

EM NOZS MIL DE 1988

CODIGO	NOME EMPRESA	1987	1988
02010000	CENTRAIS ELETRICAS BRAS. S/A-ELETROBRAS	102	19
02010100	CENTRAIS ELETRIC. DO NORTE DO BRASIL S/	3.684	1.346
02010200	CENTRAIS ELETRICAS DO SUL DO BRASIL S/A	1.425	770
02010300	CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELETRICA	-	-
02010400	CIA. HIDROELET. DO SAO FRANCISCO - CHES	4.627	1.804
02010500	ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A	139	95
02010600	FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A - FURNAS	2.792	1.649
02010700	SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A - LIGHT	473	340
*****	TOTAL DAS EMPRESAS *****	13.246	6.034
*****	TOTAL DO GRUPO *****	13.246	6.084

FONTE : DADOS DA TABELA 52

NOTA : VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DITGV MULT. MEDIA ANUAL

Tabela 54
VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
INVESTIMENTO
GRUPO : - ELETRÓBRAS

ÍNDICES DE EVOLUÇÃO (1987=100)			
CODIGO	NOME EMPRESA	1987	1988
02010000	- CENTRAIS ELÉTRICAS BRAS. S/A-ELETRÓBRAS	100,00	38,23
02010100	- CENTRAIS ELÉTRIC. DO NORTE DO BRASIL S/	100,00	36,53
02010200	- CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S/A	100,00	54,57
02010300	- CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELÉTRICA	-	-
02010400	- CIA. HIDROELÉT. DO SÃO FRANCISCO - CHES	100,00	39,63
02010500	- ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A	100,00	68,34
02010600	- FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - FURNAS	100,00	59,06
02010700	- SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A - LIGHT	100,00	71,88
**** TOTAL DAS EMPRESAS ****		100,00	45,93
***** TOTAL DO GRUPO *****		100,00	45,93

FONTE : DADOS DA TABELA 52

Tabela 55
 VARIÁVEIS SELECIONADAS - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
 INVESTIMENTO
 GRUPO : - ELETROBRAS

CODIGO	NOME EMPRESA			PERCENTAGEM
		1987	1988	
02010000	- CENTRAIS ELETRICAS BRAS. S/A-ELETROBRAS	0,77	0,65	
02010100	- CENTRAIS ELETRIC. DO NORTE DO BRASIL S/	27,81	22,12	
02010200	- CENTRAIS ELETRICAS DO SUL DO BRASIL S/A	10,76	12,78	
02010300	- CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELETRICA	-	-	
02010400	- CIA. HIDROELET. DO SAO FRANCISCO - CHES	34,93	30,15	
02010500	- ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A	1,05	1,57	
02010600	- FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A - FURNAS	21,07	27,10	
02010700	- SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A - LIGHT	3,57	5,59	
****	TOTAL DAS EMPRESAS ****	100,00	100,00	
*****	TOTAL DO GRUPO *****	99,99	100,00	

Fonte : DADOS DA TABELA 52

3.2.5 - Considerações Finais

Em diversos momentos deste trabalho, discutiu-se a prolongada crise financeira dos anos 80 e, conseqüentemente, a crise do Estado. Portanto, o momento atual aponta para uma redefinição institucional que viabilize uma nova estratégia de desenvolvimento. Evidentemente, essa perspectiva exigirá um conjunto de reformas que abrangem desde a reorganização econômico-financeira até as novas relações entre o Estado e os diversos segmentos da sociedade.

Desse modo, a crise econômico-financeira e as demandas sociais, agudizadas ao longo dos anos 80, servem para sinalizar as carências do atual padrão de crescimento, que, por sua vez, reflete a erupção da crise de presença econômica do Estado.

Assistimos, nesse período, ao desenrolar de sucessivos programas de ajustamentos visando debelar o processo inflacionário, mobilizar recursos para financiar novos investimentos e enfrentar o problema crônico de endividamento. Ao adotar um conjunto de medidas imediatistas e conjunturais, o governo foi incapaz de formular um projeto industrial e efetiva modernização no sentido tecnológico e científico.

O conjunto do setor público e, em particular, o do setor produtivo estatal ressentiram-se, ao longo dessa década, com as medidas restritivas de novos investimentos a setores vitais para o crescimento econômico do país. Verifica-se, portanto, a necessidade

de uma revisão mais profunda das reais condições das empresas estatais produtivas e sua participação no presente contexto.

Na atual trajetória das empresas estatais, mais uma vez se impõe, pelas atuais restrições financeiras e esforços frustrados para empreender mudanças em seus padrões de gestão, controle e investimentos, a seguinte questão: a necessidade de analisar as perspectivas de uma nova inserção das empresas estatais no movimento de redefinição do Setor Público e do Estado.

Novamente, é necessário resgatar duas discussões presentes neste trabalho e que representam dois elementos estratégicos para o futuro reequacionamento do papel das empresas estatais. De um lado, a questão do controle e planejamento das empresas (itens 2.2 e 3.2); de outro, a do processo de privatização (item 2.3).

Na análise do desenvolvimento do Setor Público no Brasil, constatou-se, inicialmente, a partir dos anos 30, a formação de empresas públicas que se estabeleciam com determinada autonomia e respondiam, através de seus órgãos, às determinações do governo federal. Os programas de reformas implementados ao longo dos anos 60 promoveram a formação de um setor público através de um conjunto de instituições que permitisse uma centralização normativa, mas mantendo ou acentuando a descentralização administrativa. Na década de 70, o governo lançaria as empresas do setor produtivo num processo de forte endividamento, sobretudo de recursos externos, o que acarretaria sérias dificuldades financeiras futuras.

Desde a crise de 1974, o governo vem agravando a situação dessas empresas, pois, para conter o ímpeto inflacionário, passa a utilizá-las como instrumento macroeconômico de curto prazo, reajustando seus preços e tarifas abaixo da variação dos índices de preços, abandonando a política de realismo tarifário. As implicações desse movimento para o desempenho das empresas estatais foram desastrosas, na medida em que comprometia sua capacidade de autofinanciamento e abria perspectivas para novos endividamentos.

Na tentativa de estabelecer um controle sobre o setor público descentralizado, foi criada, em final de 1979, a Secretaria de Controle das Empresas Estatais - SEST. O governo pretendia ajustar as empresas estatais às metas mais gerais de política macroeconômica, ou seja, dentro da estratégia de combate à inflação e desequilíbrio do balanço de pagamentos. Para tanto, era necessário criar novas fontes de controle que não se restringissem ao exame do orçamento fiscal. O governo parte para a avaliação das contas de natureza fiscal que transitavam no orçamento monetário de responsabilidade do Tesouro e nos resultados dos orçamentos das empresas estatais. Houve a elaboração do cadastro das empresas estatais e a estruturação do chamado Programa de Dispêndios Globais (PDG) - o orçamento SEST.

A primeira questão que chamou a atenção foi o universo heterogêneo e o tratamento indiferenciado dado às empresas estatais. Seriam controladas e fiscalizadas pela SEST um total de

382 empresas estatais, a partir de 1980. Essa ausência de critérios para promover avaliações diferenciadas das entidades descentralizadas representava grande dificuldade na questão orçamentária e impossibilitava uma visão global para o conjunto dessas empresas. A preocupação básica do governo é centralizar o controle sobre as empresas estatais e ajustá-las aos objetivos de política econômica. A tradução dessa medida se reflete no Programa de Dispendios Globais - PDG, que fixava limites máximos de gastos e delimitava a programação financeira das empresas. «4»

Essa preocupação estritamente financeira da SEST, voltada apenas ao controle das variáveis determinantes do chamado "déficit das empresas estatais", impediu uma avaliação mais abrangente das reais dificuldades que a maioria dessas empresas enfrentavam, a fim de propor políticas de ajustamento. A SEST foi criada dentro do quadro recessivo, onde o combate ao déficit e o pagamento da dívida eram os elementos fundamentais na política econômica, e as empresas estatais, por sua vez, faziam parte desse quadro de ajuste.

A restrição de controle ao gasto das empresas estatais, portanto, era feita ao lado do financiamento global (PDG). Até 1985, a SEST não havia montado nenhum acompanhamento setorial e nem discutia os orçamentos com as empresas; sua estrutura apenas comportava um conjunto de coordenadorias financeiras.

(4) A discussão sobre os mecanismos de controle da SEST e as críticas a respeito encontram-se amplamente discutidas no Capítulo II, itens 2.1 e 2.2.

Dentro do processo de mudanças ocorrido no período de transição político-institucional, em 1985, a SEST desenvolveu novos mecanismos de controle às estatais. São criadas, por exemplo, uma Coordenadoria de Avaliação de Desempenho (CAD) e uma de Acompanhamento de Pessoal (CAP), além de se aprimorarem as coletas de informações junto às empresas estatais. No final de 1985, o Decreto-lei nº 92.009 transferiu 119 das 142 fundações e autarquias para o Orçamento da União. Em 1987, o SINPAS também deixou de pertencer ao universo SEST. Dessa maneira, ocorre um salto qualitativo no tocante à homogeneização das empresas estatais produtivas, que passam a compor, a partir de 1988, um conjunto de 201 empresas.

Os procedimentos orçamentário e financeiro, entretanto, permaneceram praticamente inalterados, centrados na elaboração do Programa de Dispêndios Globais. Este continua sendo elaborado, derivando dele, basicamente, o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais - OIEE, criado na Constituição de 1988 e que passou a integrar o Orçamento Geral da União - OGU.

O aspecto importante dessa mudança encontra-se no processo de elaboração, discussão e aprovação do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais - OIEE, que terá a participação do Congresso e dentro de uma perspectiva mais ampla de planejamento, que será o Plano Plurianual. Dessa maneira, existe a possibilidade de maior flexibilidade no sentido de enxergar a natureza diversa do conjunto das empresas estatais e as respectivas necessidades de

investimentos de longo prazo. As novas regras para a análise das necessidades de investimentos das empresas encontram-se ainda na dependência de uma legislação complementar e o Congresso, por sua vez, não dispõe de uma estrutura técnica e administrativa adequada.

Torna-se indispensável, neste momento, uma ampla avaliação das dificuldades que representam o complexo conjunto de empresas estatais no tocante às questões de heterogeneidade dos setores, a política de financiamento de investimentos e política de preços e tarifas, que representam entraves para qualquer perspectiva de planejamento de longo prazo. Verificou-se, ao longo dos anos 80, a ineficácia das práticas de controle utilizadas pela SEST e, principalmente, as dificuldades financeiras impostas às empresas estatais, que se transformaram em instrumentos de política econômica de curto prazo.

Não obstante sua atuação como órgão que procurou centralizar as informações necessárias para um melhor acompanhamento das empresas estatais - por meio de relatórios consolidados dos diversos setores do SPE -, a SEST desempenhou as funções de controle financeiro, utilizando instrumentos inadequados, e de assessoria técnica. Sua importância, durante a década de 80, restringiu-se à sua preocupação em sistematizar as informações e dados relacionados ao desempenho das empresas estatais. As dificuldades para desenvolver um efetivo planejamento econômico-financeiro dessas empresas podem ser encontradas na própria desestruturação do setor público e nos diversos condicionantes -

dívida, déficit, inflação - que a política econômica brasileira enfrentou no período.

Ao analisarmos o comportamento de preços e tarifas dos setores de telecomunicações, elétrico e siderúrgico, constatamos um comportamento instável e cíclico. No período recente, os diversos planos de estabilização provocaram perdas sucessivas das receitas operacionais das empresas envolvidas, refletindo a política combinada de contenção das tarifas e preços nos períodos pós-congelamento, com reajustes emergenciais em momentos de significativa deterioração.

A segunda discussão, que necessita de melhores definições e objetividade, refere-se ao processo de privatização.⁽⁵⁾

A incapacidade de encontrar alternativas para as crises financeiras impostas às empresas estatais ao longo da década de 80 revelou-se um forte argumento em favor da privatização.

É necessário enxergar a questão de uma perspectiva mais ampla, ou seja, através das redefinições do papel do Estado, das áreas de inserção do público e privado e de novos investimentos que o setor público deverá empreender para garantir um razoável planejamento e uma estratégia de desenvolvimento econômico e social.

(5) O processo de privatização desenvolvido ao longo da "Nova República" foi amplamente discutido no Capítulo II, item 2.3.

CONCLUSÕES

Este trabalho procurou discutir e analisar os diversos momentos de atuação das Empresas Estatais no processo de desenvolvimento econômico do país.

O Capítulo I promoveu a discussão teórica a respeito do papel do Estado no processo do desenvolvimento e acumulação capitalista, a importância de sua atuação na articulação entre o público e o privado e a sua presença, fundamental, em determinados momentos como agente condutor desse processo. Do ponto de vista da evolução histórica, percebeu-se que a participação do Estado no setor produtivo apresentou ciclos de expansão e retração, com uma certa tendência de crescimento na taxa de participação. Na realidade, o Estado desempenhou, direta ou indiretamente, importante atividade econômica, especialmente produtiva, complementar e dinamizadora das atividades privadas.

Portanto, o papel das Empresas Estatais é imprescindível ao conjunto da acumulação geral do capital e, também, a determinadas situações de mudanças no próprio padrão de crescimento econômico. Dessa forma, sua inserção no mercado, através de sua capacidade produtiva em setores básicos, é essencial ao desenvolvimento industrial do país.

Outra preocupação foi tentar caracterizar as formas de atuação das Empresas Estatais nos rumos dos diversos programas de governo,

imprimindo em determinados momentos uma dinâmica própria, independente das diretrizes básicas traçadas pelo Estado.

A criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais - SEST representou um marco importante para o entendimento das novas relações de controle e planejamento reservadas ao conjunto das empresas estatais. A partir de então, o início dos anos 80 marca uma nova trajetória para as Empresas Estatais, as quais serviriam de instrumentos de política econômica de curto prazo, sofrendo um controle mais direto por parte do Estado.

O Capítulo II discutiu a transição democrática e as eventuais mudanças que o período da "Nova República" viria proporcionar às Empresas Estatais. É importante assinalar que esse período provocou mudanças no tratamento e no poder que a SEST desenvolvia ao conjunto das empresas e suas relações com o próprio governo. A discussão que se estabeleceu, a partir de então, foi sobre o próprio papel do Estado, ou seja, a necessidade de rever a sua inserção nos diversos setores produtivos. Nesse sentido, procedeu-se a um estudo preliminar das diversas manifestações reproduzidas pelos órgãos de imprensa e das atitudes do governo a respeito do processo de privatização. O objetivo principal foi retratar o novo cenário de redefinição da presença das Empresas Estatais e as críticas recebidas pelas mesmas, enquanto causadoras da crise financeira que caracterizava o Estado brasileiro nesta década. O que se constatou foi um forte apelo ao enxugamento da máquina estatal, que operava com relativa autonomia na década de 70 e que

foi perdendo essa força na década seguinte. Entretanto, a marca da indefinição, do vaivém das medidas que procuravam o saneamento e a extinção das Empresas Estatais, caracterizou o governo da "Nova República". Na verdade, verificou-se uma tendência ao fortalecimento de interesses de "grupos" corporativistas, que manipulavam as antigas políticas fisiológicas e cartoriais.

O Capítulo III procurou retomar esse quadro de descontrole das Empresas Estatais, haja vista as inúmeras medidas de curto prazo implementadas, durante o governo Sarney, pelos Planos Cruzado, Bresser e Verão, que promoviam a todo momento esse novo enquadramento.

Para enfatizar esse novo cenário de participação das empresas estatais, era importante mostrar como se processava tal mudança, ou seja, de que maneira essas empresas serviam aos novos programas de estabilização econômica propostos durante o período. Nesse sentido, a política de preços públicos assume papel de destaque. Como já foi visto, as Empresas Estatais ocupam setores-chaves na produção de insumos para o mercado de forma global. Dessa forma, tornaram-se, em diversos momentos, instrumentos de combate ao processo inflacionário, através da aplicação de uma política de preços públicos, onde a prática predominante era os reajustes defasados. Portanto, a preocupação foi mostrar, de um lado, em que medida a política de preços públicos é vista como instrumental de combate à inflação, tendo como referência apenas a condução de um programa de

estabilização de curto prazo; de outro lado, o papel das Empresas Estatais como instrumento dessa política macroeconômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S.H.

1977 "Empresa estatal e capitalismo, uma análise comparada."

In: MARTINS, C.E. (Org.). Estado e Capitalismo no Brasil.

São Paulo: Hucitec, Cebrap, p.5-53.

1979 " Questão da empresa estatal: economia política e

interesse público." Revista de Adm. Empresas, Rio de

Janeiro, v.19, n.4, p.95-105, out./dez.

ABRANCHES, S.H., DAIN, S., SALGADO, M.G.

1978 A Empresa estatal no Brasil: padrões estruturais e

estratégias de ação. (s.l.): FINEP. (Relatório, 01/78).

ABREU, Marcelo Paiva (Org.)

1990 A Ordem do progresso: cem anos de política econômica

republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Ed. Campus.

AMARAL, F. José B., GALLETTA, Paulo D.K.

1989 Preços e tarifas do setor produtivo estatal. São Paulo:

IESP/FUNDAP, set. (Texto para Discussão, 21).

ARCIRIO, R.

1991 Ação empresarial do Estado Brasileiro. Brasília :

(s.n.).

ARIDA, P. (Org.)

- 1983 Dívida externa, recessão e ajuste estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BAER, M.

- 1989 "A Dívida externa brasileira: estratégias de negociação e impactos internos (1983-1987)." In: PEREIRA, L.C. Bresser (Org.). Dívida Externa: crise e soluções. São Paulo: Brasiliense, p.184-237.

BATISTA JR., P.N.

- 1990 "Déficit e financiamento do setor público brasileiro: 1983/88." Revista de Economia Política, São Paulo, v.10, n.4, p.5-29, out./dez.

BELLUZZO, L.G.M

- 1977 "A Intervenção do Estado no período recente." Ensaio de Opinião, Rio de Janeiro, v.5, p.25-27.

- 1984 O Senhor e o Unicórnio. São Paulo: Brasiliense.

BELLUZZO, L.G.M., COUTINHO, L.

- 1982 "Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929-1974." In: _____ (Org.) Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. v.1, p.9-36.

BIASOTO JR., G.

- 1988 Endividamento externo e desequilíbrio financeiro do setor público na primeira metade dos anos oitenta. Campinas.
(Dissertação de mestrado, UNICAMP). mimeo.

BIER, A.G., PAULANI, L.M., MESSENBURG, R.P.

- 1988 "O Desenvolvimento em xeque: Estado e padrão de financiamento no Brasil." In: SOLA, L. (Org.) O Estado da transição: política e economia na Nova República. São Paulo: Ed. Vértice, p.92-117.

BRAGA, C.A.P., WELCH, J.M., ANDRÉ, P.T.A.

- 1987 "O Desequilíbrio do setor público brasileiro: cenários alternativos." Revista de Economia Política, São Paulo, v.7, n.3, p.5-17, jul./set.

BRAGA, J.C.

- 1984 Os orçamentos estatais e a política econômica. In: BELLUZZO, L.G.M., COUTINHO, R., (Org.) Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo: Brasiliense. v.1.

BRAGA, J.C., LIMA, M.L. Pádua

- 1987 "Empresas estatais, déficit público e reordenamento financeiro". In: LOZARDO, E. (Coord.) Déficit público brasileiro: política econômica e ajuste estrutural. São Paulo: Paz e Terra. p.185-196.

BRASIL. Presidência da República

1985 I Plano nacional de desenvolvimento da nova república:

1986-1989 (projeto). Brasília.

BRUNET, F.

1987 "Formas econômicas e formas estatais". Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 41, n.2, p.225-236, abr./jun.

CARDOSO, F.H.

1977 "Desenvolvimento capitalista e Estado: bases e alternativas." In: MARTINS, C.E. (Org.). Estado e Capitalismo no Brasil. São Paulo: Hucitec, Cebrap., p.205-220.

CARNEIRO, D.D., MODIANO, E.

1990 "Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-84." In: ABREU, Marcelo Paiva (Org.) A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Ed. Campus.

CARNEIRO, R.

1986 "Os Marcos gerais da política econômica." In: _____ (Coord.) Política econômica da Nova República. São Paulo: Paz e Terra.

CARVALHEIRO, N.

- 1987 "Fundamentos da intervenção do Estado: algumas concepções em Keynes e Kalecki." Revista de Economia Política, São Paulo, v.7, n.2, p.105-122, abr./jun.

CASTRO, A.B., SOUZA, F.E.

- 1985 A Economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CHRYSTOSTOMO, L.

- 1985 Política de preços públicos: 1977/85. (s.l.: s.n.)
mimeo.

COLOMBI NETTO, G.

- 1987 "O Déficit público e as empresas estatais." In: LOZARD, E. (Coord.) Déficit público brasileiro: política econômica e ajuste estrutural. São Paulo: Paz e Terra. p.177-183.

COUTINHO, L.G., REICHSTUL, Henri-Philippe

- 1977 "O Setor produtivo estatal e o ciclo." In: MARTINS, C.E. (Coord.) Estado e Capitalismo no Brasil. São Paulo: Hucitec, Cebrap. v.1, p.55-94.

CRUZ, P. Davidoff

- 1984 Dívida externa e política econômica - a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo: Brasiliense.

DAIN, S.

1977 "Empresa Estatal e política econômica no Brasil." In:
MARTINS, C.E. (Coord.) Estado e Capitalismo no Brasil. São
Paulo: Hucitec, Cebrap. p.141-166.

1980 Empresa estatal e capitalismo contemporâneo: uma análise
comparada. Rio de Janeiro. (Tese doutorado, UFRJ).

DRAIBE, S.

1985 Rumos e metamorfoses: um estudo sobre constituição do
Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-
60. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DUTRA, Pedro P.

1991 Controle de empresas estatais: uma proposta de mudança.
São Paulo: Ed. Saraiva.

A EMPRESA pública no Brasil ...

1980 A Empresa pública no Brasil: uma abordagem
multidisciplinar. Brasília: IPEA, SEMOR.

O ESTADO DE S.PAULO

1985 "Estatais: pesada herança de Tancredo." O Estado de
S.Paulo, São Paulo, 24 mar.

1986 "O Governo exigirá mais das estatais." O Estado de
S.Paulo, São Paulo, 15 abr.

EVANS, P.

- 1980 A Tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar.

FERNANDES, Praxy J.

- 1980 "A Prestação de contas pelas empresas públicas: considerações sobre as bases e o espírito dos sistemas de controle externo." Revista de Adm. Pública, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.83-114, abr./jun.

FOLHA DE S.PAULO

- 1986 "SEST prega uso de artifícios para calcular déficit." Folha de S.Paulo, São Paulo, 14 jul.
- 1987a "SEST aponta dificuldade para aplicar o gatilho nas estatais." Folha de S.Paulo, São Paulo, 27 jan.
- 1987b "Trevisan contesta números do orçamento das estatais." Folha de S.Paulo, São Paulo, 6 dez.
- 1988 "Funcionários poderão comprar ações de estatais." Folha de S.Paulo, São Paulo, 10 jun.

FRAGA NETO, A., RESENDE, A.L.

- 1985 "Déficit, dívida e ajustamento: uma nota sobre o caso brasileiro." Revista de Economia Política, São Paulo, v.5, n.4, p.57-66, out./dez.

FUNDAP - Fundação do Desenvolvimento Administrativo, São Paulo

- 1987 Empresas estatais. São Paulo: IESP/FUNDAP. (Relatório de Pesquisa, 2).

- 1991 Gestão estatal no Brasil: a cumplicidade inflacionária ameaçada. São Paulo: IESP/FUNDAP.

GAZETA MERCANTIL

- 1986-1990 Gazeta Mercantil. Balanço Anual da Gazeta Mercantil. São Paulo. Volumes referentes aos anos de 1986, 1987, 1988, 1989 e 1990.

- 1986a "O Quase impossível controle das estatais." Gazeta Mercantil, São Paulo, 01 jul.

- 1986b "Saneamento financeiro das estatais em 87." Gazeta Mercantil, São Paulo, 20 dez.

- 1987 "SEST cria novo controle das estatais." Gazeta Mercantil, São Paulo, 2 dez.

1989 "Balanços das estatais mostram prejuízos de US\$ 407,5 milhões." Gazeta Mercantil, São Paulo, 23 dez.

GERSHENKRON, A.

1976 Atraso económico e industrialización. Barcelona: Ed. Ariel.

O GLOBO

1989 "BIRD propõe controle mais rígido das empresas estatais." O Globo, Rio de Janeiro, 18 jul.

HEATH, J.B.

1980 "Sistemas de controle para empresas públicas em países em desenvolvimento - uma estrutura para sistemas de controle." Revista de Adm. Pública, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.51-68, abr./jun.

IBRE - Instituto Brasileiro de Economia, Rio de Janeiro

1969 O Setor público federal na economia brasileira. Rio de Janeiro: FGV/IBRE. v.4, mimeo.

JORNAL DA TARDE

1986 "Discurso de posse do novo secretário da SEST." Jornal da Tarde, São Paulo, 10 mar.

1989 "Venda de estatais poderia dar US\$ 46 bilhões para o governo." Jornal da Tarde, São Paulo, 12 out.

JORNAL DO BRASIL

1986 "Sarney receberá estudo sobre a criação de holding."

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10 jun.

1987 "Despesas das estatais em 87 representam 20% do PIB."

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 29 ago.

KLIASS, P.

1989 O Processo de criação da SEST; aspectos e momentos da empresa estatal no Brasil. São Paulo. (Dissertação de mestrado, USP) mimeo.

LABINI, P.S.

1980 Oligopólio e progresso técnico. São Paulo: Forense, Edusp.

LAGO, L.A.C.

1990 "A Retomada do crescimento e as distorções do milagre: 1967-1983." In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Ed. Campus.

LAMOUNIER, B.

1990 "Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor." In: _____ (Org.). De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo: Ed. Sumaré, p.13-35.

LESSA, C.

- 1981 15 Anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense.

LOZARDO, E. (Org.)

- 1987 Déficit público brasileiro: política econômica e ajuste estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARQUES, M.S.B.

- 1988 "O Plano cruzado: teoria e prática." Revista de Economia Política, São Paulo, v.8, n.3, p.101-130, jul./set.

MATEO, R.M.

- 1978 Gobierno y empresas públicas in America Latina. (s.l.): Siap.

MODIANO, E.

- 1990 "A ópera dos três cruzados." In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Ed. Campus.

MOURA, Alkimar R.

- 1990 "Rumo a eutrofia: a política econômica, de Geisel a Collor." In: LAMOUNIER, B. (Org.) De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo: Ed. Sumaré, p.37-59.

MOTTA, P.R.

1980 "O Controle de empresas estatais no Brasil." Revista de Adm. Pública, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.69-82., abr./jun.

1982 "Controle governamental das empresas públicas." Revista de Adm. Pública, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.71-83, out./dez.

MUNHOZ, D.G.

1987 "Os Déficits e o reordenamento das finanças públicas." In: LOZARDO, E. (Org.) Déficit público brasileiro: política econômica e ajuste estrutural. São Paulo: Paz e Terra, p.149-175.

PEREIRA, L.C. BRESSER

1987 "Mudanças no padrão de financiamento do investimento no Brasil." Revista de Economia Política, São Paulo, v.7, n.4, p.5-22. out./dez.

1988 "Os dois congelamentos de preços no Brasil." Revista de Economia Política, São Paulo, v.8, n.4, p.48-66. out./dez.

1989a "O caráter cíclico da intervenção estatal." Revista de Economia Política, São Paulo, v.9, n.3, p.115-130, jul./set.

- 1989b "Da crise fiscal à redução da dívida." In: (Org.).
Dívida externa: crise e soluções. São Paulo: Brasiliense.
p.13-56.

PRADO, Sérgio R.

- 1986 Descentralização do aparelho de estado e empresas
estatais: um estudo sobre o setor público descentralizado
brasileiro. Campinas. (Dissertação de mestrado, UNICAMP).
mimeo.

RAMANADHAM, V.V.

- 1980 "Um sistema de controle para a empresa pública." Revista
de Adm. Pública, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.39-49,
abr./jun.

RANGEL, I.

- 1985 Economia: milagre e antimilagre. Rio de Janeiro: Ed.
Zahar.

REES, R.

- 1980 A Economia da empresa pública. Rio de Janeiro: Ed.
Zahar.

REICHSTUL, Henri-Philippe

- 1981 "O Financiamento do setor energético e a questão da
autonomia das empresas estatais. Estudos Econômicos, São
Paulo, v.11, nº esp., p.97-121.

RESENDE, A.L.

- 1990 "Estabilização e reforma: 1964-1967." In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Ed. Campus.

REVISTA VISÃO

- 1986-1988, 1990 Revista Visão. Quem é quem na economia brasileira. São Paulo. Edição Especial. Volumes referentes aos anos de 1986, 1987, 1988 e 1990.

REZENDE, F.A.

- 1972 Avaliação do setor público na economia brasileira - estrutura funcional da despesa. Brasília: IPEA. (Relatório de Pesquisa, 13).

- 1983 "O Crescimento (descontrolado) da intervenção governamental na economia brasileira." In: SEMINÁRIO SOBRE PLANEJAMENTO E CONTROLE DO SETOR DE EMPRESAS ESTATAIS, 1983, Brasília. Anais Brasília: IPEA.

RODRIGUES, P.H.

- 1990 "A Campanha anti-estatização e o desempenho das principais estatais (1965-85). Revista de Adm. Pública, v.24, n.1, p.44-73, nov.89/jan.

SALLUM JR., B.
1988 "Por que não tem dado certo: notas sobre a transição política brasileira." In: SOLA, L. (Org.) O Estado da transição: política e economia na Nova República. São Paulo: Ed. Vértice, p.118-144.
SEMINÁRIO SOBRE PLANEJAMENTO E CONTROLE...
1983 Seminário sobre Planejamento e Controle do Setor de Empresas Estatais - casos nacionais -, 1983, Brasília.
Anais... Brasília, IPEA, ONU, v.1.
SEST - Secretaria de Controle das Empresas Estatais, Brasília
1981 Empresas estatais no Brasil e o controle da SEST: antecedentes e experiências de 1980. Brasília.
SEST - Secretaria de Controle de Empresas Estatais, Brasília
1984-1986 Orçamento SEST, dispêndios globais das empresas estatais. Brasília. Empresas Estatais no Brasil e o controle da SEST. Volumes referentes aos anos de 1984, 1985 e 1986.
1986-1989 Perfil das empresas estatais. Brasília. Volumes referentes aos anos de 1986, 1987, 1988 e 1989.
SOLA, L. (Org.)
1988 O Estado de transição: política e economia na Nova República. São Paulo: Ed. Vértice.

SUZIGAN, W.

- 1976 "As Empresas do governo e o papel do estado na economia brasileira." In: _____ Aspectos da participação do governo na economia. Rio de Janeiro: IPEA. (Monografia, 26).

- 1988 "Estado e industrialização no Brasil." Revista de Economia Política, São Paulo, v.8, n.4, p.5-16, out./dez.

TAVARES, M. Conceição

- 1977 Empresas líderes e estrutura industrial no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ. mimeo.

- 1983 "A Crise financeira global." Revista de Economia Política, São Paulo, v.3, n.2, abr./jun.

TAVARES, M.C., ASSIS, J.C.

- 1986 O Grande salto para o caos. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

TEIXEIRA, E., BIASOTO JR.,

- 1988 Setor público nos anos oitenta: desequilíbrios e ruptura do padrão de financiamento. Campinas: CECON/UNICAMP. Estudo especial.

TREBAT, T.J.

- 1980 "Uma avaliação do desempenho econômico de grandes estatais no Brasil: 1965/75." Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p.813-850, dez.

VENÂNCIO, F.A.

- 1968 A intervenção do Estado no domínio econômico. Rio de Janeiro: FGV.

VEZZALI, J.C.B., GALLETA, P.D.K., SOUZA, H.C. dos Reis I.

- 1988 "Relación gobierno central-empresas públicas en Brasil." In: CUNILL, N., MARTINS, J. (Superv.) Relación gobierno central-empresas publicas en America Latina. Caracas: CLAD, ILPES, p.151-175.

VILLELA, Anibal V.

- 1984 Empresa de governo como instrumento de política econômica: os sistemas SIDERBRÁS, ELETROBRÁS e TELEBRÁS, Rio de Janeiro: IPEA, INPES.

WAHRLICH, B.

- 1980 "Controle político das empresas estatais federais no Brasil: uma contribuição ao seu estudo." Revista de Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, p.5-37, abr./jun.

WERNECK, R.L.F.

- 1982 "Estrangulamento externo e investimento público." In:
ARIDA, P. (Org.) Dívida externa, recessão e ajuste
estrutural: o Brasil diante da crise. São Paulo: Paz e
Terra.
- 1983 "A Armadilha financeira do setor público e as empresas
estatais." In: SILVA, A. Moura da (Org.) EMI versus Brasil:
a armadilha da recessão. São Paulo: Gazeta Mercantil.
p.139-145. Fórum da Gazeta Mercantil.
- 1984 Política macroeconômica e controle das empresas estatais:
uma análise da experiência brasileira recente. Rio de
Janeiro: PUC, nov. (Relatório de Pesquisa).
- 1985 "Uma análise do financiamento e dos investimentos das
empresas estatais federais no Brasil, 1980-83." Revista
Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 39, n.1, p.3-26,
jan./mar.
- 1986a "Empresas estatais, controle de preços e contenção de
importações". Revista Brasileira de Economia, Rio de
Janeiro, v.40, n.1, p.37-62, jan./mar.

- 1986b "A Questão do controle da necessidade de financiamento das empresas estatais e o orçamento de dispêndios globais da SEST." Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.381-412, ago.
- 1987 Empresas estatais e política macroeconômica. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- 1988 Uma contribuição à redefinição dos objetivos e das formas de controle das empresas estatais no Brasil. Rio de Janeiro: PUC. (Texto para Discussão, 196).
- 1989a Ajuste fiscal e dispêndios não-financeiros do setor público. Rio de Janeiro: PUC. (Texto para Discussão, 218).
- 1989b "Aspectos macroeconômicos da privatização no Brasil." Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v.19, n.2, p.227-308, ago.
- 1990 "Ajuste fiscal e dispêndios não-financeiros do setor público." Revista de Economia Política, São Paulo, v.10, n.1, p.140-153, jan./mar.

ZINI JR., A.A.

1990 "O Brasil num cruzamento: dívida externa e exaustão
fiscal". Revista de Economia Política, São Paulo, v.10, n.1,
p.32-52, jan./mar.